

Vida Contemporânea

REVISTA MENSAL

DIRECTOR: CUNHA LEAL

SUMÁRIO

Ano novo, novas ilusões.

- VIDA ECONÓMICA E FINANCEIRA: Aspectos objectivos da crise económica — I.* Cunha Leal
- VIDA CULTURAL: A ciência e o Direito — I. Aplicação da minha filosofia a duas questões actuais* Germano Rocha
- VIDA COLONIAL: A situação financeira de Angola*
- VIDA LITERÁRIA E ARTÍSTICA: Notas sobre Marcelo Proust* Henrique de Vilhena
- Paisagem literária (esboço dum ensaio)* Moura Vitória
- VIDA INTERNACIONAL: Respiços internacionais* Álvaro Marinha de Campos
- Noticiário internacional*

TOME NOTA:

LACTO BANACÃO

O novo super-produto da Scipat

Lacto Banacão não é mais do que Banacão e leite em pó, dando um delicioso Banacão, pelo simples adicío-
— namento de água —

FIBRO-CIMENTO NACIONAL

== "LUSALITE" ==

Tubos de 50 a 400^{mm} de diâmetro interior
resistência até 20 quilos por cm²

Chapas onduladas para telhados

Chapas lisas para divisórias, tectos, etc.

Agentes gerais

Corporação Mercantil Portuguesa, Limitada

— RUA DO ALECRIM, 10 — TELEF. 23948 e 28941 —

== L I S B O A ==

JANEIRO — 1935

1736 Ano II — N.º 9

VIDA CONTEMPORÂNEA

Revista mensal de estudos económicos, financeiros, sociais e literários

DIRECTOR E PROPRIETÁRIO: CUNHA LEAL

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO PROVISÓRIAS: R. Cidade da Horta, 49, 1.º LISBOA — PORTUGAL — PREÇO 5\$00 —	REDACTOR PRINCIPAL <i>Vasco da Gama Fernandes</i> EDITOR E SECRETÁRIO DE REDACÇÃO <i>Victor Júdice da Costa</i> ADMINISTRADOR <i>António Casanovas Augustine</i>	COMPOSTO E IMPRESSO NA Imprensa LUCAS & C.ª R. DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 61 LISBOA
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------

Ano novo, velhas ilusões

O advento de novo ano acarreta fatalmente a morte do ano anterior como acontece com certos partos que custam a vida à mãe. Nesta última hipótese, o pobre do filho, ao ver a luz do dia, não tem a boa sorte de ser acolhido pelos sorrisos benévolos e pelos beijos daqueles que o rodeiam — que os olhos andam enevoados pelas lágrimas e das bocas apenas saem soluços de dor irremediada. Pois com o parturejamento de novo ano dá-se o inverso: ninguém se recorda do morto senão para o vituperar com aspereza e rancor, e ninguém — nem mesmo os mais cépticos ou os mais pessimistas — deixa de albergar nos recessos da sua alma um lampejozinho de esperança em melhores dias no decurso dos 365 ou 366 que dura invariavelmente a existência do recém-nascido, que por tal motivo só tem em tórno de si olhares de ansiosa simpatia.

Estranho poder o desta convenção do calendário que se chama o ano civil! Em instantes prefixos da complexa entidade que é o tempo, cada um dos componentes da caterva humana, a esmo espalhada por Deus sôbre a terra, põe-se a dar balanço ao deve e haver da sua vida durante o período que decorreu desde o instante anterior — numa coluna as derrotas, as desilusões e as tristezas, em outra os triunfos, as esperanças realizadas e as alegrias — encerra sempre a conta com forte «deficit» e, mau grado isso, confia obstinadamente em que o período seguinte lhe haja de trazer a compensação bastante dêsse saldo negativo. Se se applicasse aos sucessos da vida o cálculo das pro-



babilidades, a conclusão deveria ser diametralmente oposta. Bem se importa, porém, o homem com as regras da matemática! Para se desculpar a si próprio das suas inconseqüências amorosas, o francês, com a sua proverbial subtilidade, consagrou uma frase que explica tudo exactamente por não explicar coisíssima nenhuma: «o coração tem razões que a razão não conhece». Como se vê, o mesmo preceito tem ampla aplicação a tôdas as outras incongruências espirituais do homem.

Quem se presa de ver as coisas com esta crua nitidez deveria, para ser lógico, estar isento das fraquezas em que usam incorrer todos quantos se abandonam à corrente impetuosa da vida sem grandes dispêndios de raciocínio. Já dissemos, porém, que o homem, seja qual fôr a sua orientação intelectual, carece de ter esperança. Quando a perde por completo, trata de retirar-se discretamente da cena da existência para mergulhar, sem hesitações, no abismo insondável do nirvana. Os outros, os que se vão deixando ficar em deambulações por êste vale de lágrimas da terra, podem querer enganar-se a si e aos seus semelhantes com a cega-rega do desespero, mas a verdade é que, no seu íntimo, confiam nem êles sabem em quê, nem êles sabem porquê. Para o confessarem, falta-lhes, porém, a ingénua sinceridade daquela velhinha da nossa aldeia... Ora, se nos dão licença, nós lhes contamos.

Tinha oitenta e tantos anos, e há muito que seus olhos se haviam tornado insensíveis à luz que empresta ao mundo tonalidades de maravilha. A sua bôca não mostrava vestígios de que algum dia houvesse tido o ornamento da dentição. A sua cara lavrada de rugas parecia esculpida em marfim antigo. Andava curvadinha, quási em ângulo recto, apoiando-se num bordão com que ia tateando as ásperas calçadas das ruelas tortuosas da povoação. A sua vestimenta rota e maltratada era pouco menos do que sumária. Vivia de esmolos, andando pela casa das gentes remediadas a pedir-lhes uma tijela de caldo e um naco de boroa e, no inverno, o calor da lareira. Pagava a seu modo o que lhe davam, narrando às crianças, com voz suave e tremelicante, contos populares, cheios de estranho encanto — o que fazia inalteravelmente pelas mesmas palavras com que seus pais lhos haviam ensinado. Vivia sòzinha por não ter parentes nem aderentes. Pois a velha Antónia Afonso — assim se chamava a nossa saudosa conterrânea — quando se sentia um pouco mais apouquentada pelos achaques da velhice e a morte parecia assim avizinhar-se, ia monologando pelas ruas, a meia voz, por entre suspiros lamentosos: Ai quem há-de deixar êste mundo encantador! O mundo que tu não vias, pobre velhinha torturada pela engrenagem implacável da vida!

Para nós, os civilizados ou supercivilizados, o mundo não passa duma abominável porcaria — e dizemos isto cuspinhando no chão. Mas, ai, quem há-de deixar esta porcaria! A velha Antónia Afonso não curava de mascarar a sua persistência em querer viver com argúcias e malabarismos intelectuais. Queria porque queria, com tóda a fôrça dum instinto de conservação irrompendo braviamente das profundezas do seu ser alquebrado. Nós queremos por isto, por aquilo, por aqueloutro. No fundo, as nossas razões são equivalentes à sem-razão da vèlhinha que embalou os anos distantes da nossa infância com as historietas fantasiosas da «bicha das sete cabeças», do «rompe aço e rompe ferro» e de «a bela e a fera». Mesmo quando a nossa vida tenha sido um estendal ininterrupto de azares e de misérias mais ou menos disfarçadas, todos, afinal de contas, pretendemos viver porque nos não abandona nunca a esperança de melhores dias.

E, de resto, há que distinguir entre a aptidão de cada época para proporcionar aos grupos humanos comodidades materiais e um domínio espiritual de grande amplitude e o uso que cada um dos seus membros saiba fazer ou as circunstâncias lhe permitam fazer dessas condições mesológicas em proveito da sua felicidade particular. É de notar que nem sempre existe entre uma coisa e outra relação de proporcionalidade directa. Às vezes mesmo, por aberração constitucional das sociedades, esta relação aparece transformada em proporcionalidade inversa, como, por exemplo, na quadra difficílissima que vamos atravessando. E, por isso a incógnita encerrada em seus flancos por um ano que desponta não tem apenas configuração pessoal e egoísta, podendo assumir aspecto colectivo e, por conseguinte, mais arredado das misérrimas contingências individuais. Ora isto tem a vantagem de nos permitir olhar o problema como se nos situássemos noutra planeta.

Observemos, pois, sob êste último prisma o caso particular do ano de 1935. Recordam-se os nossos bons leitores de que no térmo de 1933 os sisudos e conspícuos técnicos da especialidade presagiavam para 1934 uma sensível atenuação da crise que desde os começos de 1930 vem devastando a economia dos povos, desequilibrando as suas finanças e determinando a perturbação das ideas morais, artísticas, sociais e políticas, que constituem o seu património intelectual e orientam a sua actividade. O destino, com a sua ironia fustigante, caprichou em dar rotundo desmentido a êstes prognósticos optimistas, se não com o recrudescimento do fenómeno, ao menos com a sua tenaz persistência. E, por isso, a humanidade se vê reduzida a perguntar a si mesma se isso não redundará por fim no aniquilamento das formas actuais da

civilização — perspectiva bem própria para provocar alguns calafrios na espinha dorsal de quantos amem, por questão de sensibilidade ou por tendência espiritual, a curva harmoniosa das transformações contínuas.

Como, porém, ao cabo de cada ano é preciso fazer nova colheita de esperanças para refôrço dos «stocks» desfalcados, os homens, antes da definitiva sublimação dêste aziago 1934, puzeram-se a sonhar que 1935 poderia trazer-lhes algumas compensações colectivas — hipótese dentro da qual se vai insinuando e aninhando a fagueira ilusão de algumas melhorias individuais. E, então, aplicam o seu telescópio sôbre o passado distante e observam que o progresso é caracterizado por um movimento ondulatório incessante como o das marés, mas que o seu nível médio, em vez de ter a constância do oceano, se vai elevando sensivelmente de época para época. Observam ainda que no progresso as marés de águas vivas têm amplitude por vezes desmedida, mas que a ascensão consecutiva à depressão é, pelo menos, da mesma ordem de grandeza que esta. E, portanto, vá de perguntar se 1934 não terá representado o ponto mais baixo da crise, o que permitiria situar em 1935 o início de um período de vacas gordas. É verdade que nada nos indica que assim deva ser, mas — e aqui se infiltra a fagueira esperança — impossível é aquilo que ainda se não realizou uma vez, de modo que até a impossibilidade constitui uma perene candidatura à possibilidade.

À primeira vista, está ainda para lavar e durar a amaldiçoada crise e sôbre a paz adejam nuvens negras e presagas que à menor depressão atmosférica podem muito bem desentranhar-se na chuva diluviana de nova guerra. Entra-se no limiar de 1935 com os armazens dos produtores e comerciantes a abarrotar de géneros e artigos de tôda a ordem e com os mares coalhados de barcos de guerra, os parques sem espaço para mais canhões, aeroplanos e tanks e os depósitos atestados de material de guerra, enquanto centenas de milhões de criaturas não comem quanto baste e andam pouco mais do que nus e os governantes, em suas falácias para uso de povos entontecidos, juram e tresjuram que as suas intenções são pacíficas e os seus actos visam à concórdia universal. Portanto, o panorama não é nada animador. Mas, a-pesar-de tudo, quem sabe, quem sabe...

Ao pensar nestas coisas, de repente, das células mais íntimas do nosso ser transmite-se uma radiação de esperança irracionada até aos bicos da pena, e, febrilmente, contra as determinações da nossa própria vontade, êstes traçam sôbre a brancura do papel, em negros caracteres, estas palavras consoladoras: «*não há mal que sempre dure*».

Aspectos objectivos da crise económica

POR CUNHA LEAL

(Continuação do n.º 8)

II

6. Os movimentos dos preços durante a crise

É de todos sabido que os preços são regulados pela «lei da oferta e da procura». Note-se, porém, que, em regra, as oscilações de preços provocadas por ela devem ter um limite mínimo fixo e um limite máximo variável para cada produto, embora mais ou menos definido para o conjunto da produção nacional. O primeiro é representado pelos *prix de revient*, o segundo deve ser tal que a soma dos gastos ocasionados pelas aquisições anuais não seja superior às disponibilidades monetárias para consumo durante o mesmo período. A estas limitações naturais há que juntar aquelas que, artificial e coactivamente, são criadas pelo Poder Público.

Importa ainda frisar mais uma vez que, dada a interdependência dos mercados, os preços num país são influenciados pelos dos restantes países, mas que esta correlação funcional tem sido largamente atenuada por um proteccionismo aduaneiro levado até aos últimos extremos. Isto explica que o abandono do padrão-ouro e a depreciação consecutiva do meio circulante não tenham provocado elevações sensíveis de preços, como fariam em épocas de franco convívio económico entre as nações.

Esta acção depressiva não se tem feito sentir por igual nos preços por grosso e nos preços de retalho. O facto, embora evidente, tem uma explicação que a muitos passa despercebida. O produtor, na actualidade, tem os seus armazens abarrotados de *stocks*, verdadeiramente anormais, o que lhe ocasiona embaraços financeiros de tãda a ordem. Apertado pelos credores, tem de realizar as suas vendas sob pena de falir. Não contactando directamente com o público, mas com intermediários, que continuam a manter os seus pequenos *stocks* em volume proporcionado ao seu giro comercial, não dispõe, como êstes, duma clientela obrigada a consumir para viver. Isto significa que o produtor se encontra em face dum comprador que pode retardar

as suas aquisições, criando uma retração exagerada da procura, ao passo que a oferta tem, ao invés, tendência para o exagêro. A posição do retalhista é diversa. O comprador não pode restringir a procura àquém de um mínimo mais ou menos fixo, ao passo que êle pode deminuir a oferta dos seus produtos em determinadas circunstâncias. Assim, pois, na mesma época a relação entre a oferta e a procura não é a mesma no comércio por grosso e no comércio de retalho, o que constituiria, já de per si, justificação plausível para a discordância de que nos vimos ocupando.

Por outro lado, a diferença entre os preços da venda de retalho e os preços da venda por grosso é igual à soma de certo número de parcelas, a saber : despesas de transporte, de beneficiação e de conservação dos produtos, gastos inerentes às restantes funções do comércio, impostos, lucro do capital invertido nestas operações e remuneração da actividade e espírito de iniciativa do comerciante. É sôbre as duas últimas parcelas, quer aumentando-as, quer deminuindo-as, que pode fazer-se sentir directamente a acção da lei da oferta e da procura. Das restantes parcelas, umas têm-se mantido invariáveis, como succede com as despesas de transporte, outras têm sofrido sensíveis acréscimos, como succede com os impostos, outras têm sido beneficiadas com ligeiras reduções, como succede com os gastos com o pessoal. Por virtude, porém, da sobrecarga tributária, a soma geral dessas parcelas tem subido, o que reforça a tendência para distanciamentos maiores entre aquelas duas categorias de preços do que os existentes antes da eclosão da crise.

Para melhor elucidação do exposto, extraímos das publicações do organismo genebrino os dados que se seguem :

BAIXA, EM PERCENTAGEM, DOS NUMEROS-ÍNDICES DOS PREÇOS
POR GROSSO E DE RETALHO EM CERTOS PAÍSES, EM ABRIL DE 1934,
EM RELAÇÃO AOS NÍVEIS MÉDIOS DE 1929

PAÍSES	PREÇOS POR GROSSO	PREÇOS DE RETALHO	DIFERENÇAS
Alemanha.	29,9	21,5	8,4
Bélgica.	45,2	22,3	22,9
Canadá.	25,5	20,3 ⁽¹⁾	5,2
Dinamarca	14,7	5,2 ⁽¹⁾	9,5
Estados Unidos	23,4	21,1 ⁽²⁾	2,3
França.	37,8	5,4	32,4
Holanda	44,4	15,5 ⁽¹⁾	28,9
Índia	36,9	36,9	0,0
Inglaterra.	24,8	16,5	8,3
Itália	42,8	21,3 ⁽¹⁾	21,5
Japão	19,3	17,7	1,6
Suécia.	19,3	10,0 ⁽¹⁾	9,3
Suíssa	36,2	19,2	17,0

(1) Relativo a Março de 1934.

(2) Relativo a Dezembro de 1933.

É de notar que a diferença efectiva entre a baixa dos preços por grosso e de retalho é, para os artigos fabricados, inferior aos números que vimos de apresentar. É assaz elucidativo o que a tal respeito se diz na *Situation Économique Mondiale*, 1932-33 :

«Os números-índices destinados a servir de medida aos preços de retalho ou ao custo da vida englobam uma vasta série de artigos fabricados e mesmo de serviços. No seu cálculo entra-se em linha de conta com rendas de imóveis, iluminação e todo um conjunto de despesas pessoais, bem como de artigos acabados de alimentação e de vestuário. Assim, os índices dos preços de retalho englobam muitos preços fixos ou semi-fixos, tais como as rendas estabelecidas por contrato para determinado número de anos, ou preços convencionais uniformes, por exemplo os dos transportes por «tramways» e caminhos de ferro, ao passo que os índices dos preços por grosso compreendem principalmente preços de artigos que são objecto de concorrência.»

O exame dos algarismos que constam do quadro anterior demonstra, por outro lado, a grande irregularidade que as diferenças da acção dos Poderes Públicos nas diversas nações introduzem no fenómeno de que nos estamos ocupando. Na queda dos preços influem, de facto, além das circunstâncias já citadas, o coeficiente do protecționismo pautal e o grau de perfectibilidade da máquina produtora, tanto sob o ponto de vista técnico, como sob o ponto de vista da concentração e associação de esforços para os quais concorre notoriamente a acção governativa ; na queda dos preços de retalho influi, a par da maior ou menor eficiência da engrenagem comercial, o grau de intensidade e eficácia do papel do Estado na regulação das operações da distribuição. Da variabilidade destes factores resultam as oscilações não só nas percentagens da queda dos números-índices dos preços por grosso e dos números-índices dos preços de retalho, mas ainda das diferenças, para os vários países, entre estas duas percentagens — oscilações que nos exemplos citados têm as seguintes amplitudes : para as primeiras vão de 14,7 a 45,2 por cento ; para as segundas vão de 5,2 a 36,9 por cento ; para as diferenças vão de 0 a 32,4 por cento.

Temo-nos até aqui referido à baixa de preços, considerando-a em globo. Como ela não affectou por igual os compartimentos da economia produtora, convém por isso dizer alguma coisa sobre o que se passa a este respeito em cada um deles. Uma observação, embora superficial, faz imediatamente ressaltar que os preços dos géneros agrícolas nos mercados internacionais se afundaram mais do que os dos produtos industriais. No decurso de 1933, a baixa daqueles, em oiro, regulou entre 60 a 70 por cento. Este facto teve repercussões da mais alta transcendência. Delas nos vamos ocupar seguidamente.

Instintivamente, os países importadores de produtos agrícolas procuraram defender a agricultura própria, ameaçada de morte pela invasão de géneros excessivamente depreciados. Fizeram-no quer pela elevação das barreiras alfandegárias, quer pelo sistema das proibições, totais ou parciais, francas ou disfarçadas. Países industriais, como a Inglaterra, passaram a olhar, com particular atenção e desvelos de toda a ordem, para a sua agricultura, descurada ao longo de quasi um século. Por virtude desta nova orientação da política económica mundial, as exportações dos

países agrícolas foram reduzidas a proporções ínfimas, e a sua capacidade de compra no exterior sofreu diminuição paralela — o que, por sua vez, veio repercutir-se nas exportações dos países industriais. De modo que se gerou assim mais uma daquelas cadeias em que causas e efeitos alternam sucessivamente as suas posições.

O afastamento entre os níveis internos dos preços de produtos alimentares nos países exportadores e importadores desses produtos pode ajuizar-se pelo quadro seguinte, inserido na *Situation Économique Mondiale*, 1932-33 :

**BAIXA, EM PERCENTAGEM, DOS PREÇOS
DE RETALHO DOS PRODUTOS ALIMENTARES, DE 1929 PARA 1932**
(médias anuais)

Países exportadores de produtos alimentares :	%	Países importadores de produtos alimentares :	%
Índias neerlandesas	52	Itália	22
Bulgária	39	Suíssa	19
Canadá	37	Suécia	17
Estados Unidos	35	França	14

Assim, pois, um dos grandes factores do desequilíbrio internacional foi este afundamento anormalíssimo dos preços dos géneros agrícolas. Por outro lado, a quebra dos preços dos produtos manufacturados oscila à volta de dois terços da quebra dos preços das matérias primas. Esta mesma proporção existe na Alemanha entre a baixa dos preços dos produtos não cartelizados e a dos produtos cartelizados, o que prova a influência exercida pelos cartéis no campo da economia. A constatação de tôdas estas dissonâncias dá-nos ideia da desordem que caracteriza hoje em dia a vida material dos povos.

7. O desequilíbrio das balanças económicas

O estudo da movimentação do comércio externo leva-nos a classificar as trocas internacionais em três categorias, a saber :

1) Trocas bi-laterais, correspondendo a importações de um país, compensadas directamente por exportações dirigidas para o mesmo país donde são oriundas as mercadorias importadas ;

2) Trocas triangulares, caracterizadas pelo facto de a compensação das importações de um país ser feita por exportações dirigidas para país diverso daquele donde são oriundas as mercadorias importadas ;

3) Saldos líquidos das importações e exportações, tendo compensação em exportações e importações invisíveis, ou, melhor, de difícil avaliação quantitativa e qualitativa.

Ora sucede que de 1929 para cá não só se tem restringido o volume global de cada um destes grupos, mas se alteraram, ainda por cima, as suas mútuas relações de proporcionalidade, diminuindo na relatividade as trocas bi-laterais e mais acentua-

damente as trocas triangulares e aumentando os saldos líquidos. Isto é pôsto em me-recido relêvo pelo quadro que inserimos consecutivamente (*Situation Économique Mondiale*, 1932-33, pág. 310):

	VALOR EM MILHÕES DE DÓLARES-OURO			MOVIMENTOS (EM PORCENTAGEM)			REPARTIÇÃO (EM PORCENTAGEM)		
	1929	1931	1932	1929	1931	1932	1929	1931	1932
Trocas bi-laterais.....	26.999	15.269	10.011	100	56,5	37,1	72,0	66,9	69,3
Trocas triangulares.....	6.423	3.313	1.926	100	51,6	30,0	17,1	14,5	13,3
SalDOS líquidos.....	4.106	4.238	2.520	100	103,2	61,4	10,9	18,6	17,4
Total.....	37.528	22.820	14.457	100	60,8	38,5	100	100	100

As importações e exportações invisíveis, a que vimos de reportar-nos, podem ser das mais diversas naturezas. Citarem os algumas das modalidades de que usam revestir-se:

- 1) fretes marítimos, recebidos do ou pagos ao estrangeiro;
- 2) rendimentos de capitais invertidos em emprêsas económicas com sede em países estrangeiros, representando, para êstes, saída de numerário, e, para os países de origem dêsses capitais, afluxo de numerário;
- 3) gastos de turistas estrangeiros nas várias nações e gastos dos turistas nacionais no estrangeiro;
- 4) comissões cobradas do ou pagas ao estrangeiro;
- 5) empréstimos públicos ou particulares, a longos ou curtos prazos, contraídos ou colocados no estrangeiro;
- 6) juros e amortizações de empréstimos de qualquer natureza, cobrados do ou pagos ao estrangeiro;
- 7) remessas de fundos de imigrantes e recepção de fundos de emigrantes.

O conjunto de tôdas as importações e exportações, visíveis ou invisíveis, de um país constitui o que se chama a sua balança económica ou de pagamentos. Se esta apresentar «deficit», êste terá de saldar-se com uma exportação visível — a de oiro amoadado ou em barra. Se, pelo contrário, apresentar «superavit», a compensação será obtida à custa duma importação da mesma espécie. Claro está que uma situação deficitária não pode agüentar-se indefinidamente, por isso que, dentro em pouco, as reservas-ouro do país se esgotariam, o que determinaria o afundamento gradual e progressivo da moéda fiduciária. O fenómeno cambial actuaria no sentido de travar as importações e de excitar as exportações, regressando-se assim a nova forma de equilíbrio económico, caracterizado pela manutenção da moéda em nível mais baixo que a paridade-ouro anterior. Quando, ao invés, a balança económica acusa «superavit», a acumulação de grandes «stocks» de oiro leva à desvalorização interna dêste metal e, portanto, à alta de preços, com a resultante final da queda das exportações e do aumento das importações. Êste facto tende, por sua vez, a provocar o equilíbrio das trocas internacionais, visíveis e invisíveis. Como meio de reduzir o alcance dos

inconvenientes apontados, os países que se encontram nestas condições curam de colocar no estrangeiro, sob qualquer forma, parte dos seus capitais, o que lhes empresta mobilidade e vida.

Esta marcha normal e regular do fenomenalismo das trocas internacionais foi perturbada radicalmente no «post-bellum» pela acumulação de três factores de importância transcendental. Queremos referir-nos em primeiro lugar às enormes dívidas que para fazer a guerra, foram contraídas durante ela entre os Estados beligerantes, em segundo lugar às formidáveis reparações e indemnizações a que os tratados da paz sujeitaram os povos vencidos, em terceiro lugar aos grandes empréstimos externos contractados entre entidades particulares de certos países para fins de reconstrução de economias nacionais abaladas pela catástrofe de 1914-18. As transferências de fundos impostas por estas circunstâncias eram de tal modo exageradas que não se poderia obter compensação para elas na excitação das exportações dos países devedores, tanto mais que, feita a liquidação de créditos e débitos recíprocos, em última análise restava um único país crédor — os Estados Unidos —, com a agravante ainda de que era êste precisamente o agregado nacional em que a máquina produtora se havia alçado a mais alto grau de potência, figurando por isso entre os povos com saldo positivo na balança económica.

A absurda política europeia no tocante a reparações de guerra e a não menos absurda política norte-americana na parte em que pretendia guardar dentro do mesmo saco dois proveitos — a expansibilidade internacional da sua produção e os pagamentos efectuados pelos seus tributários financeiros — só foi possível mantê-las enquanto a banca dos Estados Unidos, abarrotada com as disponibilidades monetárias do país, houve por bem canalizar uma fracção destas para empréstimos particulares à Alemanha. Observe-se que, afinal de contas, o «Reich» era o exclusivo devedor da grande nação de Além-Atlântico, não passando os outros povos de canais de drenagem do débito germânico. Aquele procedimento das gentes espertalhonas do Wall Street equivalia, pois, a «curar a matadura do cão com pêlo do mesmo animal». Quando a desconfiança sôbre a solidez do edifício económico do «Reich» entrou de morder a consciência norte-americana e foi, conseqüentemente, suspensa a política do «toma lá, dá cá», parou automaticamente o mecanismo dos pagamentos dos encargos das reparações e dívidas de guerra e congelaram-se por tempo indefinido os débitos comerciais, a curto prazo, da Alemanha.

Independentemente desta circunstância, os ajustamentos dos «deficits» e «supervits» das balanças económicas em todo o mundo obrigaram a grandes deslocamentos de ouro, e o fenómeno redobrou de intensidade por virtude do pânico de que os proprietários da riqueza mobiliária se deixaram possuir no que se refere à solidez dos sistemas monetários nacionais. Formaram-se então verdadeiras avalanches de capitais erráticos e sem pátria, rolando loucamente pela superfície do orbe à procura de poiso seguro e tranqüilo, abstémio em matéria de revoluções políticas e de crises económicas, mas nunca conseguiram satisfazer, duradoiramente, tal «desideratum». Os números seguintes, extraídos do quadro n.º 108 do *Annuaire Statistique de la Société des Nations*, 1933-34, reflectem sobretudo a influência destes dois factores:

RESERVAS DE OIRO E DE HAVERES ESTRANGEIROS

(em milhões)

PAÍSES E UNIDADES MONE- TÁRIAS		FIM DE 1926	FIM DE 19.	FIM DE 19.8	FIM DE 1929	FIM DE 1930	FIM DE 1931	FIM DE 1932	FIM DE 1933
Alemanha (Reichsmark)	Ouro :								
	Reichsbank	1.831	1.865	2.729	2.283	2.216	984	806	386
	Outros bancos.....	66	66	66	66	66	71	71	73
	Total.....	1.897	1.931	2.795	2.349	2.282	1.055	877	459
Estados Unidos.. (dólar)	Ouro :								
	Ouro contra certifi- cados.....	1.680	1.617	1.413	3.900	4.225	4.051	4.045	4.012
	Outras reservas de- tidas pelo Tesouro e pelos <i>Federal Reserve Banks</i> ...	2.403	2.360	2.333					
	Ouro em circulação.	409	402	395	384	368	409	468	311
	Total.....	4.492	4.379	4.141	4.284	4.593	4.460	4.513	4.323
França (franco)	Banco de França :								
	Ouro : no país.....	18.146	18.126	31.838	41.622	53.563	68.481	83.129	76.959
	no estrangeiro	2.279	2.279	—	—	—	—	—	—
Haveres estrangei- ros	418	259	32.845	26.053	26.204	21.500	4.483	1.161	
Inglaterra (£)	Ouro : no Banco de Inglaterra	151,1	152,4	153,3	146,1	148,3	121,3	120,6	191,7
	Holanda (florim)								
Suíça (franco)	Banco Emissor :								
	Ouro	414	400	435	447	426	887	1.033	922
Haveres estrangei- ros	187	168	220	220	247	86	71	1	
Suíça (franco)	Banco Nacional :								
	Ouro	472	517	533	595	713	2.347	2.471	1.998
Haveres estrangei- ros	222	198	254	353	438	103	87	17	

Dos algarismos constantes dêste quadro deduzem-se algumas conclusões assaz elucidativas. Eis algumas delas :

1) O capital tem uma sensibilidade afinada e um instinto de conservação que lhe fazem pressentir o avizinhar do perigo. E assim é que, neste caso particular, os valores máximos atingidos pelo fenómeno da expatriação de capitais correspondem aos anos de 1928 e 1929, que antecederam a eclosão da crise económica.

2) A evolução da crise acabou por convencer o capital de que era illusória a segurança por êle procurada em países estrangeiros, visto como nenhum dêles, nos dias que vão correndo, se pode considerar estabilizado sob os pontos de vista financeiro, económico, social e político. Por virtude disto, a pressão dos governos no sentido da repatriação dos capitais emigrados tem-se mostrado relativamente eficaz.

3) Quando a Inglaterra, após uma resistência titânica, se resolveu a pôr de parte

o padrão-ouro, as reservas metálicas do seu banco emissor haviam descido a cêrca de 120 milhões de libras, quando é certo que os técnicos consideravam então 150 milhões como o mínimo aceitável. A desconfiança universal sôbre a estabilidade da sua moêda precipitou um êxodo de capitais que nem o auxílio francês e norte-americano, traduzido em empréstimos, a curto prazo, na importância de 200 milhões de libras aproximadamente, conseguiu travar. O abandono do padrão-ouro pela Inglaterra determinou, como se sabe, a adopção de igual medida por outros países, entre os quais vieram a incluir-se, embora com certa diferença de fase, os Estados Unidos, não obstante o volume considerável das suas reservas monetárias.

4) Os Estados Unidos e a França são os grandes monopolistas do ouro monetário, possuindo, à sua parte, cêrca de dois terços das reservas de todo o mundo.

A política monetária seguida pelas duas maiores potências do mundo — a Grã Bretanha e os Estados Unidos — lançou no espírito de muita gente a dúvida sôbre se o ouro continuaria a desempenhar o papel primacial que hoje lhe cabe no mecanismo das trocas. Quem, porém, tiver seguido com alguma atenção o desenrolar dos acontecimentos conclui fãcilmente pela sem-razão de tal suspeita. É verdade que o prestígio do ouro, sob êste aspecto, foi afectado profundamente. Em todo o caso, a prova de que nem ingleses, nem norte-americanos pensam em reformas monetárias demasiado ousadas está no facto de procurarem conservar ou aumentar as suas disponibilidades dêste metal. Foi necessário que a Grã-Bretanha decretasse o abandono do padrão-ouro para que as reservas do seu banco emissor ultrapassassem 190 milhões de libras. E a mesma orientação tem sido seguida por alguns países — entre êles por Portugal — em cujas moêdas se haviam reflectido as malaventuras da libra. Os Estados Unidos, êsses pensam em impor ao mundo o bi-metalismo, como o demonstra o recente decreto do Presidente Roosevelt sôbre a constituição de reservas-prata e a compra do respectivo metal.

Outra prova de que o ouro continua a merecer o beneplácito dos povos como medida de valores vamos encontrá-la no aumento incessante da sua produção mundial, o que é a resultante necessária da intensificação da procura. Tudo indica, portanto, que, através de tôdas as incertezas, se caminha para novo equilíbrio cambial e para um regresso, mais ou menos demorado, ao padrão-ouro, com paridades consideradas empiricamente como sendo as mais próprias para imprimirem a êsse equilíbrio um carácter de relativa estabilidade. É preciso, porém, não nos fazermos demasiadas ilusões a tal respeito, por isso que, antes de se atingir a almejada meta, há ainda muitos obstáculos a transpor.

8. A ruína da classe média

A classe média é o grupo social sôbre que repousa a estabilidade dos regímenes democráticos. Tendo-se desenvolvido mercê das condições económicas e políticas criadas por êles durante o século transacto e os primeiros catorze anos do século presente, ela tornou-se partidária da conservação do existente, não propugnando nem a favor do regresso a instituições arcaicas em obediência à mística tradicionalista,

nem a favor dos avanços demasiado rápidos em matéria social, sob o acicate da fome de justiça dos desherdados. A ordem democrática tem, pois, o seu fundamento nesta população dos pequenos e médios capitalistas — proprietários rústicos e urbanos, industriais, comerciantes, e detentores da riqueza mobiliária.

Enumeremos, pôsto isto, as desventuras que, desde o advento da guerra de 1914-1918, têm desabado sôbre a classe média, como se o destino mais uma vez quisesse fazer a demonstração de que «o Capitólio está muito perto da Rocha Tarpeia».

Escusadas se tornam novas referências à situação criada à agricultura e à indústria — tantas vezes frisámos já, ao longo dêste estudo, que a um período de excitação da sua actividade e de alta de preços, correspondentes a um super-consumo exagerado, sucedeu, quási abruptamente, uma época de sub-produção e de baixa de preços, correlacionadas com um sub-consumo anormalíssimo. Bastará enunciar algumas das conseqüências dessa situação: por um lado, os agricultores foram forçados ao recurso sempre precário das hipotecas, o que originou translações forçadas da propriedade rústica e a sua desvalorização por virtude do excesso da oferta a somar-se ao efeito da queda do rendimento; por outro lado, as possibilidades de resistência dos pequenos e médios industriais e comerciantes têm-se tornado progressivamente menores, sucedendo-se as falências e as incorporações em sociedades anónimas de largos capitais, cujas dificuldades têm afectado, a seu turno, a classe média, como possuidora, que é, da maioria das suas acções. A importância dêste último factor é muito grande. Para se avaliar da verdade desta asserção, basta dizer que, nos anos de 1926, 1929, 1932 e 1933, os números-índices das cotações das acções industriais foram, respectivamente, 100, 189, 46 e 66 nos Estados Unidos e 100, 139, 84 e 103 na Inglaterra.

Êstes são os factores económicos da ruína da classe média. Passaremos a analisar, consecutivamente, a acção exercida pelos factores financeiros em sentido concordante com a daqueles. Poderemos reduzi-los aos seguintes: a depreciação das moédas fiduciárias e a queda da taxa de juro e do rendimento efectivo das obrigações e o aumento crescente das exigências tributárias do Estado.

A suspensão efectiva do padrão-ouro e a queda das moédas inicia-se com a guerra. Tratar-se-ia de fenómeno passageiro no consenso de povos, que aguardavam o termo do conflito para procederem a metódicas revalorizações. Veio, porém, o armistício e, depois dêle, a paz com todo o seu cortejo de experiências económicas e financeiras e de desilusões. A não ser nos Estados Unidos, cuja estabilidade monetária havia sido mantida mercê da sua posição privilegiada, e na Inglaterra, cuja moéda, após uma depreciação de trinta por cento, retornou à sua antiga paridade-ouro, no resto das nações beligerantes, a doença, em vez de se ir atenuando com o tempo, foi-se agravando cada vez mais e acabou por contagiar certo número de povos neutrais. De resto, as dívidas públicas dos países, que se tinham envolvido na baralha guerreira, haviam atingido cifras tão fabulosas que o regresso às condições monetárias do «ante-bellum» significaria praticamente — nuns casos a falência do Estado, noutros casos o esmagamento das massas populacionais sob a carga do imposto. Esta

realidade brutal acabou por se impor, reduzindo a coisa nenhuma os tímidos ensaios de estadistas rotineiros, que fechavam os olhos à luz com medo de que ela os cessasse.

O caso dos países vencidos foi, naturalmente, bem mais grave que o dos vencedores. Na Alemanha, lançada deliberadamente ou resignadamente no caminho da inflação, o valor do marco evaporou-se por completo. Na Áustria a pouco menos do que isto se chegou. A consequência foi que a burguesia média dos agrupamentos urbanos sofreu nestes países um golpe brutal com o aniquilamento simultâneo dos sinais monetários e das obrigações emitidas quer pelo Estado, quer pelas entidades económicas particulares. Foi uma autêntica escamoteação à laia das que usam fazer os ilusionistas no tablado: quando chegou a dar pelo caso, o grande público estava despojado da carteira e, o que é pior, sem esperanças de rehavê-la. É certo que, em contra-partida, um sector da classe média — o dos proprietários agrícolas — se viu aliviado das suas dívidas com a mesma fulgurante rapidez e que igual sorte tiveram, no tocante a seus débitos, as empresas comerciais e industriais. A estas, porém, estavam reservadas, como vimos, outras desgraças: a cada um a sua vez. Nos países vencedores o mal atingiu proporções menores e variáveis de uns para outros. Assim a França, em seguida a um largo período de flutuações, conseguiu estabilizar a sua moeda, com redução do seu valor em ouro a $\frac{1}{3}$ da antiga paridade legal. Em Portugal o coeficiente de desvalorização regula actualmente por 35, sendo dos países sob este aspecto mais maltratados pelo destino.

Quando o mundo parecia ter entrado em fase de normalização cambial, a crise económica veio pôr em evidência as fraquezas intrínsecas do equilíbrio penosamente arquitectado em anos de chinesices financeiras. O abandono do padrão-ouro pela Inglaterra, pelo Japão, pelos Estados Unidos e por tantos outros países representa mais umas tantas machadadas vibradas impiedosamente sobre a classe média. Importa estudar este assunto para se avaliar, sequer aproximadamente, a extensão do mal.

Nos Estados Unidos os depósitos em bancos comerciais e caixas económicas atingiram em 1930 o seu valor máximo — 54.072 milhões de dólares. Em fins de 1932 estavam reduzidos a 42.408 milhões, mercê da desconfiança pública e do desgaste das disponibilidades particulares. Com este facto conjugou-se a desvalorização da moeda que anda actualmente à volta de 40 por cento. Supondo que os depósitos se mantem em cifra aproximada de 42 biliões de dólares, o prejuízo suportado pelos depositantes, que na sua maioria pertencem à classe média, regula por 16.800 milhões de dólares-ouro. Uma simples bagatela, como se vê! Acrescente-se a isto que, em 30 de junho de 1934, o montante da dívida pública era de cerca de 27 biliões de dólares, o que implica mais uma perda de 10.800 milhões de dólares-ouro. Sem contar, pois, com a quebra sofrida pelas obrigações emitidas por empresas particulares — obrigações cujo quantitativo global ignoramos — a política monetária do Presidente Roosevelt custou até hoje à nação ou, para falarmos com mais propriedade, à classe média quantia não inferior a 27.600 milhões de dólares-ouro.

Por sua vez, na Grã-Bretanha os depósitos nos bancos comerciais e caixas económicas somavam em fins de 1933 nada menos que 2.872 milhões de libras. Nessa

mesma data a sua moeda havia sofrido uma quebra de 37 por cento. O prejuízo advindo dessa circunstância para os depositantes cifrava-se então em 1.062 milhões de libras-ouro e tem aumentado depois lentamente. Como a dívida pública inglesa tinha em fins de 1933 o valor nominal de 7.860 milhões de libras, os portadores dos seus títulos ficaram lesados, aproximadamente, em 2.908 milhões de libras-ouro. Só estas duas verbas totalizam 3.970 milhões de libras-ouro.

Afirma um velho ditado que «grande nau, grande tormenta». Nos países em que se repercutiu o fenómeno da desvalorização cambial britânica, porque a nau era menor, menor foi a tormenta. Em todo o caso, na relatividade, os efeitos, por vezes, foram ainda mais catastróficos que nos dois grandes países que vimos de citar.

A estas circunstâncias, provocadas longinquamente pela guerra de 1914-18 e pròximamente pela crise económica, há ainda que juntar, além do aumento da carga tributária, a deminuição do rendimento efectivo das obrigações, correlativa da baixa mundial da taxa de desconto. Na Inglaterra, por exemplo, aquele rendimento passou de 4,6 por cento em 1929 para 3,38 em 1933. Em Portugal, então o fenómeno teve muito maior amplitude.

Enfim, por virtude desta acumulação de desastres de tóda a ordem, a classe média viu reduzida a sua potência capitalista e, por conseguinte, a sua influência social e política. A democracia deixou de ter uma fôrça importante ao seu serviço, e os choques entre os extremismos da direita e da esquerda tornaram-se mais frequentes e mais intensos por carência dum tampão amortecedor. Propagou-se assim o mito da violência, como se fôra um incêndio devastador. Invocou-se a necessidade duma autoridade forte para ordenar o caos social. Puseram-se em moda velhas concepções que a civilização novecentista considerara ignominiosas e fizera refluir, envergonhadas, para as cavernas. O século XX vem assim desenhando no horizonte dos povos esta angustiante interrogação : — Nova Renascença ou nova Idade Média ?

9. A evolução dos depósitos nos bancos comerciais e nas caixas económicas

Já, por incidente, fizemos sumária referência ao decréscimo dos depósitos em instituições de crédito durante os fatídicos anos da crise e atribuímo-lo então à desconfiança pública e ao desgaste dos pés de meia nacionais. Impossível se torna definir, sequer com aproximação, a parte que cada uma destas causas tomou e está tomando na produção do efeito comum. O fenómeno que nos propomos estudar tem, porém, outros aspectos e cambiantes que ressaltam, nitidamente, do exame dos números das estatísticas. Extraímos, por isso, dos quadros 115 e 116 do *Annuaire Statistique de la Société des Nations*, 1933-34, alguns dados que se nos afiguram assaz sugestivos :

DEPÓSITOS EM BANCOS COMERCIAIS E CAIXAS ECONÓMICAS
NOS FINIS DE 1925-33

(em milhões)

PAÍSES E UNIDADES MONE- TÁRIAS	DEPÓSITOS EM	1925	1926	1927	1928	1929	1930	1931	1932	1933
Alemanha (Reichsmark)	bancos comerciais.	3.591	5.112	6.324	8.341	9.219	7.984	5.397	4.946	4.580
	caixas económicas.	3.523	5.909	8.356	11.743	14.505	16.269	14.979	—	—
	Total.....	7.114	11.021	14.680	20.084	23.724	24.253	20.376	—	—
Bélgica..... (franc)	bancos comerciais.	15.796	17.974	22.861	25.464	29.363	30.001	26.593	23.214	—
	caixas económicas.	4.361	4.788	5.802	7.147	8.988	11.586	13.428	14.117	14.502
	Total.....	20.157	22.762	28.663	32.611	38.351	41.587	40.021	37.331	—
Dinamarca..... (krone)	bancos comerciais.	2.121	1.975	1.985	1.945	1.992	2.110	1.960	1.889	2.020
	caixas económicas.	1.935	1.971	1.989	2.041	2.120	2.202	2.192	2.145	2.170
	Total.....	4.056	3.946	3.974	3.986	4.112	4.312	4.152	4.034	4.190
Espanha..... (peseta)	bancos comerciais.	4.521	4.786	5.643	6.190	6.943	7.472	6.124	—	—
	caixas económicas.	1.364	1.509	1.652	1.847	1.955	2.147	2.292	2.456	—
	Total.....	5.885	6.295	7.295	8.037	8.898	9.619	8.416	—	—
Estados Unidos... (\$)	bancos comerciais.	37.791	39.415	41.518	43.233	42.985	43.287	39.714	30.597	—
	caixas económicas.	9.201	9.737	9.890	10.390	10.611	10.785	11.588	11.811	—
	Total.....	46.992	49.152	51.408	53.623	53.596	54.072	51.302	42.408	—
França..... (franc)	bancos comerciais.	29.973	32.104	38.037	47.638	47.525	49.563	48.010	46.847	41.333
	caixas económicas.	13.790	15.655	21.281	27.047	31.972	39.789	51.952	57.831	59.498
	Total.....	43.763	47.759	59.318	74.685	79.497	89.352	99.962	104.688	100.831
Holanda..... (gulden)	bancos comerciais.	1.261	1.293	1.367	1.390	1.355	1.473	1.242	1.112	996
	caixas económicas.	936	987	1.042	1.118	1.188	1.285	1.345	—	—
	Total.....	2.197	2.280	2.409	2.508	2.543	2.758	2.587	—	—
Inglaterra..... (£)	bancos comerciais.	2.125,6	2.167,5	2.214,6	2.280,9	2.240,5	2.308,8	2.135,9	2.409,6	2.374,5
	caixas económicas.	395,9	394,5	398,6	409,1	409,4	423,4	422,4	460,5	498,1
	Total.....	2.521,5	2.562,0	2.613,2	2.690,0	2.649,9	2.732,2	2.568,3	2.870,1	2.872,6
Itália..... (lira)	bancos comerciais.	—	17.379	18.321	19.591	18.795	18.233	15.946	14.811	—
	caixas económicas.	23.385	23.633	24.045	26.504	28.233	30.404	32.857	35.759	38.616
	Total.....	—	41.012	42.366	46.095	47.028	48.637	48.803	50.570	—
Japão..... (yen)	bancos comerciais.	9.599	9.974	9.872	10.207	10.315	9.811	9.205	—	—
	caixas económicas.	2.038	2.230	2.626	2.993	3.480	3.890	4.252	4.381	4.627
	Total.....	11.637	12.204	12.498	13.200	13.795	13.701	13.457	—	—
Polónia..... (zloty)	bancos comerciais.	404	675	1.044	1.366	1.405	1.472	1.023	962	890
	caixas económicas.	164	307	583	939	1.171	1.411	1.464	1.561	1.614
	Total.....	568	982	1.627	2.305	2.576	2.883	2.487	2.523	2.504
Portugal..... (escudo)	bancos comerciais.	741	821	873	986	1.050	885	812	823	—
	caixas económicas.	615	789	1.043	1.447	1.822	1.983	2.134	2.520	2.846
	Total.....	1.356	1.610	1.916	2.433	2.872	2.868	2.946	3.343	—
Tchecoslováquia... (koruna)	bancos comerciais.	21.122	22.113	23.528	24.947	25.699	27.328	24.986	24.065	—
	caixas económicas.	28.353	31.046	34.767	38.111	41.182	45.012	48.031	47.749	—
	Total.....	49.475	53.159	58.295	63.058	66.881	72.340	73.017	71.814	—

A primeira conclusão que ressalta do exame dêste quadro é o formidável acréscimo do volume global dos depósitos entre os anos de 1925 e de 1930. Na mesma proporção se amplificaram, de resto, no decurso dêste período as inversões do capital particular quer em títulos de dívida pública, quer em obrigações de empresas particulares. O exame, em conjunto, da evolução destas várias modalidades da riqueza mobiliária dá-nos ideia aproximada não só da exuberância da actividade económica durante aquele quinquénio, mas também da velocidade que a instituição jurídica do juro consegue imprimir à multiplicação dos capitais móveis.

Dêste último assunto nos ocupámos já, sob o ponto de vista teórico, em trabalho publicado no n.º 6 da *Vida Contemporânea* sob o título de «atritos da engrenagem capitalista». Como então, poremos agora em relêvo que, se nada viesse travar êste pululamento da riqueza mobiliária, dentro em pouco a actividade humana seria insuficiente para remunerar a massa colossal dos seus juros e dividendos. O aumento progressivo dos impostos e a deminuição da taxa de juros mostram-se impotentes nos países de melhor apetrechamento económico para conterem ou disciplinarem o avanço impetuoso dos capitais móveis. De modo que, em face da improficuidade dêstes correctivos legais, a natureza encarrega-se de solucionar o problema sem elegância — é certo —, mas com implacável energia, sob a forma de crises económicas e financeiras, que, economicamente, aniquilam uma percentagem variável do valor dêste ramo da capitalização. O pior é que, consoante vimos atrás, se altera assim o equilíbrio e a paz social.

Tendo crescido ininterruptamente até 1930, os depósitos, nos anos seguintes, entram de retrogradar nalguns países, estacionam noutros e continuam a manifestar ligeiro aumento em alguns, que, como a França, se tornaram velhacouto de capitais erráticos em demanda duma segurança que não logram alcançar. Mas ainda para esta nação, aliás a mais favorecida de tôdas, o grande ímpeto de 1925 a 1930 quebrou-se sensivelmente. Tomando como 100 o índice dos depósitos em 1925, o seu valor em 1930 seria : para a Alemanha, 341 ; para a Bélgica, 206 ; para a Espanha, 163 ; para a França, 204 ; para a Polónia, 508 ; para Portugal, 212. Pois, para a França, êste índice tem em 1933 o valor de 230, o que representa um acréscimo apenas de 26 em 3 anos, contra um acréscimo de 104 nos 5 anos anteriores, sendo ainda para notar que de 1932 para 1933 o fenómeno inverte o seu sentido, passando os depósitos de 104.688 milhões de francos para 100.831.

O que, porém, assume, posteriormente a 1930, aspecto de generalidade sem excepções e carácter de gravidade sem atenuantes é a redução no volume das emissões de capital, facto que, atenuando sobremaneira a queda dos depósitos, prova, além de tudo o mais, quão grande é a desconfiança dos povos a respeito da solidez estrutural da economia contemporânea. Esta desconfiança traduz-se, de resto, pelas mais diversas modalidades, duas das quais importa ainda destacar. Uma delas é a tesaurização particular, tomada no sentido de retenção de largas disponibilidades monetárias no próprio domicílio, o que, em parte, pode explicar a baixa no montante dos depósitos na grande maioria dos países. A outra é posta claramente em destaque pelos números do quadro anterior : mostram-nos êles, de facto, que, com excepção da In-

glaterra cuja banca privada goza de merecido rênome universal, os depósitos nos bancos comerciais baixaram em todo o mundo e que, ao contrário, subiram nas caixas económicas, sobretudo porque em muitas dessas instituições êsses depósitos têm a garantia do Estado. Para se ver a importância dêste último fenómeno, basta dizer que, tomando como 100 o índice dos depósitos nas caixas económicas em 1925, os valores dêste índice nos anos de 1930 e de 1933 seriam os seguintes, respectivamente : para a Bélgica, 265 e 333 ; para a França, 288 e 432 ; para a Itália, 130 e 165 ; para o Japão, 191 e 227 ; para a Polónia, 860 e 984 ; para Portugal, 322 e 470. É certo que, em regra, o acréscimo dos depósitos nas caixas económicas não chega para compensar a sua diminuição nos bancos de depósito. Isto não altera, porém, a conclusão de que no espírito público se vai enraizando a idea de que o Estado é a única entidade colectiva que ainda está em condições de oferecer resistência ao vendaval desencadeado na era contemporânea. Pelo menos, pensa-se comumente que, depois da sua queda, virá o dilúvio universal. Ora são poucos os que, na antevisão de tal cataclismo, alberguem em seu seio a esperança de salvar-se, encaixando-se para isso na arca dum Noé desconhecido.

E o que é mais curioso é que êste modo de ver se sucede quási sem transição a um conceito diametralmente oposto. Não há muito tempo ainda, o Estado, sempre que pretendia exceder o papel de polícia, era vituperado como se fôra incômoda excrescência enquistada no corpo nacional cuja vitalidade era assegurada pelas entidades económicas particulares. Hoje, tanto estas como aquele se sentem atezados pelas maiores dificuldades financeiras. Por conseguinte, a causa desta inversão de critérios não pode filiar-se em tais embaraços, dada a simultaneidade de situações que vimos de mencionar. A verdade é que o Estado surge, por motivos psicológicos, como um refúgio e uma esperança, o que é aproveitado por alguns estadistas para lhe amplificarem, ilimitadamente, as funções já não só sob o ponto de vista material, mas também e sobretudo sob o ponto de vista espiritual. Na gíria dos eruditoides começa, conseqüentemente, a introduzir-se nova expressão um pouco enfática, mas — valha a verdade — assaz significativa : o *Estado totalitário*.

10. Os embaraços financeiros dos Estados

Pois êste Estado totalitário vê-se e deseja-se para conseguir atamancar a sua atribulada vida financeira. As restrições conexas da produção e da movimentação comercial, dos rendimentos e do consumo, traduzem-se, pelo que diz respeito à fiscalidade, em diminuições sensíveis da massa sôbre que incide a tributação. Para que êste facto não acarrete, por sua vez, a queda do imposto, necessário se torna elevar as suas múltiplas taxas de modo que entre elas e a sobredita matéria tributável haja relação de proporcionalidade inversa. Como se vê, a matemática resolve êstes problemas com elegante simplicidade. A vida é que se não acomoda, de ordinário, com os despóticos mandamentos da matemática, traduzindo-se a revolta neste caso particular pela forma seguinte : o acréscimo da taxa de certo imposto além de determinados limites provoca, a seu turno, uma contracção no volume de incidência dessa ta-

glaterra cuja banca privada goza de merecido rênome universal, os depósitos nos bancos comerciais baixaram em todo o mundo e que, ao contrário, subiram nas caixas económicas, sobretudo porque em muitas dessas instituições êsses depósitos têm a garantia do Estado. Para se ver a importância dêste último fenómeno, basta dizer que, tomando como 100 o índice dos depósitos nas caixas económicas em 1925, os valores dêste índice nos anos de 1930 e de 1933 seriam os seguintes, respectivamente : para a Bélgica, 265 e 333 ; para a França, 288 e 432 ; para a Itália, 130 e 165 ; para o Japão, 191 e 227 ; para a Polónia, 860 e 984 ; para Portugal, 322 e 470. É certo que, em regra, o acréscimo dos depósitos nas caixas económicas não chega para compensar a sua diminuição nos bancos de depósito. Isto não altera, porém, a conclusão de que no espírito público se vai enraizando a idea de que o Estado é a única entidade colectiva que ainda está em condições de oferecer resistência ao vendaval desencadeado na era contemporânea. Pelo menos, pensa-se comumente que, depois da sua queda, virá o dilúvio universal. Ora são poucos os que, na antevisão de tal cataclismo, alberguem em seu seio a esperança de salvar-se, encaixando-se para isso na arca dum Noé desconhecido.

E o que é mais curioso é que êste modo de ver se sucede quási sem transição a um conceito diametralmente oposto. Não há muito tempo ainda, o Estado, sempre que pretendia exceder o papel de polícia, era vituperado como se fôra incômoda excrescência enquistada no corpo nacional cuja vitalidade era assegurada pelas entidades económicas particulares. Hoje, tanto estas como aquele se sentem atezados pelas maiores dificuldades financeiras. Por conseguinte, a causa desta inversão de critérios não pode filiar-se em tais embaraços, dada a simultaneidade de situações que vimos de mencionar. A verdade é que o Estado surge, por motivos psicológicos, como um refúgio e uma esperança, o que é aproveitado por alguns estadistas para lhe amplificarem, ilimitadamente, as funções já não só sob o ponto de vista material, mas também e sobretudo sob o ponto de vista espiritual. Na gíria dos eruditos começa, conseqüentemente, a introduzir-se nova expressão um pouco enfática, mas — valha a verdade — assaz significativa : o *Estado totalitário*.

10. Os embaraços financeiros dos Estados

Pois êste Estado totalitário vê-se e deseja-se para conseguir atamancar a sua atribulada vida financeira. As restrições conexas da produção e da movimentação comercial, dos rendimentos e do consumo, traduzem-se, pelo que diz respeito à fiscalidade, em diminuições sensíveis da massa sôbre que incide a tributação. Para que êste facto não acarrete, por sua vez, a queda do imposto, necessário se torna elevar as suas múltiplas taxas de modo que entre elas e a sobredita matéria tributável haja relação de proporcionalidade inversa. Como se vê, a matemática resolve êstes problemas com elegante simplicidade. A vida é que se não acomoda, de ordinário, com os despóticos mandamentos da matemática, traduzindo-se a revolta neste caso particular pela forma seguinte : o acréscimo da taxa de certo imposto além de determinados limites provoca, a seu turno, uma contracção no volume de incidência dessa ta-

porém, a que a percentagem de 1932 em relação a 1929 acuse, para alguns países, valores tais como : para os Estados Unidos, 45 ; para a França, 62 ; para a Holanda, 90 ; para a Alemanha, 44. É ainda de notar que neste último Estado existe, além do imposto sôbre o rendimento, o imposto sôbre as sociedades e que a percentagem dêste desceu à cifra quási inverosímil de 19.

A baixa crescente das receitas públicas, ao longo da crise, acabou por inverter o critério da organização dos orçamentos. Antes da crise, estabelecia-se um plano de gastos correspondente a determinada estruturação do Estado e forçavam-se as receitas a atingir valor não inferior ao cômputo daquelas despesas. Actualmente, o método adoptado é diametralmente oposto : calculado o máximo de receitas que é possível extorquir a um contribuinte esfalfado, tenta-se organizar um plano de despesas que se comporte dentro da verba assim calculada, para o que se procede a modificações um pouco arbitrárias na contextura de alguns sectores do Estado. Mas nem assim mesmo os governos conseguiram dar aos povos aquele perfeito equilíbrio das receitas e despesas públicas que é sempre conveniente desde que, para o alcançar, se não esmague a sua economia sob a carga tributária. A-pesar-da adopção duma política deflacionista, o *deficit* instalou-se, com carácter endémico, na maioria dos orçamentos, por isso que nos três capítulos, que mais avultam nas despesas dos Estados, êstes ou não podem ou não querem fazer reduções proporcionadas à gravidade da situação. Queremos referir-nos aos juros e amortização da dívida pública, aos gastos com o Exército e com a Armada e às pensões.

O exame destas verbas, sobretudo das duas primeiras, chega a causar calafrios. Para se ver que não exageramos, basta citar alguns exemplos. As percentagens do serviço anual da dívida e dos gastos com a defesa nacional atingiram nalguns dos países mais importantes do globo os seguintes valores no orçamento de 1931-32 : na Alemanha, respectivamente 10,5 e 6,9 ; nos Estados Unidos, 22 e 15,3 ; na França, 26,6 e 24,2 ; na Inglaterra, 38,7 e 11,1 ; na Itália 24,3 e 25,2. Mostram, pois êstes números que a Alemanha se encontra extremamente favorecida sob êste ponto de vista. Isto deve-se a duas circunstâncias : em primeiro lugar, o tratado de Versailles força-a a tomar juízo à fôrça, não lhe permitindo exagerar as despesas militares e navais, o que constitui uma das suas mais ardentes aspirações ; em segundo lugar, a crise económica levou-a à confissão da sua insolvabilidade, pelo menos momentânea, no tocante ao pagamento dos seus encargos externos. Esta excepção tão anormal não invalida o princípio genérico de que o pêso daqueles gastos tira aos orçamentos a elasticidade necessária para se poderem operar neles grandes reduções. Assim se explica que a paisagem orçamental se nos apresente com a sombria desolação de que nos dão idea exacta os números seguintes que fomos procurar ao *Annuaire Statistique de la Société des Nations*, 1933-34 (quadro n.º 120) :

PAÍSES	ANO FINANCEIRO	RECEITAS (EM MILHÕES)	DESPESAS (EM MILHÕES)	DIFERENÇA (EM MILHÕES)
Alemanha (R. M.)	1931/32 Cl.....	6.812,4	7.414,9	— 602,5
	1932/33 Cl.....	5.821,6	6.384,7	— 563,1
	1933/34 E.....	5.927,5	5.927,5	0
	1934/35 E.....	6.183,3	6.458,3	— 275,0
Espanha (peseta)	1931 Cl*.....	3.656,7	3.855,4	— 198,7
	1932 Cl*.....	3.886,4	4.291,0	— 404,6
	1933 Cl*.....	3.942,2	4.426,4	— 484,2
	1934 E.....	4.112,6	4.663,2	— 550,6
Estados Unidos..... (\$)	1931/32 Cl.....	2.118,1	4.997,9	— 2.879,8
	1932/33 Cl*.....	2.238,4	5.306,6	— 3.068,2
	1933/34 Cl*.....	3.115,6	7.105,1	— 3.989,5
	1934/35 E.....	4.128,8	4.639,1	— 510,3
França (franc)	1932—III-XII E.....	41.100,9	41.097,5	+ 3,4
	1933 E.....	45.645,9	50.486,7	— 4.840,8
	1934 E.....	48.281,4	50.162,6	— 1.881,2
Holanda (gulden)	1930 Cl.....	799,7	828,7	-- 29,0
	1931 Cl*.....	741,5	1.289,2	— 547,7
	1932 E.....	678,5	1.165,8	— 487,3
	1933 E.....	617,1	743,5	— 126,4
Inglaterra (£)	1931/32 Cl.....	851,5	859,5	— 8,0
	1932/33 Cl.....	827,0	862,0	— 35,0
	1933/34 Cl.....	809,4	779,2	+ 30,2
	1934/34 E.....	793,3	792,5	+ 0,8
Itália (lira)	1931/32 Cl.....	19.637,7	25.208,0	— 5.570,3
	1932/33 Cl*.....	18.711,8	22.855,6	— 4.143,8
	1933/34 E.....	18.086,5	23.152,8	— 5.066,3
	1934/35 E.....	18.061,1	22.276,3	— 4.215,2
Japão..... (yen)	1931/32 Cl.....	1.371,7	1.476,9	— 105,2
	1932/33 E.....	1.327,9	2.012,2	— 684,3
	1933/34 E.....	1.377,0	2.309,4	— 932,4
Polónia (zloty)	1931/32 Cl*.....	2.262,1	2.467,5	— 205,4
	1932/33 Cl*.....	2.001,7	2.244,1	— 242,4
	1933 34 E.....	2.058,9	2.458,0	— 399,1
	1934/35 E.....	1.961,3	2.184,6	— 223,3
Tchecoslováquia (koruna)	1932 Cl.....	8.367,5	10.258,1	— 1.890,6
	1933 E.....	8.634,2	8.632,5	+ 1,7
	1934 E.....	7.631,8	7.630,7	+ 1,1

Abrange êste quadro os países mais importantes do mundo, quer pelo seu volume populacional, quer pela sua densidade económica. Raríssimos são aqueles em cuja vida financeira o *deficit* não impera soberanamente. Quere isto, porventura, si-

Cl — contas fechadas.
Cl* — contas fechadas provisoriamente.
E — previsões orçamentais.

gnificar que se acabou, por esse mundo além, a raça dos estadistas previdentes e capazes? Não. A única conclusão que decorre logicamente dos números é que, elevadas as receitas ao máximo compatível com a capacidade tributária dos habitantes e reduzidas as despesas ao mínimo compatível com o bom funcionamento da máquina do Estado, resta, para a quasi totalidade dos países, um saldo negativo que, em regra, não há esperança de eliminar a não ser quando a crise bater as asas. E se ela continuar a fazer estragos durante um ror de anos ainda? — perguntar-se-á. Então outras preocupações mais graves hão de surgir, por isso que a ordem social terá de sofrer profundas remodelações que se irão reflectir na estrutura do Estado. Em tal hipótese, o equilíbrio haverá de estabelecer-se tendo em atenção princípios radicalmente diversos dos que estão actualmente em vigor.

A impotência orçamental de que os Estados contemporâneos se sentem atacados não é dos aspectos menos curiosos da crise. Quem reflectir profundamente neste facto chega, por vezes, a conclusões eivadas de pessimismo. A humanidade vai-se, porém, contentando com a idea de que «não há mal que sempre dure, nem bem que sempre ature». Oxalá assim seja.

11. A crise do Estado contemporâneo

A estrutura do Estado contemporâneo tem vindo a sofrer lentos retoques e remodelações sob a pressão de necessidades instantes, como se os homens fôsem levados a reboque dos acontecimentos, sem vislumbres de autonomia espiritual. De início, a defesa da produção de cada país fêz-se pelo método clássico do aumento dos direitos aduaneiros, o que não alarga o âmbito do Poder Central, tal como o concebeu a democracia novecentista; mas, ultimamente, a depressão cambial e o *dumping* japonês vieram demonstrar a certos Estados a insuficiência do sistema protector constituído pela armadura pautal. Ei-los, pois, lançados, clara ou disfarçadamente, na via das proibições e dos contingentes. E aqui já o Estado começa a exceder o seu papel normal e a querer regular por intervenção directa o funcionamento da vida económica.

O que vimos de dizer representa, porém, uma das muitas manifestações duma orientação genérica. Os clamores aflitivos de povos desnorteados vão forçando os Estados a assumir responsabilidades e a tomar deliberações que, em boa verdade, se não conteem dentro dos moldes da sua estrutura orgânica. A troxe-moxe, a golpes de decretos atabalhoados, vai-se operando, sob os nossos olhos, uma autêntica revolução. A liberdade económica sossobra debaixo dos golpes do destino. Uma vez, o número de tipos industriais é reduzido por via legislativa, para melhor racionalização das indústrias; outras vezes, as entidades económicas são obrigadas à cartelização no plano nacional e incitadas à cartelização no plano internacional, quando não são compelidas a concentrações de natureza mais íntima. E os Estados não se contentam com o facto de determinarem novo arranjo às fôrças económicas, porquanto se arrogam a função orientadora dos organismos assim criados.

Isto provoca naturais repercussões na mentalidade dos povos, assunto já abor-

dado por nós, ainda que ao de leve, no decurso dêste estudo. Estamos numa daquelas fases da história em que os acontecimentos parecem propositados a dar-nos a ilusão de que é incontestável a tese de Karl Marx, segundo a qual as manifestações da matéria comandam a actividade espiritual do homem. Em nosso entender, a tese é falsa, quando tomada em sentido absoluto, pois a verdade é que a matéria e o espírito se influenciam reciprocamente e em proporções variáveis com os tempos. Sob a coacção dos fenómenos económicos, o liberalismo, tal como o concebeu o século XIX, vai assim perdendo, diàriamente, partidários até mesmo entre os sinceros democratas. O Estado autoritário e forte começa a ser defendido em todos os campos políticos, apenas com uma diferença, se bem que fundamental: é que uns querem pô-lo ao serviço das grandes massas populacionais, cuja obra milenária de libertação está ainda incompleta, ao passo que outros aspiram a fazer dêle o implacável instrumento de opressão dessas mesmas massas, em benefício de minorias ávidas e endu-recidas.

Êste problema da economia dirigida e das suas lógicas repercussões na organização política dos Estados vem sendo abordado por nós na *Vida Contemporânea*, em sucessivos artigos. Para êles chamamos a atenção dos leitores do presente estudo se êstes assuntos lhes provocam algum interêsse. Não poderíamos, contudo, deixar de lhe fazer aqui nova e sucinta referência, porque, sem ela, os «aspectos objectivos da crise económica» ficariam na realidade incompletos.

Importa, por último, pôr em relêvo que a crise se vem agravando sem cessar por isso mesmo que, vivendo-se em pleno período de ensaios e experiências no grande laboratório do mundo, ainda se não conseguiu atribuir ao Estado a organização que o torne apto ao exercício das latas funções que, dia a dia, lhe vão sendo cometidas. Pretende-se forçar uma máquina velha, construída para a execução de certo trabalho com fraco rendimento, ao desempenho de trabalho diverso e, ainda por cima, com intensidade muito superior à antiga. O Estado polícia, juiz e árbitro esfalfa-se positivamente para se transformar no Estado grande capitalista e orientador e disciplinador da actividade geral. Faltam-lhe engrenagens, faltam-lhe técnicos e falta-lhe sobretudo um bom ajustamento entre os órgãos novos e os órgãos velhos.

Obra ingente e complexa é esta que o destino implacável reserva às gerações presentes e futuras. Quando nos pomos a reflectir na olímpica serenidade com que certos novos — felizmente muito poucos — requerem para suas omniscientes pessoas o monopólio da tarefa reformadora, só não sorrimos, irónicamente, porque a audácia é um dos encantos, e não dos menores da juventude. «A hora é nossa! a hora é nossa!» — gritam e regritam êsses raros aspirantes a açambarcadores da salvação nacional. Se estas coisas não fôsem infinitamente sérias, quási apetecia entregarlhes a hora, à laia de bola de *foot-ball*, a ver o que fariam com ela. Eram capazes de não meter *goal*...

Afinal de contas, a obra a realizar requiere o concurso de todos — velhos competentes com alma de moços e novos estudiosos com a reflexão de velhos.

A ciência e o direito

POR ABEL SALAZAR

I

Entendemos por *consciência* não a consciência moral, mas o acto pelo qual temos consciência de qualquer coisa, sensação ou idea, qualquer percepção enfim. Não é isto definir tal acto, cuja essência desconhecemos, mas apenas separá-lo da noção vulgar que liga à palavra um significado ético. A consciência, como acto de percepção íntima, é um limite científico capital. Êle separa o subjectivo do objectivo, e esta separação divide o universo em dois campos. Mesmo quando, forçando as coisas, reduzimos o fenómeno à unidade, nem por isso anulamos a dualidade tenaz com que êle se apresenta. Podemos passar dum campo para o outro, como podemos contemplar as duas faces duma parede; porém, mesmo chegando à conclusão de que a parede é uma, não podemos suprimir os dois aspectos das suas faces, nem os dois campos que ela separa.

Desta forma, todo o sistema ou doutrina que ignore esta limitação ou a despreze será conduzido fatalmente a uma situação insolúvel, porque desdenha uma limitação condicional que se não pode abolir. Ela é o ponto central à volta do qual gira toda uma série de problemas fundamentais e de consequências filosóficas: é a base e o alicerce de todos os pontos de vista fundamentais que condicionam todo e qualquer sistema. Todos os sistemas e doutrinas filosóficas, religiosas e morais, toda a especulação doutrinária o supõe resolvido neste ou naquele sentido. Dualismo e monismo, idealismo e realismo não são possíveis, sem primeiro definir essa situação basilar. Todas as doutrinas, sendo condicionadas por um tal ponto de partida, têm de tomar uma atitude quanto a êsse ponto de partida; assim, umas, suprimindo o limite, tornam os campos irreduzíveis, fazem dêles harmonias prè-estabelecidas ou não. Perante êste facto: — uma limitação separando dois campos, a posição em que cada sistema se coloca é em extremo variável, e é desta variação que depende todo o desenvolvimento do sistema. O homem, sendo a condição de todo o conhecimento, não

pode fugir, na especulação, às condições que a determinam ; ninguém pode ver sem olhos nem ver senão o que os olhos permitem, qualquer que seja o conhecimento que tenhamos do objecto que vemos. Assim, ninguém pode conhecer senão o que o condicionalismo mental do homem permite, qualquer que seja a realidade essencial do objecto. Lógica, intuição, observação, tôdas as possibilidades de actuação mental do homem são condicionadas, e o conhecimento não pode ir além dessa condição. Ora, de tôdas essas condições a primeira é a limitação estabelecida pelo fenómeno consciência ; somos forçados a separar a consciência dum fenómeno do próprio fenómeno, porque atribuir consciência ao fenómeno é cair precisamente na mesma situação. Desde que o facto consciência é posto em discussão, esta separação está nele imediatamente implícita. Não sabemos o que é consciência, mas o facto impõe-se, é a condição de tudo. Seja o que fôr a consciência, sem ela nenhuma percepção ; e, se por hipótese a abstrairmos e deixarmos a máquina mental trabalhar, tudo existe objectivamente, e no entanto nada existe subjectivamente.

No homem que dorme, a consciência está reduzida a um mínimo, e o trabalho cerebral continua ; se sempre assim fôsse, o trabalho intelectual existiria, e no entanto o homem não teria conhecimento de nada ; não existiria o subjectivo. Atingimos neste ponto o problema essencial de todo o conhecimento, de tôda e qualquer filosofia, e de tôda e qualquer possibilidade social ; e êste problema é insolúvel.

Já Tyndall, em 1868, dizia «que todos os grandes pensadores que têm estudado o assunto estão prontos a admitir a hipótese seguinte : — que todo o acto de consciência, quer êle se passe no domínio dos sentidos, do pensamento ou da emoção, corresponde a um certo estado molecular, definido, do cérebro ; que essa relação entre o físico e o consciente existe invariavelmente, por forma que, sendo dado o estado do cérebro, dêle se poderia deduzir o pensamento ou o sentimento correspondente, ou que, sendo dado o pensamento ou o sentimento, dêle se poderia deduzir o estado molecular do cérebro».

Como, fazer, porém, uma tal dedução ? No fundo trata-se de uma dedução empírica. — Bem poderei responder que muitas das deduições das ciências possuem um tal carácter de empirismo ; tal é aquela pela qual afirmamos que uma corrente eléctrica, circulando numa direcção dada, fará desviar a agulha magnética numa direcção definida. Mas os dois casos diferem em que, se não é possível demonstrar a influência sôbre a agulha, se pode pelo menos figurá-la, e nenhuma dúvida temos de que um dia virá em que o problema seja mecânicamente resolvido ; enquanto que se não pode mesmo figurar a passagem do estado físico do cérebro aos factos correspondentes do sentimento. — Admitamos que um pensamento definido corresponde simultaneamente a uma acção molecular no cérebro. Pois bem ! nós não possuímos o órgão intelectual, nós não possuímos nem aparentemente o rudimento de tal órgão, que nos permita passar pelo raciocínio dum fenómeno para o outro. Êles produzem-se simultaneamente, nós não sabemos porquê.

Se a nossa intelligência e os nossos sentidos fossem mais aperfeiçoados, mais rigorosos, assaz iluminados para nos permitir ver e sentir as próprias moléculas do cérebro ; se nós pudéssemos seguir todos os movimentos, todos os agrupamentos,

tôdas as descargas eléctricas, se porventura existem, dessas moléculas; se perfeitamente conhecêssemos os estados moleculares que correspondem a tal ou tal estado do pensamento ou do sentimento, seríamos ainda mais do que nunca longe da solução dêste problema: qual é a ligação entre êste estado físico e os factos da consciência? O abismo que entre as duas classes de fenómenos existe, seria sempre, intelectualmente, inultrapassável. Admitamos que o sentimento *amor*, por exemplo, corresponde a um movimento em espiral dextra das moléculas do cérebro e que o sentimento *ódio* corresponde a um movimento em espiral sinistra. Nós saberíamos, pois, que, quando amamos, o movimento se produz em uma direcção, e que, quando odiamos, se produz em direcção diversa; — mas o *porquê* ficaria sem resposta.

«Tal é o grave problema, acrescentávamos em 1914,¹ que se reduz em última análise à irreductibilidade do mundo moral ao mundo físico; encontramos aqui entre dois polos opostos; dum lado julgamos, como o pensavam de resto Locke e Spinoza, que a dualidade é aparente e que a unidade é real; de outro lado vemos que os factos da consciência nos aparecem irreductíveis aos fenómenos físicos, o que nos faz tender para o princípio cartesiano da «pensée et étendue». No entanto a maneira de ver actual difere do princípio cartesiano em que, neste, a separação é admitida, enquanto a razão nos leva hoje a conceber ao mesmo tempo a unidade real dos dois fenómenos e a sua irreductibilidade. Tal maneira de ver participa pois de Spinoza e de Descartes e difere, no entanto, de cada um dêles: — ela difere dum porque admite a ligação: ela difere doutro porque admite a irreductibilidade. Na realidade, segundo a maneira de ver de Tyndall, esta irreductibilidade não é *necessária*, mas apenas uma *ignorância*.»

Tal irreductibilidade tem pois a significação duma *limitação*, e esta limitação é condicional: ela é a condição fundamental de todo o conhecimento, de todo o sistema, de toda a doutrina. É o ponto de observação do universo e do homem, e da diferente posição em que, com ela, nos colocamos depende tudo. É ainda, quando se recua de porquê em porquê, um ponto fundamental, o último no recuo possível. Idealismo e mecanismo, dualismo e monismo, todos os pontos de vista morais, religiosos e sociais, aí vão esbarrar: para além, não há base possível. Os sistemas idealistas, reduzindo tudo à consciência e à sua projecção exterior, e os mecanistas, tudo reduzindo ao não consciente, fazem desaparecer a limitação, e tudo encontram num dos campos, e assim, levado o sistema às suas conseqüências máximas, conduz a uma situação insolúvel, porque, entre outras coisas, se choca com a noção geral e íntima das coisas, isto é, com uma condição humana. Anulando-a, caem no absurdo por negação dessa mesma condição. Por outro lado, quando procuramos penetrar em tal problema, chocamo-nos logo, e sempre, com uma dificuldade que todos conhecem e que anula todos os esforços. E essa dificuldade é ainda determinada pela própria condição das coisas. Porque o homem, quando procura tal análise, procura, em suma, ver a consciência com a própria consciência, o que é análogo à situação dum olho que se

¹ Abel Salazar — *A diferenciação sistemática do Pallium cerebral*.

quisesse ver a si próprio. O condicionalismo necessário para qualquer operação mental, sensação ou pensamento, falta, pois êle exige sempre a separação do acto que conhece ou sente e do objecto sentido ou a conhecer. Mesmo quando fazemos a crítica da razão, fazemos da razão um objecto, como que colocado a distância no espaço e no tempo; ora êste artificio, tornado possível pelo elemento memória, como applicá-lo num acto da natureza dêste problema?

E sem uma separação desta ordem, como compreender qualquer forma de conhecer? Importa pouco que o acto-consciência se applique à sensação, ao raciocínio, ou ao *Eu*: esta dificuldade ou, melhor, impossibilidade persiste sempre.

Se podemos estabelecer entre os diferentes aspectos do acto-consciente separações — entre, por exemplo, duas sensações, que distinguimos, entre sensação e idea, etc.—em tôdas está sempre incluída a impossibilidade assinalada. A separação que fazemos das côres, dos sons, das ideas, e entre estas e o *Eu*, implicam já modalidades dum mesmo acto — o consciente —, que é comum a todos êles e que, sendo assim existente como condição fundamental de todo o acto de conhecer, nos suprime a separação entre êste acto e o objecto, sem a qual não há conhecimento possível. A discussão analítica sôbre os processos de acção psíquica, as teorias e especulações sôbre a dinâmica do espírito e das operações da alma têm agora de ser postas de lado, porque não é êsse o nosso problema. O que desejamos acentuar é que a propósito do problema em questão não estamos fazendo especulação metafísica, mas apenas acentuar que a consciência é a condição positiva de todo o conhecimento possível. Conduz-nos isto, aparentemente, a uma espécie de truismo, como sempre que se discute um problema de origem, mas êste truismo é apenas empírico: o conceito de limitação é, pelo contrário, constantemente desconhecido ou desprezado, na filosofia, na psicologia, na especulação, e até na teorização científica.

Empreguemos uma linguagem figurada. A *consciência* é a *luz* interior dos actos psíquicos, fisiológicos, cerebrais: — mas quem vê essa luz? É o espelho onde se reflectem os raios internos, etc.; — mas como tem o *espelho consciência* de si próprio? É o reverso interior do acto psico-cerebral essencialmente um: — se alguém reflectir sôbre esta comparação, imediatamente verá que ela tudo deixa no mesmo pé: — como é que essa fase tem consciência de si própria? A consciência, diz o ponto de vista freudiano, é o acto inconsciente num maior grau de tensão, concentração energética, etc.: — como porém passar dum estado para o outro? Sempre, qualquer que seja a explicação proposta, recaímos na irreductibilidade a que se refere Tyndall. E sempre porque é transposta uma limitação essencial, que é condicional.

Não quero com isto significar que o consciente é todo o intellectual, mas apenas, que esta limitação é condição de todo o método científico. Nestas condições, a posição científica a adoptar deve ser bem definida para não sermos conduzidos às mais singulares situações. É frequente em ciência, mas sobretudo em sociologia, direito, filosofia, ver as teorias singrar entre o subjectivo e o objectivo em constantes zig-zags.

Os dois campos ora se separam, ora se penetram, e o autor é assim conduzido a situações confusionistas onde é impossível ver claro, e onde as conclusões mais

extravagantes são forçosas. A destriça nítida da separação que deve existir entre psicologia e fisiologia do sistema nervoso é muitas vezes esquecida ou ignorada, e os dois terrenos confusamente misturados. Muitas vezes os autores tomam uma atitude radical, suprimindo totalmente o objectivo como Becterev; como porém transpor a limitação condicional acima estabelecida, sem tudo reduzir a nada? Quando, no campo científico, se tomam tais atitudes, conduz-se o pensamento científico para um dogmatismo objectivo, que é tão metafísico como o subjectivo, e que é a própria negação do pensamento científico e do seu método. Pavlow, por exemplo, em contraste dum Becterev e a sua escola, é mais prudente, e não transpõe já-mais a limitação condicional. Isto força-nos a dizer duas palavras a propósito do dualismo ou monismo, pois êstes dois critérios são, a meu ver, com frequência desviados do verdadeiro sentido. Só existe verdadeiro dualismo quando ao mundo objectivo opomos um mundo espiritual, em que o espírito é concebido como entidade metafísica, e o seu mundo como um mundo metafísico, qualquer que seja a concepção metafísica que se lhe aplique. Desta forma a limitação condicional não tem razão de ser, pois nos encontramos não em face duma *ignorância que limita* ou melhor duma *posição insolúvel* (ou a que não vemos actualmente solução), mas duma irreducibilidade necessária e essencial, pois é inerente aos próprios factos. Se porém nos transpomos para o campo definido pela limitação condicional, tal como acima foi exposto, não há dualismo verdadeiro, mas apenas uma condição limitante, e o problema do dualismo ou monismo fica reservado por essa condição.

É essa, a meu ver, a única posição científica a adoptar perante êste problema fundamental. E, uma vez definida esta posição, todo o resto fica por êle regido, as directrizes do pensamento definidas, e a posição em que devemos colocar-nos estabelecida.

Com efeito, em primeiro lugar não temos que nos preocupar com a diferença metafísica de espírito e matéria, nem com o dogmatismo pseudo-científico do monismo. Ao mundo objectivo continuaremos a aplicar o método científico. O mundo subjectivo temos de considerá-lo, por agora, como um *sistema de factos*. Pôsto isto, resta saber: a êste sistema de factos é susceptível a aplicação do método científico? É uma resposta a esta interrogação que procuram, por exemplo, aqueles que se têm esforçado por saber se o facto mental tem ou não o seu equivalente mecânico. O futuro da psicologia e da filosofia depende fundamentalmente da resolução definitiva desta questão; mas, na expectativa, nós podemos adoptar uma atitude intermédia, provisória, com tôda a prudência necessária. Em face da condição limitante fundamental, achamo-nos numa situação que não pode ser atacada directamente, mas que pode ser torneada. Assim, em vez de especularmos directamente sôbre o subjectivo, procurando atacar o problema por assim dizer em profundidade, pela introspecção, podemos antes, considerando o mundo subjectivo como um *sistema de factos*, coordenar e catalogar êstes factos, fazendo com êles uma ou várias séries destinadas a servir de reserva para os collocarmos em confronto com os seus correspondentes objectivos. Assim, apoiando-nos nos dados positivos da endocrinologia, nós podemos já hoje dar uma base experimental à afirmação seguinte; o psíquico é função do orgânico, e do

material. O psíquico é, com efeito, função do estado cerebral e do estado hormonal. Por outro lado a psico-somática vem nos mostrar, por outra via, uma correlação definida entre o psíquico (alma, espírito, temperamento, carácter, etc.) e o físico. Por outro lado ainda a psicanálise esforça-se por considerar (sob o ponto de vista método e critério) o subjectivo como uma *objectividade especial*, e penetrar no seu íntimo com um método científico.

Substituindo a introspecção pela análise exterior ao sujeito, a psicanálise fêz do psíquico um objecto de análise científica, objectivando-o.

Ajustando a isso os progressos da fisiologia nervosa, a reflexologia, os estudos cerebrais de vária ordem, temos desta maneira na mão uma série vistosa de elementos que nos permitem tornear a condição limitante. Sem fazer desaparecer o *écran* que separa, como condição subjectiva, o psíquico do físico, e sem portanto cairmos numa limitação unilateral, ou metafísica, nós podemos começar a seriar dum lado e do outro d'êste écran, duas séries paralelas de factos e fenómenos, e determinar-lhes a correlação. Desta forma, sem nos preocuparmos com o que seja êste ou aquele fenómeno da série subjectiva, pelo caminho indirecto das correlações de séries, poderemos caminhar para novas conclusões, férteis em resultados científicos e filosóficos de tôda a ordem. É êsse o caminho, a meu ver, que deve seguir a psicologia científica, que tomará grande incremento, quando, pelo desenvolvimento conjugado da psico-somática, da endocrinologia e da fisiologia, fôr possível assentar as bases definitivas da psicologia científica. A própria marcha histórica que as coisas têm tomado em psicologia, os próprios nomes de psico-somática, de psico-endocrinologia, etc. contem em si, implícita, condição limitante fundamental, como é fácil de compreender. E todo o desenvolvimento destas ciências é baseado nessa condição, embora ela aí se não veja colocada como prefácio e como base. Desta maneira os dois campos, o psíquico e o físico, vão-se aproximando um do outro, progressivamente, muito embora sem se justapor. O que resultará desta aproximação gradual é que não podemos desde já prever, mas dessa aproximação depende todo um futuro fértil em resultados filosóficos.

Pôsto isto, notemos agora que há uma objectividade empírica, comum, banal; e uma objectividade experimental e científica: o átomo, a molécula e o electron pertencem à objectividade científica, como o noumeno pode ser considerado a objectividade filosófica e transcendente. Mas a êstes tipos de objectividade temos de acrescentar outro, mais difícil de compreender. Assim, quando os sociólogos e juristas falam de *direito objectivo*, fazem uma concepção especial ou uma categoria especial de objectividade que necessita duma análise. O caso é, com efeito, comparável a uma fórmula matemática, a uma figura geométrica, a uma obra de arte, a um hieroglifo: tôdas são sinais, e como tal objectivos; mas a sua significação é puramente subjectiva. Na série de sinais que escrevem o nome de Ramsés, qualquer pessoa vê apenas um conjunto de figuras, sem que êles determinem o conceito — Ramsés.

Um sinal (linguístico, musical, matemático), é um simples intermediário e não tem significação senão subjectivamente, embora esta seja objectivada pelo hábito, com a sensação. Uma partitura, uma tela impressionista ou cubista nada são, en-

quanto não forem compreendidas, isto é, têm apenas significação subjectiva, embora sejam também objectivadas pelo processo habitual que é peculiar à mente humana. O mesmo sucede com a objectivação das ideas, dos sistemas, dos conceitos, da moral, etc.. O mesmo sucede ainda com o *objectivo* em sociologia e direito. Somos assim conduzidos a um dos pontos críticos principais, relativamente ao nosso tema, isto é, a posição actual relativa da Ciência e do Direito. A *objectividade*, em Sociologia, História e Direito, tem assim um significado muito particular, e êste critério é, em parte, no que diz respeito a estas doutrinas, a condição de tudo.

Ritos, fórmulas sociais, políticas e religiosas, leis, regras de direito, costumes, tradições, etc. etc., tudo é considerado pelo sociólogo, pelo historiador e pelo purista, como um facto objectivo. A primeira coisa que temos a fazer é estudar esta objectividade. O tema que temos a tratar obriga-nos a limitar esta análise à *objectividade* tal como é considerada em direito, de que a *regra de direito*, objectiva, é exemplo. Antes porém de entrarmos nesta discussão, examinemos ainda um outro ponto de vista, igualmente essencial para as bases do Direito.

*

Entre os resultados já adquiridos pelos trabalhos da psicologia científica, avultam os da reflexologia, da endocrinologia, da psico-somática, da mentalidade dos povos primitivos, e, por fim, da psicanálise. Já focamos a importância filosófica destes métodos, considerados em conjunto.

Devemos agora pôr aqui em evidência um ponto de vista resultante dos estudos do freudismo, que tem para o nosso caso especial importância. Referimo-nos ao critério do Consciente e do Inconsciente, tal como o freudismo hoje o concebe. Os trabalhos desta escola vieram em parte renovar e colocar sob outros pontos de vista o velho problema filosófico da alma racional e irracional, e por outro lado transformaram sensivelmente as ideas antigas sobre o Inconsciente. A nova maneira de conceber o Inconsciente e o Consciente, a soma importante de observações que lhe servem de base, o método tanto quanto possível científico em que estas conclusões assentam, são férteis em consequências de ordem geral e de aplicações capitais em filosofia, em história, em sociologia e direito. Por outro lado a teoria do Inconsciente-Real Psíquico vem colocar o Consciente numa nova posição relativa ao Inconsciente, e ao Exterior Social e Cósmico. Daí uma translação forçada em muitas posições relativas que passam a tomar um arranjo diferente do que é habitual.

Por um vício de perspectiva interior, o ponto de vista clássico tem dado, quer sob o ponto de vista filosófico, quer histórico e social, uma importância excessiva ao Consciente; assim criou-se um desequilíbrio e uma posição falsa no estudo de muitos problemas e no desenvolvimento de muitas teorias. O desdém habitual pelo Inconsciente, a forma incompleta ou viciada de compreensão desse Inconsciente criou uma visão da filosofia, da história e da sociologia baseada num Consciente hipertrofiado de que resulta um vício geral de perspectiva que necessita de ser rectificado.

O moderno ponto de vista freudiano deve ser conjugado a meu ver com a condição limitante fundamental. O conceito freudiano sobre o consciente não é especial;

o consciente, considerado como hipertonus, como condensação ou concentração energética do Inconsciente, não eliminou a condição limitante; transporta-a apenas do espacial para o dinâmico. Tal ponto de vista conduz-nos igualmente à irreducibilidade de Tyndall, a qual, quando interpretada da forma por que o fizemos, constitui aquilo que se pode chamar a *condição limitante fundamental*. Estabelecer como causa do consciente uma diferença dinâmica e quantitativa, em vez duma diferença especial, em nada modifica o critério da condição limitante, que se aplica quer ao ponto de vista espacial quer ao dinâmico. Mas já o mesmo se não pode dizer em absoluto no que diz respeito às posições relativas do subjectivo e do objectivo. A êste respeito vemos-nos em face dum problema singularmente difícil; não o podemos aqui desenvolver, limitando-nos a defini-lo no que êle tem de principal, reservando o seu estudo para outro lugar. Se, com efeito, o real psíquico é o objectivo (cerebral), então, adentro do ponto de vista freudiano, o subjectivo não é senão um estado especial. Mas, como esta concepção não destroi a condição limitante, se tal concepção fôsse demonstrada e tivéssemos de admiti-la como um facto, singular seria então a situação a que ela conduziria: e essa seria a seguinte, a saber, o subjectivo teria de ser concebido de duas formas, uma adentro da condição limitante, outra como modalidade especial do objectivo, um estado especial da matéria. Seria a solução científica do problema psíquico, mas não a sua solução filosófica: esta encontrará sempre na sua frente a condição limitante, pois que esta é uma condição biológica, com base orgânica, e portanto só solucionável teòricamente, por uma modificação imaginária desta condição orgânica. Esta condição é impossível de transpor porque, uma vez eliminada, cairíamos num absurdo, mais incompreensível do que o fenómeno a que ele se refere.

(*Continúa*).



Aplicação da minha filosofia a duas grandes questões actuais

UMA QUESTÃO CIENTÍFICA : A RELATIVIDADE DE EINSTEIN
E UMA QUESTÃO ARTÍSTICA : A OBRA DE PIRANDELLO

POR GERMANO ROCHA

*Conferência realizada na Sociedade de Geografia
de Lisboa em 13 de Fevereiro de 1933*

Sr. Presidente, minhas senhoras e meus senhores :

I

Vou ocupar-me primeiro das

Reacções da teoria da ciência sôbre a ciência

Bases das ciências exactas

A minha teoria da ciência revela a necessidade da *definição lógico-real das cousas* que estão na base das ciências exactas, assim como uma *identificação rigorosa das realidades materiais e da luz*, intermediário indispensável entre nós e as realidades.

A definição lógico-real de *número* foi feita pela primeira vez por mim no meu livro *Novos elementos de aritmética*. Ali ficou resolvida a questão das relações da Matemática com a realidade, questão posta em termos precisos pela primeira vez por Felix Klein nas suas Conferências do Semestre de verão de 1901, intituladas «Anwendung d. Differential u. Integral Rechnung auf Geometrie, eine Revision der Prinzipien».

A definição do *espaço* foi dada pela primeira vez por Hugo Dingler no seu livro «Die Grundlagen der angewandten Geometrie».

O tempo foi definido por mim na minha primeira conferência.

A massa foi, como é sabido, definida por Galileu e Newton e de um modo preciso por Ernst Mach no seu livro *A mecânica. Exposição histórico-crítica da sua evolução*.

A identificação espacial dos corpos faz-se mediante o corpo rígido de Dingler e, quanto à identificação da luz, ela foi feita, como V. Ex.^{as} sabem, na conferência anterior.

Mas, como esta identificação está na base das Ciências e da discussão da teoria da Relatividade, que é assunto desta conferência, vou relembra-la agora. V. Ex.^{as} perceberão tudo o que vou dizer se perceberem a identificação da luz, identificação de que os homens se têm esquecido em um tempo em que há por todo o Mundo Institutos de Identificação :

A luz é motivada pelas radiações que, partindo do corpo luminoso, nos batem nos olhos com a velocidade de 300.000 km/s.

Se vemos a luz quando nos afastamos do sol, por exemplo, devemos concluir que do sol partem radiações mais rápidas, relativamente ao sol, para nos baterem nos olhos com a velocidade precisa, 300.000 km/s.

Se nos aproximamos do sol, continuamos a ver luz e devemos, pois, concluir que do sol partem também radiações mais vagarosas, relativamente ao sol, que nestas condições, nos batem nos olhos sempre com a mesma velocidade 300.000 km/s.

Isto que estou a dizer a V. Ex.^{as} é tão elementar que os alunos do liceu o entendem perfeitamente. Pois bem. Não é preciso mais nada para interpretar várias experiências que ninguém até hoje interpretou em termos clássicos ! Não é preciso mais nada para *deslindar a meada que tem traçado emredados todos os físicos há mais de um século, incluindo Alberto Einstein*.

Explicações de experiências inexplicadas

Uma experiência ainda inexplicada é a experiência seguinte imaginada por Maxwell e a que já me referi na primeira conferência :

Medir a velocidade da luz vinda de um satélite de Júpiter, quando o sentido do movimento desta luz concorda com o sentido do movimento do sistema solar e, passados seis anos, medir de novo a velocidade da luz proveniente do mesmo satélite. Neste segundo caso, como é sabido, a luz marcha em sentido discordante do sentido do movimento do sistema solar.

Esperava-se encontrar nos dois casos velocidades diferentes ; encontrou-se a mesma velocidade. A explicação dêste resultado é esta :

Não podia deixar de se encontrar a mesma velocidade pois que os raios que entrassem nos olhos com velocidades diferentes de 300.000 km/s., relativamente a nós, já não seriam por nós sentidos como luz.

Certas experiências como a de Arago, revelando a posição constante do foco de uma lente, para a luz que se afasta ou aproxima, e outras, tinham sido explicadas

por Fresnel pela sua teoria do arrastamento parcial do éter. Tôdas estas experiências se explicam do mesmo modo, com a mesma simplicidade, pela nossa teoria.

Em tôdas as experiências anteriores, a diferença de velocidades que se esperava encontrar era da ordem de uma constante B, chamada constante de aberração. Estavam os físicos desejosos de conhecer uma experiência capaz de apreciar diferenças de velocidade da ordem de B^2 ; desta experiência esperavam por fim uma completa elucidação sôbre a marcha da luz. Foi Michelson quem conseguiu, em 1881, realizar um aparelho teòricamente capaz de medir aquelas diferenças, mesmo que elas fôsem na realidade cem vezes menor do que as indicadas pelo cálculo. Nenhuma diferença de velocidade se conseguiu, porém, observar nas mais delicadas experiências para que esse aparelho foi construído: *a velocidade da luz é ainda a mesma nestas condições em que se esperava observar diferenças de velocidade da ordem de B^2 .*

Pelo meu modo de ver as cousas, *a explicação é imediata, como a das experiências anteriores.* Esta experiência, que foi considerada um dos grandes enigmas da ciência, foi um pretexto para Einstein criar a sua teoria da Relatividade.

Como explicar o facto de só agora aparecer a nova teoria da luz

Antes de entrarmos na teoria da Relatividade, desejo dizer a V. Ex.^{as} qual o motivo por que não se foi levado, antes de mim, à minha idea de identificação da luz, idea tão simples que, parece, poderia ter vindo a uma criança. É que desde os trabalhos de Fresnel tem sido crença inabalável aquilo que deveria ter sido apenas uma débil hipótese: *a luz é devida a vibrações elásticas transversais do éter!* Ora, como a teoria da elasticidade diz que, nestas condições, só é possível uma velocidade de propagação, ninguém se lembrou que poderia haver raios mais ou menos rápidos. Mas não devia ter havido por tanto tempo — mais de um século! — um grande apêgo àquela hipótese, porque há factos que todos conhecem e que se lhe opõem.

Confirmações experimentais da minha teoria

Com efeito: 1.º Não é verdade que um feixe de luz solar, ao atravessar um prisma, origina *raios que se propagam com velocidades diferentes dentro do prisma?*

2.º Não é verdade que a teoria da elasticidade diz que as vibrações transversais devem originar na superfície de separação de dois meios ondas transversais e longitudinais e que *nunca ninguém observou, nestas condições, estas ondas longitudinais?*

3.º Antes de entrarmos na crítica da teoria da Relatividade, desejo indicar uma experiência que todos os físicos conhecem e que confirma a minha identificação da luz. Como é que ninguém reparou nela?

Suponhamos que o Sol se afasta de nós; fixemos sôbre o espectro uma determinada risca R e meçamos a distância dessa risca ao extremo violeta visível do espectro. Se esperarmos agora que o sol se aproxime da nós, a risca, como é sabido,

aproxima-se do fim do espectro ; a distância da risca ao extremo do espectro diminui, supozhamos, de $1 \text{ m}/\omega$.

Pregunto : para onde foram as radiações que se estendiam sôbre o último milímetro do fim do espectro ? Desapareceram por nos baterem nos olhos com uma velocidade superior à necessária para dar a impressão de luz. Quere dizer : esta experiência revela-nos, em um extremo do espectro, a existência de luz que deixa de ver-se no momento em que nos bate nos olhos com uma velocidade maior que a necessária para ser luz, para ser visível e, mais, em o outro extremo do espectro, radiações invisíveis, por pouco velozes, que passam a ver-se no momento em que são lançadas contra os nossos olhos com uma velocidade conveniente !

4.º Também a aparição ou desaparecimento das estrêlas *novas* do céu são explicadas com tôda a facilidade pela minha teoria.

5.º E os fenômenos de variação do brilho das estrêlas *variáveis*, considerados hoje *muito misteriosos*, explicam-se, igualmente, pelo menos em grande parte, de um modo imediato. Quais os fenômenos da Astrofísica que não devem ser revistos e estudados à luz desta teoria ?

II

Crítica da teoria especial de Einstein

Constância da velocidade da luz

A consequência inevitável a tirar da experiência de Michelson é esta :

«A velocidade da luz é constante em todos os sistemas de Galileu, isto é, sistemas animados de movimento rectilíneo e uniforme relativamente às estrêlas fixas.»

Mas : como é possível dentro da mecânica clássica admitir que a velocidade da luz é constante ?

Einstein responde que é impossível ; eu afirmo que é possível e já o mostrei a V. Ex.^{as}. Para se compreender a atitude de Einstein basta analisar os seus raciocínios sôbre as bases empíricas da física, apresentados no seu livro *Über die spezielle und die allgemeine Relativitätstheorie*. Na pag. 27 dêste livro, Einstein, imaginando-se colocado dentro da mecânica clássica, para mostrar a insuficiência desta, compara a luz a deslocar-se com um homem a andar. Sem ter feito a identificação da luz não admira não poder compreender aquilo que só a identificação torna evidente.

Espaço e tempo de Einstein ; espaço e tempo universais

Como consequência da constância da velocidade da luz, Einstein foi levado à definição de um novo espaço e um novo tempo para os sistemas de Galileu ; como consequência da minha análise eu defmo espaço e tempo universais.

Vejamos primeiro o raciocínio de Einstein que mostra que um instante de um

dado sistema de Galileu não é um instante para outro sistema de Galileu, isto é, que não existe o *instante universal*.

Imaginemos dois sinais luminosos instantâneos em dois pontos A e B de um sistema S; se uma pessoa colocada no meio de segmento A B vir os dois sinais simultaneamente, dirá que se produziram no mesmo instante. Sejam agora A' e B' os dois pontos de um outro sistema S', de Galileu como o primeiro, e portanto animado, relativamente ao primeiro, de movimento rectilíneo e uniforme, pontos que coincidem com A e B respectivamente quando partiram os sinais luminosos.

Se fôr C' o meio de A' B', no sistema S', diz Einstein que um homem em C', marchando a favor de uns raios e contra outros há-de ver primeiro êstes e depois aqueles e dirá, por isso, que os sinais luminosos tiveram entre si um certo intervalo de tempo.

Para o homem em C os sinais definiriam um instante; para o homem em C' um intervalo de tempo. Daqui tirou a conclusão de que não é possível definir o instante universal e portanto o tempo universal ou absoluto.

Mas não tem razão e creio que V. Ex.^{as}, que não devem olhar já a luz como um homem a andar, mas, se quiserem, como uma linha dêles caminhando uns mais depressa, outros mais devagar, me compreenderam inteiramente. Com efeito ao homem em C' só darão a impressão de luz os raios que relativamente a êle tiverem a velocidade de 300.000 km/s, ou que lhe baterem nos olhos com esta velocidade. Será esta velocidade apreciada fisicamente e, como o caminho A' C' é por definição igual ao caminho B' C', a luz levará o mesmo tempo a percorrer o caminho à esquerda ou à direita de C', isto é, chegará a C' em um determinado instante, o mesmo em que chegou a C. Como o segundo sistema é qualquer, podendo até não ser de Galileu, eu direi que tenho definido fisicamente o *instante universal*.

E já agora vou definir o *tempo universal*. Seja C o caminho percorrido pela luz em um segundo. Imaginemos, em um sistema S, espelhos às distâncias de C/2, 2 C/2, 3 C/2, 4 C/2, etc., de um ponto qualquer A, assim como de outro ponto B. Produzindo agora um sinal instantâneo em A, a luz, proveniente dêste sinal e reflectindo-se nos espelhos de modo a voltar a A e a B, chegará a êstes pontos ao fim de 1s, 2s, 3s, etc. Temos dêste modo imaginado um relógio luminoso de segundos. Ao mesmo tempo, como os sinais em A e B são simultâneos, êstes instantes podem *universalizar-se*, como mostrei na experiência anterior, e temos assim definido, por consequência, um *relógio de segundos universal, que dá o segundo em todos os sistemas*. Notem V. Ex.^{as} que Einstein, dentro da relatividade restrita, não conseguiu elevar-se à noção de *tempo geral*.

Agora que conhecem a minha definição de tempo, vejamos como procedeu Einstein para chegar à sua.

Einstein partiu da hipótese, que a experiência já tinha verificado, de que a velocidade da luz em um sistema S de Galileu é igual à velocidade da luz relativamente a outro qualquer sistema S' também de Galileu; e ainda da hipótese de que a medida feita em S' da unidade de S é igual à medida feita em S da unidade de S'.

Não vou apresentar a V. Ex.^{as} o cálculo elementar. Sòmente direi que para a

velocidade de um mesmo raio luminoso ser a mesma relativamente a S e S' foi Einstein obrigado a considerar os tempos em S e S', respectivamente t e t', assim relacionados :

$$t' = \frac{t_1 \frac{v}{c^2} x}{\sqrt{1 - \frac{v^2}{c^2}}}$$

e os espaços x e x' correspondentes assim relacionados :

$$x' = \frac{x - vt}{\sqrt{1 - \frac{v^2}{c^2}}}$$

Não calculou Einstein que eram os raios que mudavam para darem a impressão de luz, sempre com a mesma velocidade sôbre o olho ; imaginou que nos diferentes casos eram o espaço e o tempo que tinham de mudar, *de modo que o seu quociente, a velocidade, ficasse constante* — que era o que se pretendia explicar. E assim foi levado, é claro, a espaços e tempos variáveis que lhe explicavam a constância da velocidade, o que não era de extranhar visto que para isso foram imaginados e deduzidos.

A explicação de Einstein não explica nada

O resultado a que chegou Einstein é muito estranho. Prova-se que não é possível imaginar, reparem V. Ex.^{as}, um movimento real de um ponto, para o qual se verifiquem aquelas relações. Não há realidade em espaços que valham tempos ou em tempos que valham espaços. *Explicar* a luz e a sua marcha por êstes conceitos de espaço e tempo é para o homem mais incompreensível do que explicá-los pelo capricho de almas nela existentes porque, enfim, as almas ainda se podem imaginar e êstes conceitos não ! *Em matéria de explicação, a teoria einsteineana é, a meu ver, mais atrasada que a teoria anímica dos povos primitivos.*

Para resolver a crise, Einstein colocou-se fora da mecânica clássica. E não há necessidade disso, pois acabei de explicar a V. Ex.^{as} com as velhas e sólidas noções de espaço e tempo — tão sólidas como a razão humana — as mesmas experiências que Einstein explicou servindo-se de um espaço e um tempo que não são o espaço e o tempo de tôda a gente, que a meu ver nada podem explicar e que são apenas um artifício !

Um artifício ! É verdade ! Mas o mal não está em pensar Einstein, e em geral os físicos, que se vão convencendo, por não poderem vencer, de que o espaço e tempo clássicos são filhos de experiências imperfeitas ! Max Born diz mesmo que a humanidade acabará por repelir as ideas do espaço e tempo clássicos, como ideas erra-

das, e adoptar as ideas de espaço e tempo de Einstein! *Disse eu que o espaço e tempo de Einstein são apenas um artifício; que as relações anteriores entre os espaços e os tempos, chamadas relações de Lorentz, são igualmente um artifício.* Com efeito, eu obtive estas relações seguindo o mesmo raciocínio que Einstein seguiu no seu livro, substituindo apenas as palavras — o raio —, visto que o raio não existe como individualidade mecânica, pois como vimos são dois raios diferentes, substituindo, como disse, as palavras «o raio» pelas palavras «o raio artificial». Assim fica certo e eu posso depois servir-me do resultado, que são as fórmulas de Lorentz, como sendo as expressões dos espaços e tempos artificiais relativos a um raio artificial, que tivesse como resultado lógico a constância da velocidade da luz!

Significação física do Raio artificial de Einstein

Sobre isto não me parece possível haver dúvidas. Mas surge agora imperiosa uma pergunta: se é verdade que Einstein tem alargado o âmbito dos conhecimentos humanos *qual será a significação física dêsse raio artificial — que se propaga em espaços e tempos artificiais — e de que se serviu Einstein, sem nele falar?*

É curiosíssima a resposta! Como se viu são diferentes os raios que proveem dos diferentes sistemas de Galileu e que entram no olho do observador dando a impressão de luz; cada um dêles, porém, é determinado por um sistema de valores x' e t' , sendo x e t os valores correspondentes ao sistema a que pertence o observador. Quere dizer que podemos considerar x' e t' como as coordenadas da *luz sentida* no sistema x, t , proveniente dos diferentes sistemas de Galileu. Por outras palavras: as relações entre os tempos e os espaços não se referem aos tempos e aos espaços do mesmo raio de luz identificado, da mesma realidade; pelo contrário, referem-se a tempos e a espaços de diferentes raios que produzem a *mesma sensação*. Em resumo: *o espaço e o tempo de Einstein não se referem a uma realidade exterior; não são uma objectivação do espaço e do tempo, como se pensa. Sendo a física uma ciência da realidade exterior, Einstein definiu o espaço e o tempo apoiado em uma realidade interior, isto é, subjectivou a noção objectiva que Newton tinha definido, apenas logicamente.*

A teoria de Einstein e a evolução da física moderna

Einstein caminhou ao inverso do que se pensa. Que longe desta conclusão necessária está por exemplo Max Born, o genial físico da Universidade de Francfort, seu admirador e colaborador nestes trabalhos de relatividade e atomística! Einstein a fazer ciência subjectiva parecerá a êste, e aos físicos em geral, uma afirmação extraordinária — e eu explico a V. Ex.^{as} porquê.

Há actualmente em todo o trabalho científico uma origem terrível de confusões. Será possível ler actualmente um livro de crítica científica que não tenha a frase *antropomorfismo grosseiro*? Creio que não!

Depois que Copérnico estabeleceu que a terra girava à volta do sol e não era, como Ptolomeu imaginou, o centro do mundo, o homem começou a perder a confiança no seu valor. E, depois que Descartes mostrou a superioridade das qualidades primeiras sobre as segundas, que eram subjectivas, para a explicação da realidade, então o elemento humano perdeu quasi toda a importância na construção da ciência. E a evolução científica, no consenso geral, faz-se neste sentido: relativar e objectivar cada vez mais! Vejamos, para o confirmar, o que é, por exemplo, para Max Born o sentido do progresso científico. Êste consiste em substituir impressões absolutas, ligadas ao *eu*, por *medidas relativas, resultantes da objectivação* das cousas. Estas medidas são efectuadas no espaço e tempo que o génio de Newton presenteou à mecânica. Porém, palavras textuais de Max Born, traduzidas à letra: «A descoberta de Einstein consiste agora nisto: o espaço e o tempo estão ainda apegados ao eu e a imagem que se forma do mundo das ciências naturais será mais bela e grandiosa quando também êstes conceitos fundamentais forem sujeitos a uma relativação.»

E conclui assim, na página 5 do seu livro *Die Relativitätstheorie Einsteins*: «O trabalho de Einstein é esta objectivação, a relativação dos conceitos de espaço e tempo». Ora nós vimos na nossa análise que é o *contrário*! *O trabalho de Einstein consiste na subjectivação dos conceitos de espaço e tempo!*

A experimentum crucis de Einstein não é uma experiência

Pregunte-se agora:

Como é possível a defeza da mecânica clássica se Einstein achou na experiência de Fizeau a «experimentum crucis» entre a sua teoria e a clássica (pág. 27 do seu livro já citado)? Einstein enganou-se mais uma vez. Com efeito: Sabemos que, sendo

w — a velocidade de um homem relativamente a um combóio e

v — a velocidade do combóio relativamente à linha, será

$$W = v + w$$

sendo *W* a velocidade do homem relativamente à linha.

Semelhantemente (fala Einstein): se o combóio sobre a linha fôr substituído por uma corrente de água num tubo de vidro e lançarmos depois ao longo da água corrente raios de luz, êstes ficarão na situação do homem da experiência anterior; isto é, se fôr

w — a velocidade da luz relativamente à água e

v — a velocidade da água relativamente ao tubo, será

$$W = v + w$$

sendo W a velocidade da luz relativamente ao tubo. Isto no dizer de Einstein (*que compara nesta experiência o raio da luz a marchar com o homem a correr*) é o que reza a mecânica clássica.

Pelo contrário, Einstein entende que

$$W = \frac{v + w}{1 + \frac{v + w}{c^3}}$$

E diz então : mediram-se v e w ; a experiência confirmou a minha fórmula, ficando, portanto, posta de parte a mecânica clássica.

Isto não está certo ! E a mecânica clássica salva-se assim :

Não se trata aqui de nenhuma «experimentum crucis» ; nem sequer de uma experiência sem ser «crucis», mas de duas experiências diferentes para as duas teorias. Einstein considerou as grandezas W e w a seu modo, que, como nós já sabemos, são efectivamente as velocidades de cousas reais diferentes e na mecânica clássica as grandezas W e w referem-se à velocidade de uma mesma coisa real. Portanto, uma fórmula refere-se a uma experiência e a outra fórmula a outra experiência diferente, embora pareçam só uma. Meçam-se agora as grandezas tendo em atenção as suas verdadeiras significações e *ambas serão verificadas, como não pode deixar de ser.*

Tenho de terminar : só direi agora, como consequência notável, que as grandezas da mecânica clássica, massa, energia, etc., que se supunham mortas, não o estão ; tiveram apenas um ataque de catalepsia... Elas voltarão breve cheias de nova vida !

Relatividade geral

Quanto à *teoria da relatividade geral* limito-me a observar que, tendo por fundamento por um lado a relatividade especial e seus resultados e por outro o instrumento matemático puro que são as geometrias não euclidianas a 4 ou, mais moderadamente, a 5 dimensões, ela não modificará essencialmente esta crítica.

BASES DA FÍSICA

Pontos de vista fundamentais no estudo da física moderna, um dos quais abrange a teoria de Einstein

Uma última pergunta : o que vale a obra de Einstein ?

A *obra de matemática* de Einstein é formidável ; a sua *obra física* é também notável se a encararmos sob um ponto de vista tirado do meu princípio formal : *sob*

o ponto de vista relacionativo, Einstein relacionou as realidades que dão a mesma sensação ; pode dizer-se, por isso, que criou a *física relacionativa subjectiva*.

Mas note-se : o ponto de vista de Einstein não é geral, não abarca tôda a física ; não estuda, por exemplo, aqueles problemas que se põem do ponto de vista construtivo. Tudo se resume assim, quanto a pontos de vista na física das radiações, em estreita ligação com tôda a física :

1.º *Ponto de vista construtivo geral* — Objecto de estudo :

Condições de produção e propagação das radiações, tanto das que dão luz para o sistema em que se produzem como das restantes que podem vir a ser luz para outros sistemas.

2.º *Ponto de vista relacionativo geral* — Objecto de estudo :

Relacionar as radiações provenientes dos diferentes sistemas e relacionar os elementos reais das radiações em cada sistema.

3.º *Ponto de vista relacionativo subjectivo ou einsteineano* — Objecto de estudo :

Relacionar as radiações provenientes dos diferentes sistemas e que são luz (ou que se manifestam de um modo sensível específico) para o sistema do observador.

III

A arte literária e a obra de Pirandello

Haverá uma ciência cujo material sejam conceitos singulares ?

Vimos que o Homem forma a ciência com a razão e a mão (princípio eficiente), servindo-se de materiais que são sinais, conceitos e objectos, tendo entre si determinadas correlações (princípio material), dando-lhe a forma construtiva ou relacionativa mais simples possível (princípio formal), em vista de conseguir o domínio da realidade e, por êsse domínio, a Felicidade Humana (princípio final).

As realidades exteriores são estudadas em ciências já relativamente avançadas. O sinal objectivo do avanço constante dessas ciências é serem as suas construções e relacionações cada vez mais simples ; o sinal subjectivo é darem-nos cada vez mais domínio sôbre a realidade e cada vez mais felicidade, portanto.

Com a ciência da vida interior deve succeder coisa análoga ; a tendência humana é de construir e relacionar tôdas as realidades da mais simples maneira, para conseguir o seu domínio.

O fenómeno elementar da ciência da vida interior é realidade interior — idealidade, como vimos. Enquanto esta ciência não dá um passo definitivo para a frente, passo que *devia* ser obra de portugueses, pelos motivos que apontei na minha última

conferência, *teremos que nos limitar a ciências tais como a fisiologia e a terapêutica, que se ocupam sobretudo do lado real, ou então tais como a psicologia que se ocupa sobretudo do lado lógico ou ideal?*

Se olharmos ao quadro dos conceitos por mim apresentado na conferência anterior, fazendo parte do quadro do material da Ciência, feito apenas com a preocupação de ser completo, quanto aos conceitos, e sem pensar nas ciências que os viriam a utilizar, vemos ali os conceitos singulares relativos à vida interior, tais como, por exemplo, Maria, Manuel, etc. Não haverá ciências dêstes conceitos?

É evidente que essa ciência, se a houvesse, seria um conjunto de afirmações sobre Manuel, Maria, etc., sobre a honra particular de Maria, a bondade especial de Manuel, etc., que nós estenderíamos a outros homens e mulheres.

Essa ciência, se a houvesse, teria de ser uma relação visto o material que lhe diz respeito estar ainda insuficientemente definido, quer na idea, quer na realidade.

A tendência dessa ciência, se a houvesse, seria para encontrar relações que se ampliassem a toda a humanidade; o caminho da perfeição dessa ciência, se a houvesse, seria este: relacionar a totalidade das cousas da vida interior de uma maneira cada vez mais simples, para conseguir para o homem uma Felicidade cada vez maior.

Além disso, a leitura de uma nova obra notável dessa ciência dar-nos-ia a consciência imediata de uma maior capacidade de Felicidade, emocionar-nos-ia, sem dúvida!

Arte literária

Prestando um pouco de atenção ao que acabo de dizer, como eu prestei depois de o pensar, descobrirão V. Ex.^{as} que esta ciência cujo material, cuja forma e cujo fim acabei de prever, pela minha teoria da ciência, não é outra senão a Arte literária!

Foi um dia muito feliz da minha vida aquele em que vi abraçados pela minha filosofia, como colaboradores iguais da mesma grande obra humana — sábios e artistas! E não distantes se julgam tantas vezes!

Os sábios chamam aos homens de letras — homens de tretas e, em compensação, os literatos mimoseiam muitas vezes os sábios com amabilidades desta ordem: «Tenho um grande desprezo pelos sábios e pelos filósofos. São os homens mais insignificantes que conheço: dão tanta importância à vida que pretendem explicá-la...» Pois creio, firmemente, ter provado, com toda a força que provém da teoria da ciência, em bloco, que esta desunião não tem razão de ser.

* * *

À primeira vista choca, um pouco ser a literatura assim classificada como «ciência de Arte literária». Mas, se fordes estudar a evolução da literatura, com atenção desperta no sentido de surpreender as semelhanças ou diferenças com a evolução bem conhecida das ciências, então enraizar-se-á em vós a certeza de que nem só é possível considerar a literatura artística, logicamente, uma ciência, como é impossível

considerá-la de outro modo se quisermos bem compreender a sua evolução passada, bem ordenar a sua produção presente e prever a sua evolução futura!

Êste estudo é curiosíssimo mas não é para se fazer aqui pormenorizadamente ; adiante direi qualquer cousa a respeito da evolução comparada da Arte literária e da ciência em geral, a propósito da crítica da Obra de Pirandello.

* * *

Da consideração da Arte literária como Ciência, resulta agora uma consequência imediata necessária da mais extraordinária importância :

UMA NOVA ORIENTAÇÃO DA CRÍTICA APOIADA NA TEORIA DA CIÊNCIA

Origem objectiva da emoção

Assim, para criticar qualquer obra de Arte literária, não temos mais que ver até que ponto ela é a obra de ciência, que aspira a ser.

Para isso analisaremos primeiro o *material* e depois a *forma relacionativa*.

Quanto ao material :

1.º O material deve ser escolhido (como, para a física, por exemplo) de modo que a relação a que dá origem seja o mais simples possível.

2.º Além disso, sendo singular, deve ser escolhido de modo que tenha a propriedade de se poder projectar o mais amplamente possível.

3.º Como, por outro lado, importa extraordinariamente a *facilidade* dessa projecção, a idealidade considerada na obra de Arte deve cobrir uma certa *realidade existente* ou *dada como existente*, isto é, o trabalho descritivo do artista deve espelhar, quanto possível fielmente, o ambiente considerado.

Estas três condições bem definidas pela teoria da ciência, que não há uma palavra arbitrária no que vos estou expondo, não deixam hesitação alguma sobre o modo preciso de criticar o material de uma Obra de Arte literária.

Quanto à forma :

O fim a atingir é, como é sabido, o máximo de domínio para o máximo de felicidade. Êste domínio consegue-se à custa da simplicidade da relação. Esta *simplicidade* é que condiciona a escolha e mesmo o *recorte do material* — que o *artista pode e deve, como o sábio, introduzir novas definições nos conceitos que são objecto ideal do seu estudo!*

E sobre o assunto? Que permita à relação uma projecção tam ampla quanto possível.

Ora quanto mais simples e mais amplamente projectável for a relação, for a obra de arte literária, tanto maior domínio e portanto felicidade resultará para as personagens que entram na obra.

Êsse acréscimo de felicidade, filho da criação pelo artista da nova relação que constitui a sua obra, projecta-se das personagens da obra sôbre nós emocionando-nos ! Chegamos assim à conclusão de que devemos atribuir a uma obra de arte literária tanto maior valor quanto mais nos emocionar porque tanto mais nos emocionará quanto mais simples e mais ampla fôr a relação conseguida.

Esclarece-se, ao mesmo tempo, êste facto capital — *a origem objectiva da emoção* — e a maneira de criticar objectivamente uma obra de arte literária.

* * *

CRITICA DA OBRA DE PIRANDELLO

Vamos agora ocupar-nos, pròpriamente, da obra de Luiz Pirandello. Há, para tôda a peça de teatro, um valor que lhe vem de ser *arte literária*, ao qual se ajunta outro, o de ser *teatro*. Indicarei primeiro os motivos *pròpriamente teatrais* que valorizam a obra do dramaturgo Pirandello e, por fim, esboçarei apenas o ponto principal e especial da crítica da obra, como arte literária, pois não desejo abusar da benevolente atenção com que V. Ex.^{as} me têm ouvido.

A obra de Pirandello como teatro

Como teatro, *vale* a obra de Pirandello porque apresenta as seguintes novidades :

1.º *Excita* a curiosidade dos espectadores pelos temas novos : a vida do artista, a gênese da arte, os bastidores do teatro, o subconsciente em teatro, etc.

2.º *Impressiona* pelas antíteses que, bem vistas as cousas, são processos banais, por serem sempre produzidas pela presença de *diferentes condições* acessórias.

3.º *Causa estranheza* por modificações quási sempre felizes do *convencionalismo técnico* teatral.

Assim por exemplo :

a) evitar levantar ou baixar o pano ;

b) misturar sèriamente o teatro com a vida, introduzindo discussões perfeitamente inesperadas entre o palco e a plateia ;

c) fazer intervir razões ou circunstâncias pessoais na criação da peça ou no seu desempenho, razões que originam uma mistura de conflitos entre espectadores e actores de onde resulta um *espectáculo que parece uma casual combinação do espectáculo que estava projectado com a vida real de alguns actores ou espectadores*.

Além disso ainda muitas vezes :

4.º Desperta um sentimento agradável de actualidade motivado pelos cenários artísticos, pela luz, pela côr e decoração que utiliza e que, em geral, só em espectáculos de outra categoria aparecem.

Em resumo : Novidades de técnica teatral mais que suficientes para notabilizar um dramaturgo.

A obra de Pirandello, como obra de arte literária

Vamos agora analisar os principais motivos que valorizam a obra de arte literária de Pirandello. É êsse o assunto que verdadeiramente nos interessa :

Em que consiste o valor da obra de Pirandello como obra de arte literária?

Despojemos a obra de Pirandello de tôdas as belas novidades a que há pouco me referi, valores sob o ponto *de vista teatral* e que, infelizmente, principalmente caracterizam a Escola Nova de teatro, a-pesar-de tudo o que se diz em contrário ; o que fica ?

Fica — minhas senhoras e meus senhores — o melhor, aquilo que eu vou ter o prazer de vos dizer, em resumo, fundamentadamente, e aquilo que é urgente que seja compreendido por todos a fim de passar para a Escola Nova, juntamente com as novidades a que já me referi.

Direi primeiro duas palavras da melhor crítica que se tem feito a Pirandello e construindo depois a visão pirandelliana do Mundo e da Vida à custa de alguns pontos escolhidos da filosofia do artista, apresentada por Tilger, com a aprovação do dramaturgo, mostrarei depois como essa visão corresponde a uma nova fase da evolução da arte literária, conquistada sobretudo pelo génio do grande artista italiano. Êste ponto final é o ponto capital da minha crítica da obra de Pirandello.

Pirandello e Adriano Tilger

Pirandello tem um grande crítico : Adriano Tilger. Êste homem tem o seguinte ponto de vista sôbre arte :

Arte = Originalidade.

O resultado é que, ao apreciar a obra de Pirandello, *põe à mesma altura*, como motivos de arte, tudo o que é novidade : as modificações de técnica mais insignificantes que só têm em mira excitar, como por exemplo, a predilecção de Pirandello pelas antíteses e os factos mais transcendentés da arte, como a cerebralidade de Pirandello. E não podia ser de outro modo, dada a sua fórmula «Arte = Originalidade».

Esta fórmula tem valor mas é incompleta ; está contida na minha concepção de arte literária, é só uma parte dela, como V. Ex.^{as} podem ver, mas pelo que lhe falta, não dá o sentido da originalidade, como dá a minha teoria. Dêste modo, Tilger não podia surpreender, entre o monte de novidades que Pirandello nos dá, quais aquelas que correspondem a uma funda necessidade do homem — necessidade manifestada em todos os tempos — e quais as que valem só por servirem a moda do tempo que passa !

Tilger atribui o valor da obra de Pirandello à sua filosofia e tôdas as novidades são classificadas como artigos de filosofia. Não está certo. Pelo contrário, algumas cousas que Tilger apresenta como novidades filosóficas de Pirandello — nomeadamente a que apresenta como a mais importante do teatro moderno, a *questão da*

realidade — não são novidades, não correspondem sequer a nenhuma questão filosófica actual.

As cousas características da vasta obra de Pirandello encontram-se, porém, catalogadas por Tilger, com o apoio, parece, do próprio Pirandello, em 31 números.

Procuremos primeiramente, entre tôdas, as importantes, isto é, aquelas à custa das quais podemos formar a visão pirandelliana do mundo e da vida e disponhamo-las de modo a darem-nos essa visão com a máxima simplicidade.

Visão Pirandelliana

Vida e forma, suas características

Em todo o homem há um dualismo : Vida e Forma. A palavra Vida significa a realidade material interior animada da sua tendência cega de transformação : a palavra Forma tem duas acepções que se confundem em Tilger e Pirandello. Assim, a *Vida* pode extravasar, chocar e levar de vencida a *Forma Real* de viver.

Imaginemos um homem superiormente forte e inteligente, empregado modesto de escritório. *A sua Forma Real* de viver é quebrada pela *Vida* do homem que procura outra Forma Real de viver. Passa, por exemplo, de empregado de escritório a director de Banco. A sua Vida que se moldava em uma Forma Real de viver passa a moldar-se noutra! *Tôda a gente sabe e desde sempre que cada um faz o que pode!*

Mas a vida também pode levar o homem a modificar, não a sua Forma Real de viver, mas a sua Forma Ideal de pensar, forma a que o homem tinha chegado para o proteger na vida. O que há de novo nisto? Sòmente um interessante arranjo *pois tôda a gente sabe que a Vida nos faz muitas vezes mudar de Ideias.*

Pirandello considera êste choque de Vida e Forma ainda sob outro aspecto. Vi-mos a força dominadora ja Vida, vejamos a acção paralisadora da Forma. Diz Pirandello que a Vida procura a Forma (Real e Ideal, acrescento eu) porque sem Forma não pode manifestar-se; mas, atingida ela, a Forma estrangula a Vida! Assim, a Forma Ideal, debruçando-se sôbre a Vida, paraliza-a, é um verdadeiro *espêlho paralizador*. (Exemplo banal : quando analisamos o nosso entusiasmo, perdemo-lo). Mas Forma Real também paralisa a Vida nos seus movimentos reais. (Exemplo : é sempre difficil a um homem que ocupa um certo lugar na sociedade quebrar os laços que o prendem a êsse lugar e procurar outro.)

Um corolário filosófico e uma dificuldade

Agora, do facto do homem precisar de uma Forma e de esta estrangular a Vida resulta o seguinte corolário filosófico-pirandelliano :

A sabedoria prática da Vida para o indivíduo está em mudar constantemente de Forma :

O homem sábio procuraria mudar constantemente as suas ideas e a sua situa-

ção social ; dêste modo as Formas conseguidas (quer a Real, quer a Ideal) não teriam tempo de estrangular a Vida, que então se expanderia em tóda a sua liberdade.

Que dizer a isto ? Sabedoria prática, lhe chama Tilger ; sabedoria teórica sôbre a prática, lhe chamarei eu. E o sentido da Vida, o sentido dessa mudança incessante ? É o sentido indicado pelo bom senso como se descortina na *Regione degli altri*, o sentido das razões superiores de Lívia contra as de Leonardo e Helena ! Além disso, a moral imanentista de Pirandello é um facto ; o que procede mal — no sentido do bom senso — colhe em geral, dentro da sua alma, os mais amargos frutos ! *Como conciliar esta moral francamente polarizada com a anterior regra de cega sabedoria ?* E' certamente um ponto a aperfeiçoar.

Potência para realizar a vida

Pirandello indica como único processo de vingar a nossa impotência para realizar a Vida ideal ;

1.º Ou renunciarmos à vida própria, como os herois e os santos ;

2.º Ou vivermos sem Forma definida, pensando e actuando diferentemente e sem plano, a cada momento, como os que vivem sem ciência, nem consciência. . .

Vida e máscara

Assim como há opposição entre Vida e Forma Ideal, para um indivíduo, há sempre mais ou menos opposição entre a Vida de um homem e a Forma que êle tem aos olhos dos outros, isto é, entre a *Vida* e a *Máscara*.

A *Máscara* é o resultado da incomunicabilidade de um indivíduo para outro ; não se inventou ainda maneira de uma pessoa aparecer a outra tal qual é !

Pois bem, se um indivíduo, portanto, é para si um dualismo, Vida e Forma, é para os outros um novo dualismo, Vida e Máscara ; e assim como o dualismo Vida e Forma origina o drama íntimo, a dualidade Vida e Máscara origina o drama na Sociedade. Eis como Pirandello foi levado à interpretação do drama como luta de Máscaras !

Carácter e significado do seu desaparecimento esclarecido pela teoria da ciência

E o carácter ? Uma das cousas notáveis da filosofia de Pirandello é o *desaparecimento do carácter das suas personagens* ! Atribui-se êste facto à circunstância de Pirandello considerar, muito explicitamente, o indivíduo como um caos de fôrças contrárias ; mas isto não é razoável porque, na verdade, o indivíduo foi sempre, mais ou menos, assim considerado.

A verdadeira razão do desaparecimento do carácter do teatro de Pirandello é esta : *a nova arte, inspirando-se em uma necessidade mais forte do domínio das*

realidades, não podia perfilhar o modelo antigo e insuficiente do estudo das personagens por simples classificações dos seus elementos ideais.

Vejamos para o compreender em que consistia o modelo antigo de um estudo de arte literária :

Sabemos que a ciência depois de uma fase antiga, pluricêntrica, tomou a fase metafísica, unicêntrica.

Nesta o ideal, como já expliquei na outra conferência, era colocar os conceitos em forma de trono, de modo que os conceitos superiores fôsem a causa e a razão dos inferiormente colocados, terminando o conjunto por um conceito muito geral — *genus generalissimum* — causa e razão de tudo. Podia a ciência da arte literária furtar-se a esta fase, que existe ainda um pouco por toda a parte cercada de maior respeito? Não era possível! Abram V. Ex.^{as}, por exemplo, o livro *Le théâtre* de Lucien Dubech, êsse homem tão delicado e tão instruído que outro dia nos visitou, e surpreendam o prazer com que êle nos mostra, *primeiro que todas*, a crítica de *Le misanthrope*. O ar vitorioso com que nos conta que foi êle quem viu *pour la première fois la clef du caractère* de Alcesto. Diz êle : «Toute sa conduite s'ordonne et se comprend en fonction d'un *facteur essentiel* : «la faiblesse du caractère». Quere dizer : Gritemos triunfalmente que no *Misanthropo* tudo se ordena e se compreende em função de um só factor essencial, chave de toda a classificação : a fraqueza de carácter de Alcesto! Parece-vos que Lucien Dubech está a falar de ciência metafísica? Não! Está a falar de arte literária teatral!

Pois bem a ciência fugiu ao molde metafísico por êste já não satisfazer a necessidade cada vez mais sentida pelo homem do domínio das realidades; *não havia de a arte literária seguir o mesmo caminho e pelo mesmo motivo, visto ser uma ciência como qualquer outra?* Êste grande passo foi dado pela arte literária levada pela mão firme de Luiz Pirandello. E' êste o grande valor da sua obra. Como poderíamos compreender isto sem a teoria da ciência que considera a arte literária uma ciência

Realidade ou ilusão

Tilger pensa ainda que a questão da Realidade ou Ilusão é fundamental em teatro e foi para a tratar que Pirandello fundou a sua Escola. Não foi. Não há na filosofia actual nenhuma questão sobre a Realidade. A peça *Così* é (si vi pare)? de Pirandello é uma brincadeira e o fim é emocionar-nos, fazendo-nos, à fôrça de talento, perder *momentâneamente* a confiança nas nossas mais fundas convicções, o que nos comove exactamente como se conseguisse aumentar muito esta confiança pois tudo é bolir com a nossa capacidade de domínio, com a nossa Felicidade portanto!

O facto capital, repetimos, é êste: a cerebralidade de Pirandello como novo estado da evolução da ciência da Arte literária.

Não! O que é fundamental no teatro de Pirandello é a sua *cerebralidade*, justamente aquilo que vulgarmente se aponta como o seu defeito capital.

Em resumo:

A arte literária fugiu do carácter e foi para a cerebralidade: por pala-

bras minhas : deixou a fase de ciência metafísica e alcançou a fase de ciência relacionativa activa.

Com efeito, segundo a visão pirandelliana, o drama é uma luta de Máscaras, embora estas sejam um produto da Vida. Estas máscaras são construções conceptuais. O que interessa ao homem acima de tudo é, pois, construir uma visão conceptual total do mundo o mais possível adaptável à Vida.

Ora, isto é, por outras palavras, o programa da ciência actual da arte literária : *recortar na total idealidade os conceitos de modo a ficarem relacionados o mais simplesmente possível.*

A relação de Pirandello é simples e apoia-se em vários *recortes novos* : Homem, Vida, Forma, Máscara, Espelho paralizador, etc. — *é por isso uma obra original de ciência de arte literária, na fase relacionativa (activa) definida na primeira conferência.*

Pela primeira vez na arte literária, Pirandello modelou na total idealidade uma relação simples, podendo servir ao domínio das realidades e, portanto, à Felicidade Humana. Êste é o seu valor máximo.

Os propósitos de Pirandello denunciavam-se logo no facto de serem idênticas, pode dizer-se, as suas personagens ! É que Pirandello está preocupado em fazer êle próprio (representado pela sua única personagem) a relação total que dêste modo se projecta sôbre nós totalmente feita.

Na ciência anterior, metafísica, que vimos Lucien Dubech criticar, o fim era o conhecimento do *caso* que ligava um pequeno grupo de indivíduos. Não havia lá uma relação total. Sôbre nós projectam-se, por via dessas obras, os mais descontraídos casos ! Quem quiser então uma relação tem que a fazer.

Na arte literária primitiva encontraremos o *indivíduo capricho como objecto a conhecer*. Na fase anterior a Pirandello procura-se com os *recortes antigos* descobrir os pormenores do *caso especial*. Pirandello, pelo contrário, procura um novo *recorte simples* que cubra o *Geral*.

Vê-se bem o progresso de Pirandello, progresso extraordinário, progresso mais que suficiente para tornar para sempre glorioso o seu nome !

Aperfeiçoar a visão pirandelliana ou substituí-la por outra melhor — eis o que deve ser o número 1 do programa da Escola Nova de Teatro.



A situação financeira de Angola

Movimento Comercial de Angola

Da apreciação dos números que o movimento comercial da Colónia revela nas estatísticas oficiais, um facto resalta evidente: — que a produção indígena e europeia vem realizando, embora desajudada de auxílios materiais e até privada de estímulos morais, um esforço digno do maior aprêço no combate às dificuldades derivadas da queda das cotações e à persistência da crise geral económico-financeira, a que se juntam regimes restritivos e disposições legais entravando a sua actividade e limitando-lhes os benefícios.

Vejamos os números do último quadriénio, em que o câmbio, referido a libras-papel, se manteve sensivelmente no mesmo nível:

	IMPORTAÇÃO	EXPORTAÇÃO	TONELAGEM EXPORTADA
	<i>Valor em contos</i>		
1930.....	245.632	233.969	136.606
1931.....	146.966	204.310	130.953
1932.....	191.489	199.877	123.113
1933.....	175.590	246.863	165.954

A balança comercial

O seu aspecto aparente

Dêstes números, tomados tal qual as estatísticas os mostram, resultam os seguintes aspectos da balança de contas:

	SALDOS	
	FAVORÁVEIS	DESFAVORÁVEIS
	<i>Valor em contos</i>	
1930.....		11.663
1931.....	57.344	
1932.....	8.388	
1933.....	71.273	

O seu aspecto corrigido

Encontram-se êstes, porém, falseados por dois factos: — porque, em 1932, figuram na importação, indevidamente, 26.249 contos entrados em anos anteriores, mas neles não incluídos, devido a uma reclamação pendente do C. F. B., pois se tratava de material ferroviário; porque em 1932 não figuraram na exportação, tendo passado para o ano seguinte, cêrca de 20.000 contos de diamantes, retidos na Colónia até ser estabelecido o tratamento definitivo que lhes competia dentro do decreto n.º 19.773.

Fazendo estas rectificações e deduzindo no quadriênio o material ferroviário importado, que não influi na balança de pagamentos, pois representa importação de capitais, os números anteriores modificam-se do seguinte modo:

	IMPORTAÇÃO	EXPORTAÇÃO	SALDO FAVORÁVEL DA BALANÇA COMERCIAL
	<i>Valor em contos</i>		
1930.....	221.056	233.969	12.913
1931.....	146.501	204.310	57.809
1932.....	165.240	219.877	54.637
1933.....	175.590	226.863	51.273

O aspecto real

Mas há ainda outra correcção a fazer, para se obter o panorama real da balança das contas. Se na verdade tivesse havido, no quadriênio, um saldo efectivo de 176.632 contos, — mais de £ 1.500.000 portanto, — êste excesso deveria ter sido bastante para regularizar o problema das transferências ou pelo menos atenuá-lo grandemente, o que de facto não sucedeu, como em capítulo especial demonstraremos.

É que, estando a importação deduzida das somas que não interessam à balança de pagamentos, temos de fazer o mesmo à exportação, onde figuram verbas avultadas que não concorrem para o equilíbrio daquela, nem para a entrega de cambiais em percentagem idêntica à da exportação geral. Referimo-nos à actividade mineira da Colónia — em regime especial — a extração de diamantes.

Entendemos dever deduzir do total das exportações 70 % do seu valor declarado, pois é em 30 % que pode computar-se, por excesso, a sua influência na balança de pagamentos: — 20 % entregue ao Fundo Cambial e o resto ao Estado, em dividendos, participações, etc.

Assim, os números apresentam aspectos mais próximos da realidade e do seu verdadeiro significado económico:

	IMPORTAÇÃO	EXPORTAÇÃO	FAVORÁVEIS	DESAVORÁVEIS
	<i>Valor em contos</i>			
1930.....	231.056	188.120		42.936
1931.....	146.501	151.191	11.310	
1932.....	165.240	179.933	14.693	
1933.....	175.590	191.565	15.975	

Os saldos do triénio reduzem-se a cêrca de 42.000 contos, a que haverá a acrescentar quaisquer importações invisíveis, mas não podendo representar cifra elevada.

A êstes números juntamos os do 1.º semestre de 1934, também nos dois aspectos :

O aparente sendo :

SALDOS			
IMPORTAÇÃO	EXPORTAÇÃO	FAVORÁVEIS	DESFAVORÁVEIS
<i>Valor em contos</i>			
88.387	108.902	20.515	

O real apresentando-se :

88.387	87.235	1.152
--------	--------	-------

indicando não ter a situação económica melhorado no ano que decorre, principalmente pela continuação da baixa das cotações e pelas calamidades da seca e dos gafanhotos.

Os dois aspectos do 1.º semestre de 1933 tinham sido :

O aparente :

SALDOS			
IMPORTAÇÃO	EXPORTAÇÃO	FAVORÁVEIS	DESFAVORÁVEIS
<i>Valor em contos</i>			
90.993	106.201	15.268	

O real :

90.993	89.610	1.283
--------	--------	-------

Pode avaliar-se da defesa das actividades comerciais e agrícolas contra a queda de cotações pelo quadro seguinte, mostrando como elas reagiram no sentido de a remediar por meio de uma maior produção. Assim, as exportações derivadas de tôdas as actividades de Angola foram :

	TONELADAS	EXCLUINDO DIAMANTES	INCLUINDO DIAMANTES
		<i>Valores em contos</i>	
1930.....	136.606	159.330	233.969
1931.....	130.953	138.426	204.310
1932.....	123.113	162.815	219.877
1933.....	165.954	176.438	226.863

A-pesar-de se terem exportado mais 42.841 toneladas em 1933 que em 1932, o aumento do valor total foi apenas de 6.986 contos, o que fâcilmente se explica pelos índices-números médios das cotações, em Lisboa, dos principais produtos da exportação agrícola e animal de Angola, em relação ao número-base de 100 em 1914.

ÍNDICE MÉDIO ANUAL

1929 — 2630 ; 1930 — 1726 ; 1931 — 1285 ; 1932 — 1629 ; 1933 — 1306

ÍNDICE MÉDIO TRIMESTRAL

	1.º	2.º	3.º	4.º
1931.....	1158	1190	1265	1529
1932.....	1671	1531	1684	1631
1933.....	1532	1342	1198	1152

A-pesar, porém, da notável queda de preços demonstrada por êstes números, Angola exportou em valores, como já vimos, mais 6.986 contos em 1933, em relação ao ano anterior. É pouco, mas a Metrópole, segundo os números citados no Relatório do Banco de Portugal do ano findo, só teve um aumento de exportação de 5.345 contos, menos que a Colónia, portanto. A propósito disso, diz-se no mesmo relatório: *Ligeiro aumento em tempos normais; vitória difícil nos tempos correntes*. Como tal aumento foi obtido em relação a 791.780 contos e o de Angola em relação a 219.877, a vitória da Colónia, acima de tôdas as dificuldades com que se debate, foi, na verdade, muitíssimo mais notável. E, se contarmos apenas o resultado da actividade agrícola e industrial dos colonos e indígenas, excluindo a actividade mineira, o resultado ainda é mais brilhante, pois o aumento de valor dessa produção cifra-se em 13.613 contos em relação ao ano antecedente.

Patenteia-se, nestes simples números, a progressão da tonelagem exportada desde há 25 anos até hoje, primeiro por decénios e quinquênios e depois por cada ano: ¹

	TONELADAS		TONELADAS
1908.....	17.421	1930.....	136.606
1918.....	36.363	1931.....	130.953
1923.....	73.527	1932.....	123.113
1928.....	128.978	1933.....	165.954
1929.....	128.545		

O último aumento de produção deveu-se, na sua maior parte, à actividade indígena — 39.000 toneladas — sendo 10.500 derivadas da actividade europeia e, desta, 9.000 de trigo, café e açúcar. Certas produções caíram — cêrca de 1.400 toneladas na actividade indígena e 5.800 na europeia —. Nesta, a baixa registou-se principalmente nas indústrias de conserva, pesca e salga do peixe: — 4.200 toneladas.

Isto demonstra à evidência que, a-pesar-da crise e de todos os revezes, ninguém desanimou, ninguém foi orientado para a descrença, para a falta de fé do esforço criador e persistente. Pelo contrário. Trabalhou-se intensamente, quasi desesperadamente

¹ Os números de Moçambique são (em toneladas) os seguintes nos últimos sete anos:

	PARTE DO ESTADO	MANICA E SOFALA
1927.....	138.119	
1928.....	150.562	
1929.....	162.230	58.000
1930.....	177.451	56.000
1931.....	161.428	41.000
1932.....	165.941	31.257
1933.....	163.877	33.653

para reagir contra a queda dos preços e alcançar os meios de solver, ou pelo menos diminuir, o montante dos compromissos assumidos.

Pela média do valor da tonelagem exportada em 1932 o excesso de 1933 devia produzir uma maior valia de cêrca de 40.000 contos. Produziu, apenas, perto de 7.000. A prova mais evidente da influência dos preços está em que há 34 e 35 anos Angola, exportando menos de 15.000 toneladas de géneros, êstes representavam, em valor, mais do que as 166.000 toneladas de 1933 : — £ 1.756.000 e 1.768.000 contra £ 1.702.800.

Se a persistência dos contratempos de tôda a ordem e os reflexos da crise e das medidas em nome dela tomadas não se manifestassem implacavelmente, Angola entraria sem dúvida em caminho real de prosperidade.

Só a baixa das cotações, a seca e os gafanhotos — males sem remédio ao seu alcance — impedem mais brilhantes resultados, prejudicando os efeitos da melhor organização que os colonos se vão procurando, porque de modo nenhum lhes convém uma vida desorganizada e incerta.

* * *

Conclui-se, portanto, que à expressão tangível e insofismável de uma orientação disciplinada e útil no sentido de favorecer os interêsses gerais, — que são ao mesmo tempo os da Colónia e da Nação, — se contrapuseram fenómenos e calamidades invencíveis por seus próprios meios e recursos. Para a baixa de cotações havia um remédio : — produzir mais. Isto se fêz. Mas já a praga dos gafanhotos não pode ser debelada apenas com os recursos locais. Muitos colonos e indígenas ficaram arruinados e à mercê da fome. Não sendo socorridos para poderem tentar novas culturas e recomeçar vida, o desastre será grande e dêle compartilhará o Estado. Já se sabe que, no ano corrente, a exportação de milho será inferior, pelo menos, de 25.000 toneladas à do ano passado e que a do trigo, algodão e oleaginosas terão, também, sensível regresso, devido à praga. É por isso que só pode valer a tais desgraças o auxílio oportuno e generoso da Metrópole. Estamos dentro do que à Nação disse o Sr. Dr. Oliveira Salazar : — «*Que o País discuta, que o País estude, que o País represente, mas que o País obedeça quando se chegar à altura de mandar*».

Angola tem estudado, discutido e representado ; — mas também tem obedecido e colaborado, com tôdas as suas fôrças, para que os seus problemas se resolvam e os seus males se remedeiem.

O problema das transferências

A cêrca de 3 anos de efectiva aplicação do regime de transferências criado pelo decreto 19.773 pode avaliar-se da influência que êle teve para a solução do problema que pretendeu resolver.

Os números que obtivemos vão dar-nos a sua posição actual.

Entregaram as actividades de Angola os seguintes compromissos de cambiais :

	CONTOS
Desde 17 de Agosto de 1931 a 13 de Dezembro do mesmo ano	33.361
Em 1932.....	88.843
Em 1933.....	114.065
No 1.º Semestre de 1934.....	44.783
Total em 35 meses.....	281.052

e foram, no mesmo período, fornecidas as seguintes transferências

	MESADAS			ART. 16.º	TOTAL GERAL
	FUNCIONÁRIOS	PARTICULARES	TOTAIS	NÚMEROS 1 a 4	
			<i>Contos</i>		
De 17/8 a 31/12/1931..		1.224	1.224	4.742	5.966
Em 1932.....	6.148	15.775	21.923	83.284	105.207
Em 1933.....	6.522	18.073	24.595	82.718	107.313
1.º Semestre 1934 ...	2.371	9.674	12.045	47.616	59.661
	15.041	44.746	59.787	218.360	278.147

As requisições em 15 de Julho dêste ano montam a :

MESADAS			
Funcionários		896	
Particulares		3.815	4.711
ARTIGO 16.º			
N.ºs 1 a 4.....		79.438	
N.ºs 5 a 7.....		2.908	82.346
Total geral			87.057

Tomado os valores totais anteriores e conjugando-os com os da exportação e importação, temos, em contos :

	EXPORTAÇÃO	CAMBIAIS	IMPORTAÇÃO	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	
		Entregues ao Fundo Cambial		Ao Comércio (art. 16.º n.ºs 1 a 4,	A particulares e funcionários
1931 (5 meses)..	70.676	33.361	50.955	4.742	1.224
1932.....	179.933	88.843	165.240	83.284	21.923
1933.....	191.565	114.065	175.590	82.718	24.595
1.º sem. de 1934	67.934	44.783	88.387	47.616	12.045
	510.108	281.052	480.172	218.360	59.787
				278.147	

o que representa de percentagens de entrega de cambiais, em números redondos :

	VALOR DA EXPORTAÇÃO	VALOR DA IMPORTAÇÃO
1931 : 5 meses	47 %	65 %
1932 : 12 meses.....	49 %	54 %
1933 : 12 meses.....	59 %	65 %
1934 : 6 meses..	66 %	51 %

O total das transferências concedidas efectivamente ao comércio, agricultura e indústria, para pagamento das importações feitas, excluindo o N.º 1 do art. 16.º — que se refere à remuneração de capitais aplicados em Angola ¹ —, pode representar-se d'este modo :

EXPORTAÇÃO	CAMBIAIS ENTREGUES AO FUNDO CAMBIAL	IMPORTAÇÃO	TRANSFERÊNCIAS PARA PAGAMENTO DA IMPORTAÇÃO
510.108	281.052	480.172	188.445

donde resultam as seguintes percentagens :

QUANTO AO PAGAMENTO DAS IMPORTAÇÕES

1931 — 8 %; 1932 — 42 %; 1933 — 37 %; 1934 — 48 %

A verba concedida para remuneração de capitais, computada em 1931 e 1932 pela média das distribuições dos 18 meses que decorreram até Junho de 1934, e calculada ao juro corrente actual do Banco de Angola para empréstimos caucionados — 8 % —, representou em números redondos os seguintes capitais que lograram distribuição de rendimento :

1931 : 5 meses.....	10.000
1932 : 12 meses.....	180.090
1933 : 12 meses.....	210.000
1934 : 6 meses.....	66.500

Havia em 30 de Julho último requisições de 16.929 contos do n.º 1 do art. 16.º. Quere dizer que estão ainda sem remuneração, por falta de transferências e ao mesmo juro, cêrca de 210.000 contos de capitais.

* * *

Vem subindo a percentagem da entrega de cambiais pelo comércio, por terem sido suspensos alguns tratamentos especiais antes concedidos.

Teòricamente ela devia bastar, se na totalidade se empregasse na distribuição às actividades produtoras, para o pagamento das importações feitas, atendendo a que ficam agora livres, em média, 34 % de valores que podem ser aplicados, na sua maior parte, depois de deduzidos os encargos das casas com sedes fora de Angola, ao pagamento da sua importação. Isso equivaleria, aparentemente, ao seguinte :

Importação feita.....		480.172
Cambiais entregues ao Fundo.....	281.052	
Valor disponível para os exportadores ..	229.056	510.108
Excesso		29.936

Mas êstes números têm três correções. A primeira resulta da diferença entre o

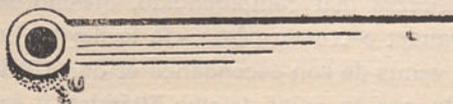
¹ Em 1931 e 1932 não há verba discriminada das distribuições de transferências pelos vários números do art. 16.º. Toma-se para êsse período a média da distribuição feita dos 18 meses seguintes. O valor total assim obtido é de 37.283 contos.

montante das cambiais entregues ao Fundo Cambial e a verba delas distraída para encargos de família de particulares e funcionários e para remuneração aos capitais aplicados em Angola, no valor global de 97.070 contos. A segunda é a dos encargos próprios das sedes em Lisboa, que fixamos, arbitrariamente, mas decerto por defeito, num mínimo de 25.000 contos, durante a vigência do decreto. A terceira são as transferências pelo n.º 3 do art. 16.º, referidas a fretes, passagens, seguros e comissões bancárias, que não representam pagamentos de importações e atingiram 16.000 contos. ¹

	<i>Valor em contos</i>	
Importações.....		480.172
Cambiais entregues ao Fundo Cambial ..	167.982	
Valor livre da exportação.....	204.056	372.038
Deficit.....		108.134

Esta é a falta calculada como mínima para o equilíbrio da balança de pagamentos, referida apenas à importação e exportação. ²

*(Transcrito do Relatório e Contas, no biénio de 1932-34,
da Associação do Comércio e Indústria de Luanda).*



¹ Números obtidos pelo mesmo processo do quantitativo do n.º 1 do art. 16.º.

² Nêstes números há ainda a notar um factor de correcção, derivado do regime especial em que se encontra a Sociedade Agricola do Cassequel, mas êle não tem efectivamente grande influência no *deficit* encontrado, porque a maior parte do valor que lhe fica livre é aplicado a encargos da sede e não a pagamento de importações.

Notas sôbre Marcelo Proust

Lendo o livro *Proust, Recherches sur la création intellectuelle*, de Pierre Abraham (ed. Rieder, París, 1930), fomos tomando as notas que se seguem.

Pierre Abraham começa por iniciar o leitor em Proust, fazendo-o tomar o caminho que êle mesmo, Proust, tomou. Estamos no princípio — a amoralidade de Proust — no que pròpriamente nunca pensámos, e que, por enquanto, sem maiores razões, não nos parece bem aceitável. E, tomando aquele caminho, P. A. em um momento diz : «Avec Proust comme guide, vous perdez l'usage d'une partie de vous-même ; votre perspicacité, votre subtilité y gagnent ; votre humanité s'y atrophie» (pag. 17). O que não sentimos, parecendo-nos, pelo contrário, que com Proust o sentido de humanidade se nos aperfeiçoa.

Proust tem sido por vezes mal compreendido, mesmo de alguns dos que mais o têm apreciado. Léon Daudet escreveu dêle : «Je le devine hanté par lui-même, parcouru de mille ruisselets venus de son ascendance et de sa prime jeunesse. S'il arrive à se guider, contenir, ordonner au point de vue littéraire, il écrira un bon matin, *en marge de la vie*, quelque chose d'étonnant» (pag. 17 do livro de P. A.). Esta expressão — *en marge de la vie* — repete a outro escritor, a propósito de uma frase de Proust, e P. A. refere-o.

Assim, pensamos, se admira Proust sem bem o compreender, sentindo-se que era diferente, mas não se vendo bem ou desde logo que essa diferença, ou a do seu mundo, não estão *à margem* da vida, mas na própria vida, em sua mesma intimidade.

Não será também perfeitamente feliz Benjamim Crémieux em um passo transcrito por P. A. (pag. 18). Crémieux alude à «domesticação do inconsciente» em Proust, expressão curiosa mas não a melhor para caracterizar Proust. O que êle tem de mais original e profundo, não será desde logo essa visualização do inconsciente, mas, umas vezes lúcida e límpida, outras menos clara mas por igual de sentido investigador e penetrante, a actividade do pensamento sôbre e na profundidade da sensação. Proust efectua esta exploração, esta sondagem, segundo planos sucessivos que uns

nos outros se vão quebrando e cada vez mais se colocam na intimidade psicológica. Êle tornou assim a vida psicológica mais subtilmente consciente e, sem dúvida, alcançou muitas vezes o inconsciente, em seu lugar obscuro, trouxe-o ao contacto com o consciente, e aí o denunciou, o esclareceu. Esta insinuação para a profundidade todos lhe a têm reconhecido, e fê-lo, com relêvo, Léon Pierre Quint, um dos seus críticos. «Domesticação do inconsciente» coloca-nos muito depressa lá dentro, é uma espécie de dentro para fora, e além disso excede o essencial da idea, dá-lhe mesmo o aspecto caricatural que não pode ter. Ao inconsciente mil vezes tentacular, pode-se-lhe prender um dos tentáculos, revelar outro, outros, levá-los a um lado, a outro lado; pode-se-lhe apreender êste ou aquele aspecto, aproveitá-los mesmo neste ou naquele sentido; mas reduzi-lo, levá-lo a exercer-se sob a nossa disciplina e perceptiva — ou as de Proust — essa idea é exagêro cómico.

Segue todavia Crémieux já em sentido que podemos dizer diverso: «Ajoutez-y enfin, pendant des heures et des heures, le travail incessant de l'imagination sur les mobiles de ses propres actes, de ceux de ses proches, de ses amis, engendrant chez Proust ce «génie do soupoc» signalé par tous ses familiers». Ora eis entretanto o de fora para dentro, um processo psicológico em acção, em Proust, verdadeiro. Contudo êsse «génio da suspeita ou da suspeição» mais nos parece causa ou origem daquilo mesmo que resultado, ou terá aí maior porção de causa ou origem que de resultado.

Circunstâncias ocasionais ou mais estáveis da vida habitual humana podem criar na alma a inclinação à suspeita e podem levar à formação do carácter suspeito. Êste mesmo, pelo exercício de sua existência, e por sua defesa no meio, já existência e meio no plano criado pelas próprias determinantes do carácter, é que é fácil ser aí levado àquela imaginação de que fala Crémieux e dotar-se de grande penetração psicológica. De resto, em breve tudo se mistura, causas e efeitos, e os efeitos tornam-se causas e estas efeitos. É pelo ciúme que um homem se faz, em posse dêle, grande imaginador no domínio da vida amorosa ou sexual de sua amada, ou amante, mas essa inclinação a imaginá-la pode também torná-lo possesso do ciúme.

P. A., prosseguindo, diz-nos que Proust «avec cette lucide *et impitoyable connaissance de soi qui le caractérise*, revient maintes fois sur le sujet dans le *Temps perdu*». Sôbre o assunto, isto é, sôbre isso que comentámos, a observação dos estados ou actos do inconsciente, e ainda relativamente ao designado nas restantes palavras de Crémieux: «Les assoupissements, les rêves, les cauchemars, les brusques réveils où la vie de l'esprit et la vie ambiante fusionnent, influent l'une sur l'autre, mêlant le songe au réel, détruisant les limites du songe et du réel, ont fourni à Proust un champ d'étude et d'observations illimité». Mas o que nos interessa agora é a frase de P. A, que sublinhámos. Na verdade Proust é menos um psicólogo individual que um psicólogo geral, e é menos dêle ou êle, quando individual, que dos seus personagens. E a êstes alcança-os melhor como *género* do que como pessoas ou indivíduos, quere dizer, apreende melhor a sua parte ou lado genéricos do que sua parte pròpriamente pessoal ou individual.

É claro poderem-se apresentar passos de sua obra conducentes, se observados

isoladamente ou em vista parcial, a ilação diferente ; mas estamos vendo Proust segundo o que nele julgamos de mais característico e sintético. E é por isso também que a amoralidade, como o *impudor* («Mais il faut remarquer chez cet homme dont, en matière psychologique, *l'impudeur* est la loi reconnue. . .», pag. 19) não nos parecem exactos. Impudor, não, não ! Talvez despreocupação, ausência dos habituais preconceitos e, sem dúvida, ainda, a necessidade segundo o sentido explicitamente psicológico de sua obra. O impudor implica um pouco a impudência. Proust deixava-se ir à procura, ao descobrimento, à revelação de factos e actos do ser, dos sêres, de natureza dita escabrosa, mas não tinha na origem desta disposição *impudor*, como para a análise psicológica em geral não o tinha, e afinal antes talvez, em início, o pudor de uma sensibilidade vexada, que a si mesma assim se reconhecia mas logo daí se libertava.

Às vezes então, libertando-se, ia para o exagêro, o excesso, no sentido dessa liberdade, mas era de facto reacção contra si mesma, tratamento e cura pelo semelhante : *similia similibus curantur*, e não temia ela já, nesse trecho, lançada, queimar, cauterizar a ferida. Mas não se veja, desejamo-lo, tornando ao relativo, ao inconsciente e a seus limites com o consciente, em alguma nossa palavra acima a idea de que Proust não tivesse aprofundado e revelado muito, sôbre, por exemplo, o sono, o sonho, a insónia, essas «zonas do pensamento limítrofes do não ser». E que não soubesse periciosamente «guiar o seu organismo ao longo dêsse fio de faca que separa o acontecimento consciente daquele que o não é», servindo-me dos têrmos de P. A. (pag. 21), com a sua imagem original e finíssima do fio de faca. Isto é verdade e isto não colide com as nossas referências anteriores.

Há outro ponto que no livro se debate, muito interessante, ao qual também não deixaremos de fazer alguns comentários : é o concernente a Proust poder ou dever ser ou não denominado romancista, e à qualidade própria, verdadeiramente, do romance, e relação dêste com a biografia e a autobiografia. Já a propósito do *Balzac* (livro também de P. A., e em carta a êste nosso prezado amigo, publicada em nossos *Novos Ensaios*, 1931) exprimimos sumariamente o que pensávamos. No *Proust* vê-se que P. A., no assunto, embora evolucionando, esclarecendo-se, ainda está bastante ligado à sua antiga maneira, a qual procura conciliar quanto possível com as tão diversas impressões a que o estudo de Proust o levou. Mas vem todavia demonstrar, umas vezes directamente, outras indirectamente, que ao sentido do romance e conceito do romancista se deve dar relativamente lata interpretação, mais lata que a que dava, e assim nos diz, por exemplo : «Sous la force même de l'analyse, la maladie émerge peu à peu de l'auteur pour venir gîter dans le personnage, — ce personnage entretiendrait-il avec l'auteur des liens aussi étroits que le «narrateur» du *Temps perdu*. (pag. 21). Mas isto é dizer realmente o que disséramos a propósito do romance chamado auto-biográfico, pretendendo se não devia assim chamar e que o compromisso ao qual P. A. se referia (no *Balzac*), ali, no romance autobiográfico, existia do mesmo modo. Que o leitor nos permita a transcrição do passo elucidativo :

«Or le roman, dès qu'il se sépare de l'autobiographie (dizia P. A.) n'est bien souvent qu'un compromis — réussi ou manqué — entre les nécessités vitales du per-

sonnage et les nécessités littéraires, ouvrières de l'intrigue». Il me semble, en vérité (dizíamos nós), que c'est le même pour le roman que vous appelez autobiographique. Là le personnage est l'auteur et le compromis dont vous parlez y est de même... et c'est pour cela que le personnage n'est jamais parfaitement l'auteur le roman ne devrait pas être appelé autobiographique. Pardonnez-moi que je parle de la sorte, mais, au fait, il s'est par trop généralisé la préoccupation de voir autobiographie lorsqu'on parvient à beaucoup apercevoir l'auteur, en oubliant que l'art est exigeant et que dans le transfert de la vie à l'expression il altère ou modifie, et quand l'auteur tire beaucoup de lui-même et de ce qu'il a vécu en action, et quand il imagine ou invente».

E tão frisante é o trecho de P. A., do actual livro e que começámos a transcrever, que não hesitamos em prosseguir na transcrição : «Localisée dans le narrateur, elle (la maladie) finit par s'y solidifier à l'état de phénomène d'observation à la manière dont un goître se démontre sur un malade d'hôpital. En fin de compte la maladie, si elle continue ses ravages sur la personne physique de l'écrivain, recule pas à pas hors de sa pensée, laquelle bénéficie d'une immunité croissante». Etc. Segue em tal desenvolvimento, confirmador de nosso modo de ver, e diz ainda e justamente, por exemplo : «L'auteur écrivain ne souffre plus comme écrivain, mais comme personnage».

Vai P. A. falando-nos de Proust, suponhamos, de sua faculdade de *imitação*, dos monstros ou monstruosidades morais no *Tempo perdido*, e na verdade vai por aí deslisando com brilho, perspicácia, mas sem plano ou método sensíveis. Pelo menos sensíveis ou aparentes, mas certamente não desejou falar sobre Proust sem falar sobre Proust, sem fazer como êle, achando-o assim preferível, quere dizer, foi reflectindo, procedendo, dizendo, ao sabor dos acontecimentos... no pensamento. Em certa altura diz-nos que Proust, e é exacto, se comprazia em formar um sêr com bocados diferentes, pedaços de cérebro, de pensamento, de existência, em colagens sucessivas e heterogêneas. Êle era mais, repetimo-lo nós, um psicólogo geral que individual, e, verificados seus lúcidos e penetrantes conceitos, êle os ia espalhando por seus personagens, segundo sua qualidade, de uns e outros, ia fazendo, nesses personagens tais adições, tais acrescentamentos sucessivos. Os seus personagens eram sêres demonstrativos de conceitos, ideas, regras psicológicas gerais.

Mas P. A. reconhece e di-lo em certa altura (pag. 36) que, se acentuou a sua investigação nos baixos-fundos, nas camadas inferiores da psicologia de Proust, foi por necessidade — a natural necessidade de o fazer — e para partir daí para o alto, «da sombra para a luz». E' o processo psicológico de P. A. A colisão dos elementos do inconsciente com os do consciente são outro objecto na sua crítica psicológica, já evidente e de modo não pouco original em *Balzac*. Todavia, na análise psicológica do escritor a parte pròpriamente da consciência, de sua estese voluntária e reflectida, tem um lugar que não vemos poder desmerecer de primário. Em Proust é vasto êsse lugar, e sem tal poder de consciência, sem a sua tão surpreendente energia de raciocínio, de reflexão, de perscrutação, isto é, sem a sua tão consciente lucidez, êle não pudera alcançar luminosamente os seus e os baixos-fundos dos outros. O escri-

tor é evidentemente um homem, um sêr biológico — permita-se o modo de dizer — e participa como tal dos movimentos inconscientes, instintivos, fatais, a que é sujeito como todos os sêres e a que fica estranho não pouco; mas é também uma célula de pensamento e reflexão, e sem o maior apuramento e investigação dêsse lado não será bem compreendido nem será compreensível; é mesmo essa face que o determina finalmente e o caracteriza: ela lhe dá, no caso do pensador e do escritor, êsse digno título.

Proust é digno dêsse título como só o são os melhores de sua classe. Esta parte tôda, tam vasta, do papel da consciência em Proust e na sua obra, precisa igualmente de ser posta em sua luz plena. Depois de Balzac e Dostoiewski, cronologicamente, não se vê obra no romance tam original e admirável como a dêle. Mas poder maior de consciência que Dostoiewski parece-nos que o teve, sem dúvida, e mais aguda penetração que Balzac, também sem dúvida, isto sem embargo de outres qualidades superiores naqueles dois, Balzac e Dostoiewski, grandes romancistas.

P. A. segue, depois, do fundo para a superfície; dos instintos turvos, laborações inconscientes, necessidades hereditárias, tendências fundamentais, para o alto, mas logo nos diz que o faz porque é o processo do próprio Proust — «l'allure même de la pensée de Proust au moment ou il se met à l'oeuvre» (pag. 36), e pretende representar suas páginas quanto possível «uma hora de trabalho do escritor — vista *au rallenti*».

E' a idea de P. A., que pode fundamentar em muitos passos do escritor, mas, para nós, e já de certo modo o dissemos, o mais característico nele é a visão inversa, pelo lúcido poder de consciência, e, alcançado o fundo, brevemente, então é que daí segue a mais lenta derivação para a superfície. Mas dá-nos assim P. A. um belo átrio de Proust, ajudado aliás de o ter resumido, esquematizado, a Proust, sendo a obra dêste, pelo contrário, complexiva, difusiva.

E' também muito interessante êste trecho: «Un des problèmes les plus directement ángoissants pour le travailleur intellectuel, c'est le problème de la «mise en route» quotidienne. Quiconque fait appel, pour oeuvrer, à ses propres reserves obscures, sait par expérience que les vérités intérieures d'une part et d'autre part les possibilités quasi matérielles de l'élocution, de l'explication (e diremos ainda, da expressão) vivent en lui deux existences séparées. Il s'agit alors, devant son papier, de mâter leur double révolte et, les forçant a la docilité, de les amener à une conjonction momentanée». (Pag. 37).

Mais que conjunção: uma adaptação de tal ordem que a expressão seja a própria face do pensamento. Isto só raramente se consegue. O estilo, a forma de Proust procuram fazê-lo e daí sua extranheza. ¿Porquê a sua extranheza? Porque o artista muitas vezes, mesmo sem dar muito por isso, se adapta a certas facilidades e gôsto que estão no seu público e a certas influências do seu tempo, bem como às da época literária e do passado mental; o público por isso mesmo os compreende melhor, e aceita e apoia desde logo a sua forma. Proust notou aquilo mesmo, teve essa lúcida consciência, e pretendeu, com o seu estilo e forma, dar a própria face elocutiva do seu pensamento, sem sinais convencionais, sem facilidades já conseguidas, sem exem-

plos técnicos consagrados. E' longo, difusivo, contínuo, estrénuo, parece incansável, não marca em si mesmo proporções, tem ali, emfim, em linguagem expressiva, o próprio desenvolvimento do seu pensamento e êste naquele desenvolvimento e idea final.

Enfim, uma nota última, sugerida agora da leitura de um artigo no *Mercure de France*, em 1931 (n. 1, Set., assin. por Saint Alban): «Eu creio que é do mesmo modo quanto ao vício correspondente nos homens (fala-se do homosexualismo) e que a despeito de alguns casos excepcionais, participando quási da teratologia e da glorificação mais censurável ainda dêstes casos que fizeram os Proust e os Gide, o corpo de exército de nossos invertidos é uma legião estrangeira muito mais que um regimento de recrutamento nacional».

Eis aí uma grande injustiça. Nunca vimos Proust a glorificar o homosexualismo masculino ou feminino. Vimo-lo, freqüentemente a descrevê-lo e também, não há duvidar notámos quanto terá sofrido, na pessoa de Marcelo, com o homosexualismo feminino. Albertina, sua amante, foi para Marcelo uma dolorosa e contínua preocupação, por aquela idea. Sossegaram Marcelo e Marcelo Proust quando, a seguir à morte de Albertina, tiveram a certeza de que ela exercia a homosexualidade. Assim como se sossega por exemplo, da angústia da total perda de bens precisamente quando se adquire a certeza de que todos os bens de facto se perderam. Dizer que Proust alguma vez glorificou a homosexualidade é êrro ou injustiça que não praticará quem o conheça melhor.

Setembro, 1934.



**Êste número foi visado
pela Comissão de Censura**

PAISAGEM LITERÁRIA

(ESBÔÇO DUM ENSAIO)

POR MOURA VITÓRIA

A minha geração — aquela que surgiu do conflito brutal da Grande Guerra — tem andado ao sabor do «mare magnum» bravio, lançada abúlicamente no vai-vem das ondas alterosas, quási sem ideal. De olhos e cérebro fechados a todo o raciocínio, a minha geração parece aguardar que se repita o «milagre» do «surge et ambula» ou que lhe apareça, em manhã brumosa, um D. Sebastião a despertá-la, de espada nua e elmo reluzente. Sem bem se definir, aos tombos, incapaz de enveredar, resoluto, por um «caminho,» talvez espere avançar livremente por todos êles. E assim, neste século formoso de realizações, neste século XX, porventura o maior século de comunhão humana, de universalidade, a minha geração inconsciente ou conscientemente se amorfina, sombra em vez de luz, relíquias dum esqueleto milenário ainda à espera da frase miraculosa de novo Cristo, como se tantos profetas não tivessem já sulcado a Terra com as sandálias e nela não deixassem rastro para o futuro.

A falta dum estímulo social, a decadência duma cultura do espírito em favor de um culto exagerado da fôrça e da beleza física, um excessivo pedantismo estético de certos valores acabados da última hora, que não pertencem às Academias só pelo facto de as guerrearem, — tudo contribui para a literatura da «Arte pela Arte,» para a vitória do formal sôbre o essencial.

Na paisagem portuguesa, não damos actualmente pela existência de literatura. Avistamos ao longe, muito ao longe, no esfumado das suas torres de marfim, olhos no vago céu ou no âmbito reduzido da sua alma, como se só êles existissem e a sua dor — ego sum, ego sum —, avistamos, fora do palpitar ansioso da Humanidade, a pléiada aristocrática e genial dos «Novos Artistas». Narcisos, ficam-se a mirar o seu mundo interior, como se fôsse um espelho, ou a sua sombra pequenina, que supõem projectar-se no Infinito, — e apenas aspiram na sua rebeldia sistemática, à áurea fama do escândalo, com prazer sádico repugnante. É por êste trilho «superior» que os literatos de hoje, salvas as necessárias exceções, querem abertamente triunfar, escalando o Olimpo em duas pernas de gigante.

No vago soletrar na sua «Arte» deram supremacia absoluta ao primitivismo da

sua sensibilidade. E, assim, arte restrita ao âmbito dos amigos, ela não vai, tanta vez, além do próprio artista que desferiu seu vôo. Arte sem sensibilidade e sem razão, uma completando a outra, arte sem princípio e sem fim, absoluta, não é, quanto a nós, a verdadeira Arte. É, sim, arte de berliberloque, imprópria do século presente, afastada para os domínios duma egolatria mórbida.

Cada um dos modernos artistas quiere sinceramente mostrar-nos o fundo da sua alma. E com mágua verificamos que os «artistas sinceros», em vez de almas puras e nobres, mostram almas torpes e leprosas. Quando algum se afasta desta linha, só cautelosamente nos devemos aproximar, como se nos puséssemos em contacto com doidos, a quem uma fúria de personalidade desse ensejo a considerar-se rei absoluto e a mandar-nos decapitar.

Espasmos alcoólicos e homo-sexuais, visões históricas de misticismos supraterranos, frivolidades no tom amaneirado do Hotel de Rambouillet ou de Madame X, pequeninas coisas íntimas sem projecção exterior — eis de que se compõe, quasi exclusivamente, a moderna paisagem literária portuguesa. Esta «Arte Nova», a mostrar-se nos cartazes que a reclamam, arte de vanguarda, inconformista e livre, não é mais que arte de perversão, arte indesejável, contra a Natureza, e, por consequência, contra a Humanidade.

O ruinoso edifício literário é como um hospital de alienados ; abala intensamente, possuído do mesmo «delirium tremens» dos doidos que o habitam. E pressentimos que breve tombará, desfeito em pó, e que, para além destas gerações falhadas, há-de surgir o núcleo de Artistas verdadeiros, actuando em unísono com o universo, fazendo da Dor da Humanidade a sua própria dor, ascendendo sempre no caminho do seu ideal de Perfeição.



Respigos internacionais

Por ÁLVARO MARINHA DE CAMPOS

ESTADOS UNIDOS

É deveras curioso o Código Moral do Cinema Nortamericano que algumas revistas estrangeiras reproduzem para regalo e estímulo ao bom humor dos seus leitores. Creio que só em Portugal se desconhece essa obra prima do cinismo *yanquee*, motivo por que a vamos traduzir e dar aqui à estampa na íntegra, sublinhando por nossa conta certos passos particularmente significativos.

«*Da produção de filmes sonoros e silenciosos e adotados pela Associação de produtores e exploradores do cinema.*» Os produtores cinematográficos têm consciência da confiança que as nações do mundo inteiro nêles depositam. Têm consciência de tóda a sua responsabilidade perante os espectadores, porque a distração e a arte são factores que influem na vida de qualquer nação. Por êste motivo e considerando todo o filme como uma distração sem finalidade definida de morigeração ou de propaganda, não desconhecem, todavia, que o filme pode ir além dos domínios da distração e ser directamente responsável no que diz respeito ao progresso moral e espiritual.

«*Princípios fundamentais.* — Não será exibido nenhum filme que possa deprimir o nível moral dos espectadores. Importa que a simpatia do público não se incline nunca para o crime, para as más acções ou para o pecado.

«A santidade da lei humana não deverá ser jamais ludibriada. Evitar-se-á por conseguinte que as simpatias do público convirjam para aqueles que transgridem as leis.

«*Casos de aplicação.* — Os crimes contra a lei não serão apresentados nunca de forma que despertem desejos de imitação ou antipatias pela lei e pela justiça.

«*O assassínio.* — A técnica do assassínio deve apresentar-se de maneira que não atraia imitadores. Os assassínios não devem ocorrer com pormenores.

«*O papel desempenhado pelas bebidas alcoólicas na vida dos americanos* não

poderá ser patenteado mais que nos casos em que fôr imprescindível à construção dramática ou à criação dum carácter.

«*O sexo.* — A santidade do matrimónio e do lar devem ser respeitados. As formas inferiores de relações sexuais não serão admitidas nos filmes.

«Não se darão cenas de paixão *a não ser em caso de necessidade* ou quando o conjunto dramático o exigir.

«Os beijos *excessivos* e sensuais, os abraços apertados, as atitudes e os gestos inconvenientes não poderão ser filmados.

«*Sedução e violações.* — Sôbre êstes não se deve passar nunca de simples alusões e mesmo em caso de necessidade a exibição deve ser imprecisa.

«*A sedução e a violação não são bons assuntos de comédias.*

«É proibido tratar de depravações sexuais e fazer alusões a elas.

«É proibido tratar de assuntos do tráfico *de brancas.* (*É lícito perguntar : e de pretas ?*)

«*A união de raças por relações sexuais fica proibida.*

«A higiene sexual e as doenças venéreas não podem servir de temas para filmes.

«O espectáculo do parto não será nunca admitido no écran.

«Os órgãos sexuais das crianças não poderão ser mostrados nos filmes.

«*Trajos.* — Proibe-se a nudez integral. Entendemos por nudez tôdas as evocações sedutoras e desmoralizadoras.

«As cenas de semi-nudez não serão toleradas senão nos casos de necessidade.

«*Danças.* — As danças que evoquem relações sexuais ou que sejam apaixonadamente inconvenientes ficam proibidas.

«*Religião.* — Nenhum filme ou episódio apresentará nenhuma religião sob um aspecto ridículo.

«Os eclesiásticos e os servidores do culto não poderão figurar como malfeitores ou como personagens cómicas.

«*Lugar de acção.* — As cenas que se desenrolem numa alcova devem ser tratadas delicadamente e em harmonia com as regras do bom tom.

«*Assuntos repelentes.* — Os seguintes assuntos devem ser tratados com circunspeccão e bom gôsto :

«Execuções na fôrça ou na cadeira eléctrica como castigo legal do crime.

«Interrogatórios acompanhados de suplícios.

«Grosserias e pessimismo excessivo.

«Marcar com ferro em brasa homens e animais.

«Comércio das mulheres ou das virtudes femininas.

«Operações cirúrgicas.

«Crueldade com os animais.»

Moral da velha burguesa solteirona é como uma revista madrilena qualifica semelhante código. Êle vale, porém, como um documento mais pelo qual as gerações vindouras poderão avaliar não só a hipocrisia dos tartufos que pululam em

certas classes dirigentes como a miséria moral reinante que, talvez por remorsos, há quem pretenda a todo o custo encobrir.

ITÁLIA

Além da crise económica que as potentes barreiras alfandegárias não puderam evitar que invadisse a Itália, grassa no país do *fascio* a crise de produção literária. Se a primeira, como todo o mundo sabe, é uma consequência do capitalismo, a segunda é a inevitável resultante do fascismo. Há, no entanto, quem não pense desta maneira e aí temos nós *il signor Marinetti* que atribuiu tal crise no *Congresso Nacional* dos Escritores Italianos (*fascistas*, deveria acrescentar-se), a causas bem diferentes das que apresentamos. Segundo este escritor e conferencista, impenitente admirador do Duce, dois factores geraram na Itália a crise literária que a inferiorizou na escala das nações cultas, a saber : o *xenofilismo* e o *canibalismo*.

Não empalideçam os leitores em presença de tão extravagantes e macabros designativos. Pois não conhecem o Sr. Marinetti ? É um amador de emoções fortes. No fundo, mais inofensivo do que pode supor-se. Ora vejamos : por xenofilismo (feio bicho !) entende o Sr. Marinetti a paixão que se instalou na alma dos italianos pelas produções literárias estrangeiras (do grego *xenos*, estrangeiro, e *philos*, affecto).

Por canibalismo querê ele que se compreenda não que o Sr. Mussolini e os seus amigos alcemem e jantem costeletas de escritores com batatas fritas, mas, sim que existe dentro da Itália *crítica feroz à produção literária italiana*. A consequência imediata destes dois terríveis *ismos* é que os escaparates das livrarias da Pátria de Petrarca e do Tasso se acham pejadas de traduções e de livros importados da França, da Espanha, etc.

Para cura do primeiro *mal*, o xenofilismo, Marinetti propõe que a importação e tradução de livros se reduza a cinquenta por cento. A escassez de brochuras estrangeiras forçará a gente ledora a comprar os produtos nacionais, mas, para que isto suceda nas devidas proporções, é necessário, por outro lado, que a crítica reduza também de cinquenta por cento o seu rigor . . .

Com tais medidas, espera o Sr. Marinetti salvar a Itália da crise literária. E mais : espera salvar-se a si mesmo. Com efeito, a redução de livros importados e traduzidos rasga-lhe a perspectiva de ver, enfim, largamente vendidas as suas produções pessoais e o abaixamento do nível da crítica e fêz-lhe sorrir a esperança de se erguer acima dela e de poder passar por homem de génio. Ouvir-se-á então falar na pátria de Dante e de Alfieri, de Miguel Ângelo e do Ticiano e também do Sr. Marinetti. Até que a crise passe e o nível da crítica torne a subir . . .

CHINA

Mortandades em Espanha. Assassínios na Alemanha. Linchamentos nos Estados Unidos. Morticínios no Brasil. Carnificinas em Cuba. Matanças na China.

A China !

Habitamo-nos de pequenos à convicção de que os chineses não sofrem, não possuem alma, pelo menos como nós outros, e que nasceram para morrer aos milhões. E habituamo-nos a esta convicção em primeiro lugar porque a China fica muito longe, em segundo lugar porque de chineses não pesam senão aqueles que se exibem no Coliseu dos Recreios suspensos em arames por magras tranças e deslizando vertiginosamente e em terceiro lugar porque, a-pesar-dos massacres em larga escala, das epidemias devastadoras e dos tufões gigantescos, as nossas geografias escolares continuam sempre a ensinar-nos que tem quatrocentos e cinquenta milhões de habitantes...

Mas a verdade é que a China é hoje, talvez, a zona do maior sofrimento humano. Milhões e milhões de chineses debatem-se desesperadamente sob a opressão não só do sistema capitalista nativo como da cupidez dos capitalistas estrangeiros — francês, inglês, americano e japonês. E a luta é atroz, impiedosa. Tôdas as tendências libertadoras são afogadas em ondas de sangue. Quem não leu as páginas comovedoras, palpitanes de realismo da *Condição humana* de Malraux ? A tragédia chinesa está ali patente. E as notícias que nos chegam do país de Confúcio são de molde a penetrar-nos da idea confrangedora de que tal tragédia está longe do epílogo. Ontem, foi a expropriação brutal da Mandchúria pelo capitalismo japonês, logo seguido de outras investidas contra o setentrião da China. Depois, a ofensiva do imperialismo inglês no Tibet, em Sin-Kiang e em Setchuen, afim de estabelecer um «Manchukuo» do nordeste. Seguidamente, houve que sofrer as arremetidas do capitalismo francês que, colocadas sob a sua guarda as ilhas de Coral, se dispõe a tomar posse do Yunan e Kuan-Si. Coroando esta obra de expropriação, de latrocínio e de escravização, seguiram-se as perseguições aos intelectuais chineses de esquerda que promoviam a oposição. Escritores, pintores e artistas fuzilados ou enterrados vivos. A escritora Feng-Keng espingardeada. O secretário da Liga dos Direitos do homem assassinado. A escritora Ting-Ling torturada e varada à bala. O escritor Chin-Hutcheng arremessado à rua dum quarto andar. No Estado de Kiang-Si, quatro mil comunistas massacrados (telegrama publicado há dias na imprensa diária). Não há sangue, emfim, que mate a sêde à civilização. China mártir !



Noticiário Internacional

Um discurso do Ministro dos Negócios Estrangeiros Japonês

Da Legação Imperial do Japão recebemos, com o pedido de publicação, o discurso proferido pelo sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros japonês na Dieta do seu país.

Registando a especial deferência da Legação Japonesa, que muito nos sensibilizou, transcrevemos na íntegra este importante documento diplomático:

Na 65.ª sessão da Dieta eu tive a ocasião de vos falar da política internacional do Japão. Depois um novo gabinete foi constituído, mas continuei a encarar as diferentes questões desta política em conformidade com os planos anteriormente expostos. É-me grato comunicar que, no conjunto, as nossas relações com os diferentes países da Europa e da América, e com a China, se tornaram cada vez mais cordeais, visto que as referidas potências compreendem melhor agora qual a situação do Japão Oriental. Tenho hoje o prazer de vos expor quais os assuntos importantes que retiveram a nossa atenção depois do adiamento da última sessão da Dieta. As boas condições do progresso do nosso aliado Mandchukuo são o assunto que nos interessa no mais alto grau como facilmente se pode deduzir pelo rescrito imperial publicado por ocasião da saída do Japão da Sociedade das Nações. Regosijamo-nos de que o novo Estado te-

nha, desde então, feito rápidos progressos em todos os ramos da administração nacional, e tenha estabelecido bases duráveis pelo advento do regimen imperial em Março último.

Estamos todos profundamente sensibilizados pela acção graciosa da parte de Sua Majestade o Imperador por ter enviado Sua Alteza Imperial o Príncipe Chichibu ao Mandchukuo para transmitir as felicitações, o que serviu para unir os dois países de uma maneira mais estreita que nunca.

As relações comerciais com a Rússia

Quanto às relações entre o Japão e a U. R. S. S., elas denotaram melhoria depois do meu último relatório; e assim é que nos nossos estabelecimentos de pesca nas águas setentrionais não houve motivo de aborrecimento este ano, facto este que dá lugar a que nos regosijemos pela amizade russo-japonesa.

As negociações para a transferência dos caminhos de ferro do Norte mandchurianos provisoriamente suspensas no principio deste ano foram retomadas em Março findo. Ainda que fossem encontrados sérios obstáculos, os constantes esforços do Governo Japonês permitiram que se che-

gasse a acôrdo sôbre o preço da transferência, e sôbre uma grande parte de outros pontos importantes, ficando apenas por resolver um pequeno número de questões técnicas. Prevejo a próxima conclusão da transacção, ainda que algum tempo deva ainda passar antes do regulamento final das questões relativas aos detalhes secundários.

As conversações navais de Londres

As conversações navais preliminares de Londres prosseguem actualmente entre as três potências navais: Japão, Inglaterra e Estados Unidos da América.

O Governo japonês segue atentamente o progresso destas conversações, atendendo a que elas se referem a assuntos de extrema importância. No dia 17 de Maio o Governo britânico propôs que as conversações preliminares tivessem lugar em Londres. Entre as diferentes potências interessadas para tratar da maneira de facilitar os trabalhos da conferência naval prevista para o ano seguinte. O Governo japonês, julgando oportunas tais conversações preliminares, aceitou a proposta britânica.

Os «pourparlers» começaram em 18 de Junho.

Logo de começo, as potências interessadas começaram por lançar as suas vistas relativamente às questões de procedimento respeitantes à conferência do próximo ano, e depois no recomêço das conversações em Outubro. As discussões sôbre questões substanciais do desarmamento prosseguiram entre o Japão, a Grande Bretanha e os Estados Unidos. Nestas negociações o Governo japonês assentou por fim na posse para o Japão de uma fôrça naval perfeitamente nas condições de assegurar a sua defesa nacional, esforçando-se por estabelecer firmemente o principio da não-ameaça e da não-agressão.

As propostas navais do Japão

É em conformidade com este principio que o Japão propôs a abolição do princi-

pio dos coeficientes aplicados até aqui, e o estabelecimento do coeficiente comum para as potências interessadas. De harmonia com o espirito do desarmamento nós desejamos efectuar as reduções navais draconianas, e aliviar assim os encargos fiscais das nações para o futuro. Com este fim nós pretendemos levar este coeficiente comum ao mais baixo nível possível, e ao mesmo tempo pela redução draconiana e a limitação de armas ofensivas, assim como pelo ajustamento apropriado de armas defensivas, tornar difficil, para qualquer potência, atacar a outra, mas tornar fácil a sua defesa.

Os nossos delegados prosseguem nos seus esforços para a aplicação do nosso plano baseado na política acima citada, e ao mesmo tempo para a conclusão de um novo e razoável tratado. Torna-se necessário esperar que a Inglaterra e os Estados Unidos, e outras potências interessadas, verão a equidade e a justiça da nossa reivindicação, e que o novo pacto naval será concluído para assegurar e promover a paz mundial.

Não me encontro em condições de fornecer os outros detalhes agora, porque a marcha das conversações preliminares devem ficar confidenciais, mas no entanto conto poder alongar-me mais a este sujeito numa outra ocasião.

Acordos comerciais indo-japoneses

Os principais desenvolvimentos no domínio das nossas relações comerciais com o estrangeiro são os seguintes: em Janeiro dêste ano, a conferência comercial indo-japonesa marcou tais progressos que os representantes das duas partes puderam chegar a um acôrdo de vistas substancial. As negociações estavam então atrasadas pelo facto de algumas questões de carácter fundamental terem sido submetidas pela delegação indiana na ocasião da redacção de artigos da projectada convenção. Foi a 19 de Abril que esta última foi finalmente rubricada. A convenção comercial indo-japonesa e o protocolo suplementar, devida-

mente assinados e ratificados pelo Japão e a Grande Bretanha, entraram em vigor em 14 de Setembro último.

Os dois países tiveram lugar de se felicitarem mutuamente por estes instrumentos terem funcionado sem embaraços, como testemunham os resultados obtidos até aqui, tendo marcado progressos satisfatórios o comércio indo-japonês.

Negociações comerciais com a Holanda

A conferência nipónico-holandesa, reunida actualmente em Batávia, foi aberta a convite do Governo dos Países Baixos que, em razão da depressão comercial da Holanda e das Índias Neerlandesas, e do aumento notável da exportação japonesa para estas últimas, propôs em Janeiro último convocar a conferência encarregada de elaborar o acôrdo destinado a completar o Tratado comercial nipónico-holandês existente e ajustar o estado de coisas acima mencionado.

No decurso dos seis últimos meses, a nossa delegação deliberou com a dos Países Baixos sobre diferentes questões, fazendo todos os seus esforços para chegar a um acôrdo, mas em consequência dos

problemas complexos e múltiplos, que se apresentaram perante ela, a conferência não foi bem sucedida ainda para se chegar a um completo acôrdo de vistas. Entretanto, o nosso Governo, reservando-se numa atitude constantemente equitativa e justa, procura fazer intervir um compromisso, examinando cuidadosamente tôdas as propostas feitas pela delegação dos Países Baixos que possam parecer práticas, e de molde a servir os interesses dos dois países. Espero que a conferência terá um feliz êxito no futuro próximo, e contribuirá para promover a amisade nipónico-holandesa.

Tais são os últimos e mais importantes problemas da política internacional do Japão.

Espero sinceramente que tôdas as questões pendentes sejam resolvidas amigavelmente para desenvolver a cordialidade que preside às relações entre o Japão e as potências interessadas, e para o progresso da estabilização geral das relações internacionais do mundo inteiro.

Finalmente, em virtude dos problemas espinhosos que devemos resolver agora no nosso país e no estrangeiro, permiti que vos peça cooperação e a tôdas as classes do nosso povo para a execução da política estrangeira do nosso império.

Uma Vitória da Sociedade das Nações

Quem escreve estas linhas tem manifestado mais de uma vez o seu desacôrdo com a actuação infeliz da Sociedade das Nações perante os graves conflitos que têm alarmado as consciências pacifistas do mundo.

Outra atitude não poderia tomar qualquer espirito de justiça em face dum organismo que, ainda recentemente, sucumbira no caso sino-japonês, exemplo frisante da truculência nipónica nestes momentos agitados que vão passando.

Mas o seu a seu dono,

A Sociedade das Nações alcançou agora,

mercê da sua inteligente interferência, alheia às reuniões oficiais com presidências protocolares — mais trabalho de gabinete e de conversação diplomática — uma vitória digna de registo que, mais uma vez, nos convence do admirável papel que ela desempenharia se, porventura, se integrasse no espirito inicial da sua formação.

Não representa esta afirmação o convencimento de que o organismo internacional esteja apto a remover sempre as sérias dificuldades que lhe surgirem no decorrer da sua agitada existência.

O episódio de agora — sabem bem os leitores que nos referimos à iminente guerra entre a Hungria e a Jugoslávia, começo fatal da grande conflagração ansiosamente

esperada — não passa dum lampejo de bom senso que, a breve trecho, entrará na triste penumbra dos conflitos sem solução ou de solução prejudicial.

A Guerra está-se tornando dia a dia inevitável.

A própria literatura, como reflexo da mentalidade dos homens e das sociedades, anuncia já nas suas aflitivas páginas a eclosão da nova matança. Henri Pozzi, num livro de flagrante actualidade *La Guerre revient...*, prevê o conflito de tal forma que comovidamente dedica esta sua obra a seus filhos que serão tragados, — diz ele — pela besta fera dos armamentos e dos gases asfixiantes.

A nossa mentalidade vai-se acostumando à idea. Os nossos actos norteiam-se em conformidade com qualquer coisa que, superior a nós próprios, nos domina e vence.

Quási que se impõe ao governante de hoje, não a preocupação das necessidades actuais, mas sim a inteligente pesquisa dos elementos capazes de melhorar a vida inter populos após a sangüeira sem fim que inundará as cinco partes do Globo.

A pausa alcançada pela Sociedades das Nações é digna do encómio.

E quem sabe se esta pausa não trará à consciência dos homens uma alvorada de digna ponderação...

O Incêndio do Reichstag

Sob a epigrafe «O Mistério do incêndio do Reichstag completamente esclarecido» o leader dos sociais-democratas suécos Branting publicou no *Socialdemokraten* um artigo em que afirma que o chefe das secções de assalto Ernst, juzilado a 30 de Junho, deixara uma carta com o relato pormenorizado do acontecimento que levou Van der Lubbe à morte.

Segundo afirmações recebidas por Branting os nazis com o receio da testemunha perigosa resolveram bárbaramente abatê-lo. As autoridades conhecedoras do documento comprometedor supunham que este relato estava na posse do Doutor Sack, defensor de Torgler. Mas Sack também nacional socialista provou não ter qualquer compromisso no caso.

O relato de Ernst, guardado em casa de outra pessoa, foi agora parar às mãos de Branting. Peritos em grafologia estudaram a letra. Ficaram desfeitas tôdas as dúvidas sobre a sua autenticidade e em breve será publicado juntamente com outros elementos relativos ao fatídico incêndio.

«No relato de Ernst — escreve Branting — encontramos os mesmos nomes que andavam na bôca de todos desde 28 de Fevereiro de 1933: Goering, Goebbels, Heiner, Helldor, Roehm...»

A confissão de Ernst constitui um documento de extraordinária importância.

RECTIFICAÇÃO

Do distinto escritor Dr. Hipólito Raposo recebemos a carta que passamos a transcrever :

Ex.^{mo} Sr.

O n.º 8 da revista *Vida Contemporânea*, da sua distinta direcção, insere um artigo intitulado «1.º de Dezembro de 1640» que, por não vir assinado, julgo poder attribuir à pena de V. Ex.^a.

Apraz-me declarar, embora isso possa ser indiferente a V. Ex.^a, que dou o meu acôrdo e aplauso à generalidade das reflexões ali expressas e ao espirito que ditou êsse depoimento de elevada consciência patriótica.

Mas a pag. 632 lêem-se êstes períodos que suscitam o meu reparo :

«Só mais de quarenta anos depois, mas agora em campo ideológico diametralmente oposto, se torna a encontrar a defesa da concepção duma união política peninsular sob a forma de uma monarquia dual. A tese foi defendida pelo espirito mais brilhante e sugestivo da falange tradicionalista durante o século XX.»

Creio não exceder os limites da justa presunção ao ver nas palavras transcritas uma alusão directa a António Sardinha.

Sendo assim, foi vítima V. Ex.^a (ou o seu illustre colaborador) de um equívoco lastimável que envolve desrespeito da verdade, ao mesmo tempo que importa grave injustiça aos sentimentos de portuguesa lealdade do meu querido companheiro e amigo, morto há perto de dez anos.

Que eu saiba, nem falando nem escrevendo, em qualquer circunstância de tempo ou de lugar, António Sardinha defendeu a tese da «Monarquia Dual» ou da «União Política Peninsular», constituindo-se assim apóstolo da perda da independência da Pátria.

O que êle propos e defendeu foi a conveniência de uma «Aliança Peninsular», negociada de potência para potência, e firmada em dois troncos, com um rei em Lisboa, outro em Madrid, isto é, depois de realizadas as condições que tornassem impossível à Espanha quaisquer veleidades de absorpção.

Essa aliança queria êle que se ampliasse às Nações da América do Sul, para

que se formasse no mundo o «Bloco Hispânico» de vinte e tantas nações livres, mas ligadas tôdas nas directrizes do seu destino civilizador.

Este era, em resumo, o seu pensamento.

Foi um projecto e um sonho de política internacional, de cujas possibilidades e entusiasmos não partilhei ; um esforço para a aproximação das duas nações da Península com interêsse recíproco delas nas combinações, entendimentos, tratados, que já se têm feito e poderão continuar a celebrar-se sem lesão da nossa susceptibilidade, nem perigo da ampla autonomia que à nossa Pátria altivamente desejam manter todos os bons portugueses.

Não sendo eu da família de António Sardinha, penso que o direito e o gôsto de me considerar seu irmão espiritual acreditarão, no conceito generoso de V. Ex.^a, a legitimidade da minha intervenção, rogando-lhe em nome da verdade e da justiça (devida, sobretudo, a um morto) que se digne fazer ou promover a competente rectificação. Ainda me atrevo a pedir-lhe que ela seja feito após a leitura completa e de boa fé, dos livros de António Sardinha.

Sem outro assunto, subscrevo-me com tôda a consideração.

De V. Ex.^a etc.

HÍPOLITO RAPOSO.

Em tôda a nossa vida, que, mercê de Deus, já vai sendo longa e que oxalá se dilate por muitos anos e bons para regozijo de amigos e desgôsto de inimigos, nunca duvidamos em prestar homenagem à verdade, tal qual a nossa consciência a sentiu em cada momento. Justiça devemos-la aos vivos e aos mortos, e, naturalmente, a nossa delicadeza de sentimentos é, sob êste ponto de vista, mais exigente em relação aos segundos do que no que toca aos primeiros.

Apraz-nos, por isso declarar singelamente que o Dr. Hipólito Raposo tem razão na sua contestação à nossa afirmativa, embora na sua interpretação do pensamento de António Sardinha, se possam descortinar traços das opiniões e sentimentos pessoais do comentador. Fomos reler a obra de António Sardinha na parte pertinente ao caso e ficamos convencidos de que a nossa memória nos atraçouou.

Respeito e justiça aos mortos não quere, porém, significar concordância com os seus pontos de vista. António Sardinha foi um alto espírito de cuja orientação discordamos profundamente. Relendo os seus estudos sôbre a aliança peninsular, ao nosso espírito impos-se a obrigação de fazer sôbre êles o nosso depoimento. Quando a oportunidade se nos oferecer, voltaremos, pois, ao assunto com aquela boa-fé de que sempre usamos e para a qual o Dr. Hipólito Raposo nunca poderia apelar baldadamente. Esta rectificação é, pois, um simples prólogo.

Por último — e por aqui deveríamos ter principiado — queremos significar ao Dr. Hipólito Raposo que o seu acôrdo e aplauso à generalidade das considerações do nosso artigo sôbre o 1.º de Dezembro de 1640 nos não pode ser de modo algum indifferente.

CUNHA LEAL.

António Lima Costa

A morte de António Lima Costa, filho do nosso querido amigo sr. dr. Alvaro Costa, causou a mais profunda impressão em todos quantos trabalham nesta revista.

Relembrando a fina inteligência da desventurada criança, a sua invulgar vivacidade e a sua comunicativa alegria, *Vida Contemporânea* curva-se, comovidamente, ante a dor de sua Ex.^{ma} Mãe e estreita nos braços o seu pai, nesta hora triste de pezar.



«DITADURA, DEMOCRACIA OU COMUNISMO?...»

Por CUNHA LEAL

Encontra-se á venda em tôdas as livrarias

Deposítário: **LIVRARIA BERTRAND**

RUA GARRETT, 73, 75 - TELEF. 20535 - LISBOA

Indispensável em tôdas as casas

MANUAL DE MEDICINA DOMÉSTICA

pelo **DR. SAMUEL MAIA**

Médico dos Hospitais de Lisboa

RECEITUÁRIO — SOCORROS DE URGÊNCIA — HIGIENE — DIETÉTICA
GINÁSTICA — ENFERMAGEM — DEFINIÇÃO E TRATAMENTO DAS DOENÇAS

O QUE TODOS DEVEM SABER DE MEDICINA

1 volume de 958 páginas, nitidamente impresso, profusamente ilustrado,
encadernado em percalina, Esc. 35\$00

Nenhuma família deve deixar de ter em casa esta obra humanitária
Indispensável a tôda a gente

LIVRARIA BERTRAND

Rua Garrett, 73, 75 — LISBOA

Os Vinhos Borges

— São Vinhos —

Companhias Reunidas
GAZ E ELECTRICIDADE

APLICAÇÕES INDUSTRIAIS DO GAZ

Fornos para recozer
Fornos para temperar
Fornos para galvanizar

Orçamentos e montagens

RUA DA BOA VISTA, 31 Telef. 20011

LISBOA

COMPANHIA DE SEGUROS

«TAGUS»

SOCIEDADE ANÓNIMA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

FUNDADA EM 1877

CAPITAL SOCIAL ESC. 1:200.000\$00 — CAPITAL EMITIDO E PAGO ESC. 500.000\$00
FUNDOS DE RESERVA ESC. 3:700.000\$00

SEDE NO SEU PRÉDIO
48 Rua do Comércio-56-LISBOA

Telefone 2.2183

End. teleg. SEGUTAGUS — LISBOA

Efectua: SEGUROS TERRESTRES, MARÍTIMOS, AGRÍCOLAS, VIDA (em diversas modalidades), POSTAIS, GRÉVES, E TUMULTOS, etc.

Aos melhores prémios

Seguros em libras esterlinas e noutras moedas

Agentes e correspondentes nas principais terras do Continente, MADEIRA, AÇORES E ULTRAMAR

MANNHEIMER V. G.

Antes de fazer os seus seguros
peça as nossas condições

A economia obtida
compensar-lhe-á
o tempo que despendeu
com a sua consulta

Largo Barão de Quintela, 11, 2.º
Telefones 23533 e 24464

LISBOA

SONAP

Gazolina

Petróleo

F
I
L
T
R
A
D
A



Gazoil

Fuel Oil

SOCIEDADE NACIONAL
DE PETRÓLEOS

TELEFONES { 25521
 { 25531

Rua do Terreiro do Trigo, 52, 2.º

— LISBOA —

Porto Covo & C.^a

BANQUEIROS

Correspondentes nas principais
praças do País e do Estrangeiro

Efectuam-se tôdas as operações bancárias

Rua do Ouro, 175 a 191 — LISBOA

TELEFONES 2 4161-2 4162

G. VINHAS, L.^{DA}

Escritório e sede: R. dos
Correiros, 29, 2.^a — Telegrama TE-
LHEPA, Telefone 2 0600.

Armazém: R. do Açúcar, 105
— Telefone P. B. 32.

Vinhos para exportação das me-
lhores procedências

CARDIAL FINE—Finíssima aguardente
velha, rivalizando com os melhores conhaques
estrangeiros

T. J. Barros Queiroz

Candeeiros eléctricos
e para petróleo

T. S. F.

Aparelhos de várias
marcas

Material Ferranti

Lâmpadas

21, Largo de S. Domingos, 24

LISBOA

Fine «MACIEIRA»

A única marca portuguesa
de aguardente

Cujas reservas começaram
em 1885

Depósito: R. Ivens, 47—Tel. 24678

RIBEIRO & LOPES, L.^{DA}

CAMBISTAS

Telefone: 2.3818

Telegramas: APINO

Moedas e Notas Estrangeiras — Papéis de Crédito
Coupons Nacionais e Estrangeiros

103, Rua Áurea, 105 — LISBOA

COMPANHIA DE MOÇAMBIQUE

TERRITÓRIO DE MANICA E SOFALA

(África Oriental Portuguesa)

Capital — BEIRA

Extensão ; — 13.482.200 hectares

**Região extremamente fértil, sob o ponto
de vista agrícola, principalmente para a
cultura do açúcar, do milho e do algodão**

O pôrto da Beira é servido por magníficas linhas férreas, que o ligam
com a Rodésia e com a Niassalândia

PARA INFORMAÇÕES

EM LISBOA

NA BEIRA

Largo da Biblioteca Pública, 10

Secretaria Geral do Governo
do Território

(SÉDE DA COMPANHIA)

A. D'ANDRADE & C.^A

EXPORTAÇÃO — IMPORTAÇÃO

Metais novos, minérios, sucatas de ferro forjado, fundido e metais. Placas d'acumuladores. Terras e resíduos metálicos. — Estamos sempre interessados na compra de oficinas completas, máquinas, ferramentas, automóveis, camions e navios para demolir. No próprio interesse de compradores ou vendedores dos artigos da nossa especialidade, agradecemos que consultem a nossa casa antes de fazerem qualquer transacção. Compra de sucatas de metais provenientes de África

RAMPA DOS MARINHEIROS (Em frente da estação de Alcantara-Mar)

LISBOA

Dirigir tóda a correspondência ao Tel. 2 2497 — Apart. 168

**Leveduras seleccionadas
para o fabrico de**

PÃO E PASTELARIA

A GRANDE MARCA PORTUGUESA

Levedura «Nacional»

Prensada em pacotes
de 500 a 1000 gramas

Levedura seca «Leverina»

Em latas de 250 e 500 gramas
especialmente fabricadas
para os climas tropicais

Com estas leveduras
obtém-se uma importante
economia de tempo
de fabrico, de mão
de obra, melhor pão
e maior rendimento

PEDIDOS Á:

Companhia Industrial Portugal e Colónias

Rua do Jardim do Tabaco, 74

— LISBOA —

Casa Francesa

Depósito de Relojoaria e Ferramentas
para Relojoeiros e Ourives

Mais de UM MILHÃO de relógios, distribuídos em Portugal e Colónias, são a garantia absoluta do êxito conquistado por tão reputada marca

Exigir sempre **C Y M A**

À venda em tôdas as boas
relojarias e ourivesarias

Manoel Teixeira da Rocha & C^a
LIMITADA

-- Rua Sampaio Bruno, 33 --

Telefone 4493

PORTO — PORTUGAL

CYMA



Relógio sem igual

ANTONIO CASANOVAS AUGUSTINE

CORRETOR OFICIAL

**Fundos públicos
e particulares**

**Mercadorias e suas operações
Aceita ordens de Bôlsa**

Telefones } 2 7324
54 ESTADO

R. da Conceição, 133

COMPANHIA DA

ILHA DO PRINCEPE

S. A. R. L.

Capital 9.900:000\$00

Propriedades: Roça Agua Izé,
em S. Tomé, roça Infante
D. Henrique, na Ilha do Príncipe

**Cacau, café, coconote,
copra, óleo de Palma**

Rua do Comércio, 31, 1.^o
Enderêço Telegráfico — AGRÍCOLA
LISBOA

RAMIRO LEÃO & C.^A

Completo sortimento de artigos de várias qualidades e preços,
nas nossas secções de:

Secção de Estofador: — Carpettes, Tapetes, Damascos, Rideaux, Filéts, Repts, Cretonnes, Canueiros, Mesas, etc.

Secção de Fanqueiro: — Roupas para mesa, Roupas para cama e Roupas para Toilette.

Secção de Camisaria: — Camisas de popeline, Camisas brancas, Cuecas, Ceroulas, Gravatas, Enços e Suspensórios.

Secção d'artigos de malha: — Camisolas e ceroulas de lã e algodão para homens, Cam solas de lã e algodão para senhora, Meias, Peúgas, etc.

Secção de Sedas e lãs: — Lãs para vestidos e casacos, Sedas para vestidos e casacos, Crepes da China, Georgette, Satin etc.

Secção de Confeccões para Crianças: — Fatos e sobretudos para meninos Vestidos e casacos para meninas.

Secção de Roupas para Senhora: — Camisas, Calças, Parures, Combinações e Pijamas, em todos os géneros.

Secção de Retroseiro: — Rendas finas, Rendas de filet, Bordados, Tules e Botões, Fivelas e muitos outros artigos.

Secção de Confeccões para Senhora: — Vestidos, Casacos, Raposas, Peles para guarnições, Casacos de malha, etc.

COLOSSAL RÁDIO

A grande marca de T. S. F.

Antes de adquirir um receptor
consulte a

**Sociedade Comercial
Luso-Americana, L.^{da}**

LISBOA

145 — RUA DA PRATA

Telefone 25281

PORTO

RUA SÁ DA BANDEIRA — 339

Telefone 1248

Casa dos Espartilhos
e Cintas

Santos Mattos & C.^a

123 — Rua do Ouro — 125

LISBOA

Dr. Raul Cesar Ferrelra

ENGENHEIRO

Agente Oficial de Marcas e Patentes
Membro da Associação alemã dos Agentes de Patentes, da Associação Internacional para a Protecção da Propriedade Industrial dos Ing. Cons. F. I. D. I. C.

Registos no estrangeiro. Patentes de invenção e introdução de novas indústrias. Registo de marcas nacionais e internacionais. Registos de modelos, recompensas e desenhos —

Informações sobre propriedade Industrial
Rossio, 93 — LISBOA — Telef. 2 5852
End. Teleg. ENGINEERING



EUROPÊA COMPANHIA
DE SEGUROS
FUNDADA EM 1922

Seguros de incêndio, Seguros marítimos, Seguros de cauções, Seguros de automóveis, Seguros de acidentes individuais, Seguros de acidentes de trabalho, Seguros de roubos e de tumultos, Seguros de responsabilidade civil, Seguros de mercadorias e bagagens em serviço combinado com os Caminhos de Ferro

Séde em Lisboa — R. Nova do Almada, 64, 1.º — Tel. 0911

Representada no Porto pelo :

Banco Comercial do Porto — Praça da Liberdade, 33

BANHOS DE S. PAULO

ÁGUA MINERAL DO ARSENAL DE LISBOA

A mais mineralizada e mais sulfidricada de tôdas as águas mineralizadas

Água fria hipersalina, sulfidricada, cloretada, mixta (sobretudo sódica), sulfatada cálcica e magnesiânica, levemente bicarbonatada mixta (sobretudo cálcica). Além disso é muito brometada, iodetada; ligeiramente fluoretada, silicatada, lítínica, férrea, etc. É uma água de composição química muito complexa, notável pela grande variedade dos seus elementos e bacteriológicamente pura (Ch. Lepierre).

Empregada na cura do reumatismo, gota, nevralgias, asma, bronquites (faringites), rinites, doenças das senhoras e da pele, sífilis

Massagens médicas, geral e debaixo de água. Ginástica respiratória, correctiva das deformidades da coluna vertebral e do busto, mobilização metódica, etc. Novas instalações: Duche escocês. Duches sub-aquáticos. Massagens debaixo de água. Banhos carbo-gazosos. Inalações. Pulverisações. Irrigações nasais

Directores-Médicos } *Dr. José Manuel Ribeiro*
Dr. Jaime Moreira de Carvalho

Industria de Guimarães

CASA FUNDADA
— EM 1866 —

Fábrica a vapor de pentes de chifre e celuloide. Armazém de ferragens e cutelarias. Depósito de calçado e outros artigos

SILVA, GUIMARÃES & C.^a

87, 89, Rua 31 de Janeiro, 91, 93 — Telef. 96 — GUIMARÃES

SANTOS BRITO, L. DA

TELE } FONE 25988
GRAMAS: SANBRITOS - LISBOA



RUA DO ARCO DO BANDEIRA, 5, 3.º

BARROS & SANTOS

RUA DO CARMO, 70

Gabardines e impermeáveis para homens, senhoras e crianças
Vendidos agora por preços d'ocasião

Gabardines para homem, nas côres bege e cinza	130\$00
Gabardines para homem, com fôrro desmontável	150\$00
Gabardines para homem, com gola fechada, modelo da moda	150\$00
Gabardines para homem, com fôrro de sêda, desmontável	175\$00
Gabardines inglesas com gola fechada, modelo moderno	240\$00
Gabardines inglesas, de lã, com fôrro de lã	250\$00
Gabardines para menina, com fôrro desmontável	105\$00
Gabardines para rapaz, com fôrro desmontável	90\$00
Impermeáveis para menina, qualquer idade	45\$00

Caledonion Insurance Company

FUNDADA EM 1805

CAPITAL E RESERVAS SUPERIORES A £ 10.000:000

Seguros de Fogo, Grèves e Tumultos, Marítimos, Automóveis e Cristais

Telefones n.ºs 2 0531 e 2 0532

Avenida 24 de Julho, 2 - LISBOA

OS ARMAZENS

— GRANDELA —

OS MAIS ANTIGOS — OS MAIS VASTOS
— OS MAIS IMPORTANTES —
OS MAIS LUXUOSOS DE TODO O PAÍS

Apresentam sempre

DISTRIBUIDOS **72 SECCÕES**
PELAS SUAS

Todos os artigos necessários à vida
desde o mais modesto e mais barato
até ao mais rico e mais dispendioso

José Casimiro Serrão Franco

CORRETOR OFICIAL

— Fundos públicos e particulares —

Mercadorias e suas operações. Aceita ordens de Bôlsa

Telefones { 2 5882
72 ESTADO

112, Rua de S. Julião, 114

Empreza da Fiação e Tecidos de Bemfica

S. A. R. L.

Fábricas de fiação — Tecidos e malhas de algodão

Av. Barjona de Freitas — LISBOA

TELEFONE { Bemfica } 320
P. B. X. } 321

SANTOS BRITO,

L. DA

TELE } FONE 25988
GRAMAS: SANBRITOS - LISBOA



RUA DO ARCO DO BANDEIRA, 5, 3.º

BARROS & SANTOS

RUA DO CARMO, 70

Gabardines e impermeáveis para homens, senhoras e crianças
Vendidos agora por preços d'ocasião

Gabardines para homem, nas côres beje e cinza	130\$00
Gabardines para homem, com fôrro desmontável	150\$00
Gabardines para homem, com gola fechada, modelo da moda	150\$00
Gabardines para homem, com fôrro de sêda, desmontável	175\$00
Gabardines inglesas com gola fechada, modelo moderno	240\$00
Gabardines inglesas, de lã, com fôrro de lã	250\$00
Gabardines para menina, com fôrro desmontável	105\$00
Gabardines para rapaz, com fôrro desmontável	90\$00
Impermeáveis para menina, qualquer idade	45\$00

Caledonion Insurance Company

FUNDADA EM 1805

CAPITAL E RESERVAS SUPERIORES A £ 10.000:000

Seguros de Fogo, Grèves e Tumultos, Marítimos, Automóveis e Cristais

Telefones n.ºs 2 0531 e 2 0532

Avenida 24 de Julho, 2 - LISBOA

OS ARMAZENS — GRANDELA —

OS MAIS ANTIGOS — OS MAIS VASTOS
— OS MAIS IMPORTANTES —
OS MAIS LUXUOSOS DE TODO O PAÍS

Apresentam sempre

DISTRIBUIDOS **72 SECCÕES**
PELAS SUAS

Todos os artigos necessários à vida
desde o mais modesto e mais barato
até ao mais rico e mais dispendioso

José Casímiro Serrão Franco

CORRETOR OFICIAL

Fundos públicos e particulares

Mercadorias e suas operações. Aceita ordens de Bólsa

Telefones { 2 5882
72 ESTADO

112, Rua de S. Julião, 114

Empreza da Fiação e Tecidos de Bemfica

S. A. R. L.

Fábricas de fiação — Tecidos e malhas de algodão

Av. Barjona de Freitas — LISBOA

TELEFONE { Bemfica } 320
P. B. X. } 321

COMPANHIA DO PAPEL DO PRADO

S. A. R. L.

Proprietária das Fábricas do Papel do Prado e Marianaia (Tomar),
Penedo e Casal Ermio (Louzã), Vale Maior (Albergaria a Velha)

Premiada em tôdas as Exposições a que tem concorrido :

MEDALHAS DE OURO - EXPOSIÇÃO UNIVERSAL DE PARIS DE 1900,
UNIVERSAL DOS E. U. DO BRASIL DE 1908 e INDUSTRIAL PORTUGUESA DE 1929

**Execução rápida de papéis em todos os géneros
fendo sempre em armazém papéis para tôdas as aplicações**

Especialidade em papéis de máquina
contínua de escrever, impressão, ma-
nilhas, afiches e imitação de «Couché»;
Papel de côr para capas; Papéis de
embrulho; Papel Kraft; Vegetal; Pa-
pelão palha; Papeis de máquina redon-
da, alçaços, Leornes, mezenas, etc.
À venda em todos os estabelecimentos
de papellaria e armazens

Telefones

{ DIRECCÃO 2 5625
{ ESCRITÓRIO 2 2531
{ ARMAZEM 2 2532
{ DO ESTADO 188

Escritório e Depósito: SEDE
Rua dos Fanqueiros, 270 a 278, 2.º

LISBOA

4.9, Rua Passos Manuel, 51
PORTO

A
D
M
I
R
E

E
S
T
E
S

D
E
N
T
E
S!



São tratados com a

PASTA BENAMÔR



CUSTA APENAS 3\$00

A que tem maior per-
centagem de elemen-
tos activos. Basta
uma pequena porção
para a perfeita lim-
peza e conservação
dos dentes.

A mais poderosa-
mente antiséptica.
A mais económica.

**Não paguem
a energia
elétrica**

**Que nunca se trans-
formará em luz**



Isso equivaleria a pagarem uma conta de mercadorias que nem sequer tivessem comprado.

Num logro destes só fazem cair as lâmpadas supostamente baratas, porque consomem uma grande parte da corrente que não fornece luz.

As lâmpadas **Philips** não conhecem outros fins que não sejam; fornecer a maior quantidade de luz, de luz branca, produzida com um mínimo de dispêndio de corrente.

Uma diferença, em média de 20% (provada pelo fotómetro) significa imediatamente que quatro lâmpadas **Philips** dão tanta luz como cinco das lâmpadas chamadas «baratas».



Dão luz por
cinco
mas só gas-
tam por
quatro

AS LAMPADAS PHILIPS, FOTOMETRICAMENTE EXPERIMENTADAS